

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Imigração e casamentos: o caso de
São Carlos (1890 a 1939).

Silvano da Conceição

Fevereiro de 2004

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Silvano da Conceição

Imigração e casamentos: o caso de
São Carlos (1890 a 1939).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em ciências sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientador: Oswaldo M. S. Truzzi
Co-orientador: Karl Martin Monsma

Fevereiro de 2004

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C744ic

Conceição, Silvano da.

Imigração e casamentos: o caso de São Carlos (1890 a 1939) / Silvano da Conceição. -- São Carlos : UFSCar, 2004.

119 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Grupos étnicos. 2. Relações étnicas. 3. Sociologia histórica. 4. Casamento. I. Título.

CDD: 305.8(20^a)

*Dedico este trabalho a toda minha família,
responsáveis diretos por tudo que conquistei até hoje!!*

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, umas de maneira direta e outras de maneira indireta. Portanto, todas merecem minha mais profunda gratidão.

Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer à minha família (pai, mãe, Maria, Rivelino, Silvia, Luciana, Gilmar, Welison, Marciele e sobrinhos, é claro!), pelo amor, pelo apoio constante e pela fonte de perseverança que representam mesmo à distância.

Aos professores Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi (orientador) e Dr. Karl Martin Monsma (co-orientador), pelas leituras e sugestões feitas durante a realização deste trabalho.

À professora Dr^a Maria Silvia C. Beozzo Bassanezzi (NEPO-UNICAMP) pelo auxílio desde o início deste trabalho e pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação.

À professora Dr^a Ana Silvia Volpi Scott (USP) pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação.

À Fapesp por ter tornado possível a realização deste trabalho. Ao Programa Brasil Latino da Fundação Cassamarca, por apoiar o projeto mais amplo onde se insere essa pesquisa.

À Adriana Queiroz, da Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos, pela incansável disposição em sempre atender meus pedidos. Igualmente agradeço à Ana Maria Ciarlo e Antônio Carlos Ciarlo, da Unidade Especial de Informação e Memória, pelo acesso aos jornais de época utilizados neste trabalho.

Aos amigos Alessandro, Alex Sandro, Jonas e Riberti pela amizade e pelas inúmeras discussões sobre temas dos mais variados possíveis, que, de alguma maneira, acabaram nos sendo muito úteis neste período.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Relações Sociais, Poder e Cultura da UFSCar, especialmente à Ana e Claire que estão sempre prontas a ajudar.

À todos meu muito obrigado!

Sumário

Resumo.....	07
Apresentação.....	08
Capítulo I – Abordagem Geral	
1. Introdução: tema e relevância	10
2. Referencial analítico.....	13
3. Hipótese de estudo.....	14
Capítulo II - Metodologia	
1.1 Tipo de pesquisa	17
1.2 Procedimentos de coleta e fonte de consulta.....	17
1.2.1 Revisão bibliográfica.....	17
1.2.2 Pesquisa documental.....	18
1.2.3 Pesquisa com dados secundários.....	21
1.3 Qualidade dos dados.....	25
Capítulo III – Contextualização histórica	
1. Influências do café: antecedentes históricos, contingentes demográficos e desenvolvimento urbano.....	30
1.2 Implantação do trabalho livre: inserção, ascensão social dos imigrantes e escolhas matrimoniais.....	45
Capítulo IV – A questão dos casamentos: pluralidade étnica e integração	
1. Os casamentos em São Carlos (1890 a 1939).....	59
1.1 Idade dos nubentes ao casar.....	61
1.2 Considerações acerca da nacionalidade dos nubentes.....	68
1.3 Local de moradia e seus determinantes nas escolhas matrimoniais.....	82
1.4 Diferentes tipos de ocupações dos nubentes.....	85
1.5 Considerações acerca do estado civil e alfabetização dos nubentes.....	93
1.6 Meses de casamentos.....	97
Considerações finais	101
Bibliografia	105
Anexos	111

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1 – Número de Habilitações e porcentagem de dados válidos de cada uma das variáveis segundo as décadas do período. São Carlos, 1890 a 1939.....	26
Tabela 2 – Produção de sacas de café no estado de São Paulo ao longo dos anos.....	32
Tabela 3 – Distribuição da população segundo os anos, a nacionalidade e o sexo. São Carlos, Censos municipal, estadual e nacional.....	36
Gráfico 1 – Idade média dos nubentes do meio urbano. São Carlos, 1890 a 1939.....	62
Gráfico 2 – Idade média dos nubentes do meio rural. São Carlos, 1890 a 1939.....	62
Tabela 4 – Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1939.....	64
Tabela 5 – Idade média dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade dos pais, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1939.....	65
Tabela 6 – Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1899.....	66
Tabela 7 – Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1900 a 1909.....	66
Tabela 8 – Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1910 a 1919.....	67
Tabela 9 – Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1920 a 1929.....	67
Tabela 10 – Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1930 a 1939.....	67
Quadro 1 – Índices de masculinidade no município de São Carlos nos Censos de 1907 e 1920.....	69
Tabela 11 – Ocorrência de casamentos entre nubentes de diferentes naturalidades. São Carlos, 1890 a 1939.....	71
Tabela 12 – Porcentagem de nubentes brasileiros filhos de estrangeiros, segundo o sexo e a nacionalidade dos pais. São Carlos, 1890 a 1939.....	74
Tabela 13 – Casamentos segundo a filiação e a nacionalidade dos nubentes. São Carlos, 1890 a 1939.....	75
Tabela 14 – Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1890 a 1899. Município de São Carlos.....	79
Tabela 15 – Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década	

de 1900 a 1909. Município de São Carlos.....	79
Tabela 16 - Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1910 a 1919. Município de São Carlos.....	80
Tabela 17 - Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1920 a 1929. Município de São Carlos.....	80
Tabela 18 – Porcentagem de casamentos entre nubentes de diferentes moradias. São Carlos, 1890 a 1939.....	83
Tabela 19 – Distribuição de casamentos entre nubentes residentes no meio urbano. São Carlos, 1890 a 1939.....	84
Tabela 20 – Distribuição de casamentos entre nubentes residentes no meio rural. São Carlos, 1890 a 1939.....	84
Tabela 21 – Distribuição da ocupação dos noivos segundo as diferentes nacionalidades. São Carlos, 1890 a 1939.....	90
Tabela 22 – Distribuição da razão entre o número observado e o esperado de casamentos segundo o estado civil dos nubentes. São Carlos, 1890 a 1939.....	93
Tabela 23 – Porcentagem de nubentes alfabetizados segundo a nacionalidade. São Carlos, 1890 a 1939.....	95
Tabela 24 – Número de casamentos segundo a alfabetização dos nubentes e as décadas do período. São Carlos, 1890 a 1939.....	96
Tabela 25 – Porcentagem de casamentos entre nubentes segundo os meses e o local de moradia. São Carlos, 1890 a 1939.....	97
Gráfico 3 – Meses de casamentos segundo o local de moradia. São Carlos, 1890 a 1939.....	98

Resumo

Neste trabalho, procuramos discutir e levantar indícios de uma parte da história de São Carlos que possibilitasse compreender melhor os motivos das uniões matrimoniais entre nacionais e os diversos grupos imigrantes que se estabeleceram neste município. Com um recorte temporal entre os anos de 1890 - 1939, procuramos contemplar o início do registro civil de casamento no Brasil, a imigração em massa para o município de São Carlos, a variação no padrão de casamento de duas gerações e o forte desenvolvimento econômico propiciado pelo café no município. Podemos dizer que o presente estudo justificou-se por propiciar um maior conhecimento da formação social do município de São Carlos. O principal *corpus documental* utilizado nesta pesquisa foi: *Habilitações de Casamentos*. Este material nos forneceu subsídios a respeito da aproximação ou afastamento dos grupos étnicos no momento do casamento. No nosso entendimento, a variação do comportamento matrimonial no decorrer das gerações representava os mais variados níveis de integração dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira da época.

Apresentação

Confessamos que iniciar este trabalho não foi tarefa das mais simples, até porque em qualquer trabalho de pesquisa, a responsabilidade na análise dos dados sempre é grande. No entanto, acredito que o meu mestrado se tornou algo extremamente prazeroso de ser realizado devido aos enormes desafios que se colocavam à minha frente.

Este trabalho surgiu a partir de uma discussão mais ampla referente ao papel da imigração no estado de São Paulo, que foi travada no projeto temático: “Imigrantes, Elites e Sociedade em São Paulo”, que envolveu pesquisadores da UFSCar, da UNESP de Araraquara e do Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), financiado pela FAPESP (processo 97/10863-1). Este projeto temático foi coordenado pelos professores Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza (IDESP) e Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar). Em seguida, o Programa Brasil Latino da Fundação Cassamarca também forneceu apoio para o desenvolvimento de trabalhos na área de história social da imigração. De uma maneira geral, com o presente trabalho, tínhamos a intenção de poder oferecer alguns novos subsídios para complementar a pesquisa desenvolvida, aprofundando alguns aspectos que haviam sido pouco explorados no mesmo.

Trabalhar com métodos quantitativos em Ciências Sociais realmente foi um desafio salutar, pois embora o tema geral fosse o mesmo desenvolvido na minha monografia de conclusão de curso (imigração), este novo trabalho nos obrigava a debruçar mais sobre as análises quantitativas, ou seja, tentar compreender e interpretar os dados que a nós se apresentavam.

Foi neste mosaico que procuramos compreender o padrão de casamentos no município de São Carlos, entre os anos de 1890 - 1939. É certo que, ao longo do tempo, esse padrão de casamentos foi sofrendo algumas variações, especialmente no tocante as

variáveis idade, nacionalidade e profissão. Porém, para compreendermos os motivos dessas variações no município, era fundamental que efetuássemos uma boa leitura do desenvolvimento da economia cafeeira no estado de São Paulo – e também no município de São Carlos –, assim como as transformações por ela engendradas.

No primeiro capítulo, fizemos uma incursão pelo tema da pesquisa, destacando sua relevância para a historiografia e apresentando nosso referencial de análise.

No segundo capítulo, procuramos fazer a contextualização histórica do estado de São Paulo e do município de São Carlos, dando especial atenção para: as influências da cultura cafeeira no desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e a transição do trabalho escravo para o livre. No final deste capítulo, explicitamos as hipóteses de estudo do nosso trabalho.

No terceiro capítulo, buscamos explicar a importância dos procedimentos metodológicos da pesquisa, dando especial importância ao tipo de pesquisa, que este trabalho assume, do ponto de vista das ciências sociais e os instrumentais de pesquisa, tais como revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa com dados secundários.

No quarto capítulo, passamos a trabalhar com os dados propriamente ditos, procurando verificar a qualidade dos mesmos para cada uma das variáveis e realizando os cruzamentos entre as variáveis de estudo para verificar o padrão de casamentos no município de São Carlos, se houve variação nesse padrão (no tempo, espaço, etnia) e qual a intensidade dessa variação.

Capítulo I – Abordagem geral

1. Introdução: tema e sua relevância

O tema da imigração internacional readquiriu importância na atualidade, em parte devido a novos enfoques que reorientaram as percepções acerca do que deve ser examinado. Até os anos 50 do século passado, os estudos sobre imigração internacional no Brasil, salvo exceções, foram pautados em grande parte pela problemática da assimilação – seus determinantes e efeitos práticos sobre um grupo determinado e a sociedade na qual se instalaram os imigrantes. Em seguida, provavelmente em razão da diminuição dos fluxos internacionais de imigrantes ao Brasil, passou-se a utilizar, na abordagem do tema, novas terminologias. Mais recentemente, influenciados pela crítica à assimilação, pelo advento da valorização do pluralismo étnico (Seyferth, 1988), aliado ao interesse de gerações mais jovens em vasculhar suas origens, os estudos sobre o tema, por assim dizer, foram retomados, finalmente “se emancipando” da problemática assimilacionista. Não propriamente os temas que mudaram, mas o modo como foram empreendidos os estudos, transitando de um caráter mais instrumental-político para outro mais histórico-compreensivo.

O presente trabalho se insere nessa perspectiva: certamente o tema da nupcialidade entre imigrantes integra-se à pauta de estudos sobre assimilação, mas é retomado aqui sob um enfoque de se buscar compreender as lógicas que presidiram o casamento entre imigrantes em um determinado período e não, como já ocorreu no passado, com o sentido de levantar dados para orientar políticas públicas “nacionalizantes”.

Justifica-se o presente estudo por propiciar um maior conhecimento da formação social paulista, tão marcada pela experiência imigratória. Trataremos aqui da reprodução estritamente demográfica da população e também da reprodução social, no sentido de que

pautas matrimoniais revelam opções, preferências e também possibilidades (restrições e oportunidades) a determinados grupos. Nosso intuito inicial era esmiuçar como, em um período fortemente marcado pela experiência imigratória, estabeleceram-se padrões nupciais; como e em que medida filiação étnica e classe social combinaram-se e condicionaram opções matrimoniais.

Em particular, optamos por analisar a pauta matrimonial em um município do interior paulista entre os anos de 1890 a 1939, devido ao fato de 1890 marcar o início do registro civil de casamento no Brasil. Tal como podemos notar na história brasileira, foi somente a partir da Proclamação da República, que passamos a contar com o registro civil de casamentos¹.

Este período (1890 a 1939) também se constitui no mais significativo, em termos de recepção de imigrantes internacionais, em boa parte do chamado “oeste paulista”. O município de São Carlos foi um dos mais característicos do período, perfeitamente integrado à economia cafeeira prevalecente, que demandava um grande volume de braços estrangeiros. De fato, em poucas décadas, o café foi capaz de promover neste estado um espetacular aumento do contingente demográfico, a ocupação de boa parte do território paulista, a urbanização de muitas cidades do interior, enfim, transformações que marcaram profundamente a maneira de viver, neste município, entre os anos de 1890 e 1939². Ao demarcar um período de estudo de meio século, buscávamos observar o processo de integração social dos imigrantes e de como este se refletiu na variação de padrões nupciais ao longo de pelo menos duas gerações.

¹ Já no governo do Mal Deodoro da Fonseca (1889 a 1991) tivemos alguns decretos e, entre eles, o que regulamentava o casamento civil na República (Decreto nº181 de 24/01/1890, pg 168 a 184).

² Inicialmente o período de nossa pesquisa iria até o ano de 1940. No entanto, ao dividirmos o período em décadas (1890-1899, 1900-1909, 1910-1919, 1920-1929, 1930-1939), percebemos que se juntássemos o ano de 1940 na última década, estaríamos alterando esta última. Portanto, a solução encontrada foi excluirmos da análise o ano de 1940, de maneira a deixar todas as décadas iguais em número de anos.

Os trabalhos de Melo (1975), Truzzi (1986) e Devescovi (1987) dão informações e explicações da evolução demográfica do município, da urbanização e industrialização na cidade (impulsionada pelo acúmulo de divisas, graças ao sucesso do setor cafeeiro local) e dos motivos responsáveis pela diminuição do fluxo imigratório a partir de 1900. Porém, o trabalho se propunha a investigar duas fontes que até o momento não haviam sido pesquisadas no município: as Habilitações de Casamentos ocorridas no período (1890-1939), que nos permitiriam analisar as mudanças no padrão de casamento, e o Censo municipal de 1907. Essas duas fontes foram importantes para o trabalho na medida em que uma foi capaz de nos evidenciar os padrões de casamentos do período e a outra nos apontar o impacto do contingente de imigrantes na população local no período de 1890 a 1939. As Habilitações de Casamentos, apesar de sua riqueza incontestável, nunca haviam sido utilizadas como fonte documental, uma vez que há pouco tempo se disponibilizou este material para pesquisas na Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos (FPMPS). Neste tipo de fonte encontramos: nomes (tanto dos contraentes quanto dos seus pais), petição de casamento, data do casamento, nacionalidade dos contraentes, atestado de não-parentesco e desimpedimento para casar, certidão de batismo, declaração de residência e idade dos contraentes, ocupação dos contraentes, certidão de justificativa de idade dos contraentes e, em alguns casos, o passaporte dos contraentes ou dos pais dos mesmos (ou os dois ao mesmo tempo) e a nacionalidade dos pais dos nubentes.

Enfim, este estudo pode lançar alguma luz sobre os padrões de integração e miscigenação dos grupos imigrantes na sociedade paulista, tomando por base um município típico da economia cafeeira. Ainda apontamos indícios sobre a evolução destes padrões no decorrer do período estudado.

Porém, ressaltamos que, por imposição do tipo de fonte utilizada, trabalhamos somente com os casamentos legais ocorridos no período de 1890 a 1939, reconhecendo

assim, a existência de casamentos informais (uniões consensuais) no município de São Carlos. Sabemos que as uniões informais (ou consensuais) tinham uma maior tendência de ocorrer nas camadas menos favorecidas da população. De alguma maneira, tanto a expectativa de retorno à terra de origem como o fato de que alguns homens que migravam sozinhos já serem casados no país de origem, favoreceram a ocorrência de uniões consensuais de homens imigrantes, que resistiam em assumir novos compromissos conjugais no Brasil. Por outro lado, ainda podemos destacar os gastos para que os nubentes ficassem habilitados para se casarem entre si, ou seja, os gastos com os documentos que deveriam ser apresentados ao oficial do registro civil no ato do pedido de casamento.

2. Referencial analítico

No intuito de compreender o processo migratório como desencadeador de várias mudanças no país, sendo o imigrante italiano o principal agente desse processo no município de São Carlos, tivemos como referencial nesse trabalho as proposições de Durham (1960) e Bassanezi (1990).

Para Durham, que analisou o município de Descalvado (próximo ao município de São Carlos), a segregação étnica nunca foi forte suficiente para impedir a miscigenação, porém, os casamentos mistos só se tornam freqüentes depois de 1920, quando são registrados diversos casamentos de moças italianas com filhos de famílias tradicionais. Estes casamentos são viabilizados, sobretudo, pelo sucesso de alguns imigrantes, que, através do comércio acabaram enriquecendo e se tornando grandes proprietários rurais ou donos de importantes estabelecimentos comerciais.

Segundo Bassanezi, a forma como o casamento é tratado na sociedade, nos mostra

seus mecanismos para regular o crescimento da população, incentivando ou não os matrimônios. A idade com que homens e mulheres se casam, além de estar ligada às possibilidades fisiológicas do indivíduo, reflete padrões sócio-econômicos, culturais e demográficos dos grupos nos quais os cônjuges estão inseridos. A idade média de casamento pode variar no tempo e no espaço e ainda influenciar os fenômenos demográficos e diversos aspectos da vida sócio-econômica. Nas uniões matrimoniais, as populações imigradas e seus descendentes preferiram as uniões endogâmicas como forma de preservarem sua identidade cultural, intensificada em torno dos valores culturais dos grupos imigrantes (e de seus descendentes), indicando a existência de um forte mecanismo de solidariedade grupal.

Portanto, com a análise dos dados contidos nas variáveis das Habilitações de Casamentos (no período de 1890 a 1939), estaremos observando como o matrimônio se constituiu em importante indicador: da influência que o local de moradia (rural x urbano) pode exercer, da preservação cultural do grupo imigrante e, por fim, das pressões relativas à desproporção entre os sexos.

3. Hipóteses de estudo

Passaremos agora a apresentar e discutir cada uma das hipóteses levantadas nesse estudo. Compreendemos que, em cada uma das hipóteses arroladas abaixo, temos um fator que interfere decisivamente nas escolhas matrimoniais do período.

Nossas hipóteses neste trabalho serão que:

a) Os casamentos endogâmicos são mais freqüentes no meio rural que no meio urbano, graças ao relativo isolamento das fazendas.

b) Os casamentos endogâmicos, ao longo do período, tendem a diminuir de modo geral (tanto na zona urbana quanto na zona rural), pois com a ascensão econômico-social, os critérios de classe e não mais os de pertencimento étnico passam a prevalecer.

c) Quanto maior a desproporção entre os sexos, no interior de cada grupo étnico, menor a taxa de endogamia.

Com relação à primeira delas, temos que quando o indivíduo reside na mesma fazenda existe uma forte probabilidade de que ele contraia matrimônio com uma pessoa que também resida nessa mesma fazenda ou arredores. Para além disso, temos ainda o relativo isolamento que existia entre o meio rural e urbano, que fatalmente iria interferir na escolha do parceiro ou da parceira.

A segunda hipótese nos remete à discussão sobre se a identidade étnica foi ou não decisiva no momento em que os indivíduos contraíam matrimônio. Como sabemos, alguns autores indicam que a força desta variável vai diminuindo à medida que membros de um mesmo grupo étnico se diferenciam, pela renda do seu trabalho, ao longo do tempo e passam a contrair matrimônio muito mais pelo pertencimento de classe.

A terceira hipótese deste estudo tenta explorar a pressão que a desproporção entre os sexos exerce sobre os indivíduos no momento em que contraem matrimônio, ou seja, uma quantidade maior de homens pode favorecer a quebra do padrão endogâmico de casamento no interior de um determinado grupo (italianos, por exemplo), fazendo com que estes procurem mulheres de outra nacionalidade para se casar. Em compensação, como as mulheres são mais escassas, tendem a serem mais disputadas e, portanto, a se casarem no interior do seu grupo étnico.

É sabido na historiografia brasileira que os imigrantes que chegaram ao país – em grande volume a partir de 1890 – tinham como característica comum o fato do número de homens ter sido maior que o número de mulheres, embora haja alguma variação quando

analisamos os números, separadamente, para as diferentes nacionalidades. Portanto, a terceira hipótese do nosso estudo possui maior validade para os homens.

Capítulo II – Metodologia de trabalho

1.1 Tipo de Pesquisa

Do ponto de vista das Ciências Sociais esta pesquisa assumiu a forma quantitativa-descritiva, uma vez que visou descrever a forma como os grupos de diferentes nacionalidades estavam se casando no período de 1890 a 1939, utilizando instrumentos estatísticos (cálculo da razão entre o número observado e o esperado³, média de idade ao casar, etc.). Ao mesmo tempo, esta pesquisa pode fornecer elementos a uma futura pesquisa comparada, que pretenda traçar alguns paralelos com o que ocorreu em outras regiões do estado de São Paulo (apontando o grau de endogamia étnica nestas sociedades), através da consulta a trabalhos já realizados sobre o tema.

1.2 Procedimentos de coleta e Fontes de Consulta

Os procedimentos que optamos por utilizar para a realização deste estudo foram: revisão bibliográfica, pesquisa documental (Habilitações de Casamentos) e pesquisa com dados secundários (recenseamentos e almanaques do município de São Carlos). Cada um dos procedimentos metodológicos, aqui apontados, será explicado, separadamente, nos próximos itens.

1.2.1 Revisão bibliográfica

Esta etapa da pesquisa nos possibilitou a compreensão sobre o tema proposto à pesquisa, possibilitando a sistematização dos conhecimentos sobre a imigração e, em

³ No capítulo IV, no item 1.2 deste trabalho, estaremos explicando melhor o cálculo da razão entre o valor observado e o esperado e fazendo também a exposição da fórmula que utilizamos para chegarmos a *razão*.

especial, sobre o tema de pesquisa: os casamentos ocorridos na última década do século XIX e aqueles ocorridos nas quatro primeiras décadas do século XX, que correspondem ao período de abrangência da pesquisa. Além da contextualização histórica do desenvolvimento, tanto do município de São Carlos como do estado de São Paulo, demos especial importância à pressão que a identidade étnica, o local de moradia e a desproporção entre os sexos exerciam sobre as escolhas matrimoniais.

1.2.2 Pesquisa documental

Na realização desta pesquisa foram utilizadas duas fontes: as Habilitações de Casamentos e os jornais de época. As Habilitações de Casamentos estão localizadas na Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos (FPMSPC⁴) e os jornais de época na Unidade Especial de Informação e Memória da UFSCar (UEIM). A leitura das Habilitações de Casamentos permitiu constatar como estavam se realizando os casamentos entre grupos de diferentes nacionalidades⁵.

Trabalhar com todas as Habilitações de Casamentos do período (1890 a 1939) inviabilizaria a realização da pesquisa durante o mestrado, uma vez que existem 14.129 Habilitações de Casamentos no período. No intuito de superar esse problema, utilizamos uma *amostra sistemática com início aleatório*, trabalhando com uma Habilitação a cada cinco existentes. Optamos por trabalhar com este tipo de amostragem aleatória por permitir a utilização das técnicas clássicas de inferência estatística, facilitando a análise dos dados e fornecendo maior segurança ao generalizar resultados da amostra para a população.

⁴ Quando a sigla FPMSPC aparecer estaremos nos referindo à Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos.

⁵ A princípio iríamos utilizar a base de dados, relativa às Habilitações de Casamentos, existente na FPMSPC, porém, essa base de dados não dispunha da nacionalidade até o ano de 1950. Desta forma, procedemos a leitura de cada um das Habilitações selecionadas na amostra.

No total, trabalhamos com uma amostragem de 2.826 Habilitações, o que corresponde, em termos percentuais, a 20% do universo de Proclamas existentes.

A criação de nossa base de dados, em linguagem *Access*, foi feita a partir das principais informações contidas nas Habilitações: nome dos cônjuges, nome dos pais dos cônjuges (em alguns casos), ocupação, local de moradia (endereço), naturalidade, nacionalidade (tanto dos nubentes como dos seus pais), cor, estado civil, sexo e instrução (se sabe ler e escrever). Em alguns casos, encontramos alguns outros documentos no interior das Habilitações, tais como certidão de batismo dos nubentes e passaportes (ou dos pais ou dos próprios nubentes).

Como criamos um formulário padrão para a coleta de dados (ver anexo 2), optamos por seguir a mesma lógica que aparece no formulário padrão, pois desse modo a codificação dos dados ficou rápida e eficiente. Ainda em relação à base de dados, preocupamo-nos em codificar a maior quantidade de informações relevantes, incluindo nesta codificação outras informações: local de moradia (urbano/rural), tempo de residência em São Carlos e, por fim, a nacionalidade do pai e da mãe de ambos os nubentes, além daquelas variáveis já descritas acima. Isso também nos propiciou a elaboração de um Manual de Codificação das variáveis⁶. Faremos uma explanação acerca deste manual logo após terminarmos a apresentação deste item.

Para facilitar a identificação de cada um dos processos nesta base, optamos por classificar as Habilitações pelo ano do processo e pelo número do processo, tendo em vista que isto poderia facilitar uma busca por determinado processo.

Durante a realização desta pesquisa, encontramos algumas dificuldades quanto a qualidade dos dados, pois em uma década a qualidade dos dados para uma determinada variável era boa, enquanto que para outra sofria alguma queda, e vice-versa. Uma

⁶ Este manual foi basicamente desenvolvido pelo professor Karl Martin Monsma, cabendo a nós algumas modificações que julgamos necessárias para melhor aproveitamento dos dados. Em anexo 1, estaremos

descrição mais detalhada da qualidade dos dados será feita no capítulo a seguir, quando estaremos tratando da análise dos dados referentes ao tema da pesquisa.

Na fase de manipulação da nossa base de dados – fase na qual estávamos tomando um conhecimento geral do nosso banco de dados –, uma das primeiras coisas que fizemos foi transformar o banco de dados do *Acces* para o formato *SPSS*. Feito isso, realizamos uma distribuição de frequência de quase todas as variáveis, pois isso nos possibilitou ter uma visão mais detalhada da qualidade dos dados que encontraríamos em cada uma delas. Visto que, sem uma recodificação de algumas variáveis, o entendimento das tabelas ficaria extremamente prejudicado, optamos por recodificar⁷ algumas delas, tais como: ano de petição, idade, naturalidade, nacionalidade, ocupação, cor e, por fim, local de moradia. Com isso, diminuimos o número de categorias e a leitura das tabelas ficou mais agradável ao leitor.

Outra importante fonte de pesquisa utilizada neste trabalho foram os jornais de época correspondentes ao período. Tínhamos o interesse em descobrir como a imprensa local se manifestava diante dos casamentos, especialmente aqueles que envolviam o casamento de imigrantes com pessoas da elite são-carlense. No entanto, pela leitura que fizemos desses jornais de época, notamos que, além dos editais de proclamas que passaram a ser publicados na imprensa a partir de 1901, não existia qualquer outro destaque na imprensa, exceto de um ou outro amigo da família do nubente que publicava um pequeno texto dando as felicitações aos nubentes pelo casamento. Essa fonte se revelou, portanto, infrutífera.

explicando a importância deste manual para o trabalho e a maneira como agrupamos as categorias.

⁷ A recodificação de variáveis envolve basicamente duas situações: 1) a agregação de categorias de maneira a construir novas categorias mais apropriadas para a análise estatística desejada e, 2) a transformação de variáveis do tipo ordinal em variáveis categóricas. Em nosso banco utilizamos ambas as situações.

1.2.3 Pesquisa com dados secundários

Os recenseamentos constituem um importante instrumento de pesquisa, pois é através deles que temos uma noção exata do quadro populacional da época – com especial atenção ao número de homens e mulheres (tanto estrangeiros como nacionais) para a data em que foi realizado, assim como do desenvolvimento urbano-industrial no interior paulista. Veremos logo a seguir de que forma esses Censos nos auxiliaram, notando seus aspectos positivos e suas limitações para os fins de nossa pesquisa. De modo geral, esse tipo de fonte nos permitiu alargar consideravelmente nossa base documental, o que certamente acabou dando um suporte maior nas análises feitas sobre os padrões de casamentos para o município de São Carlos.

Para que o leitor fique informado, no período que comporta nossa pesquisa foram realizados 5 recenseamentos, a saber, municipal: 1907; estadual: 1934; nacional: 1890, 1920 e 1940. Não utilizamos o Censo de 1890, devido ao fato deste, segundo Bassanezi (2002), conter vários problemas que acabaram afetando a sua realização e a sua publicação, a saber, não ter sido efetivado em todas as paróquias, a ausência de recursos financeiros, a estreiteza da oficina da Estatística e, posteriormente, a necessidade de se cuidar do recenseamento de 1900. todos esse problemas, acabaram por impor o abandono do plano original de publicação. Este Censo também não possui uma descrição detalhada da população segundo a nacionalidade, apenas desagregando a população entre brasileiros e estrangeiros. Por fim, resta notar que, *embora realizado no início do período republicano, portanto já em vigência a separação entre Estado e Igreja no Brasil, o*

*recenseamento de 1890 ainda conservou a paróquia como unidade mínima de agregação das informações coletadas*⁸.

Desta forma, até para termos uma boa idéia do contingente demográfico no município de São Carlos, optamos por utilizar o Censo estadual de 1886 que, apesar de não trazer uma descrição segundo o sexo da população, nos permitiu observar como a população estava distribuída segundo as mais diversas nacionalidades.

Portanto, nesta pesquisa, foram utilizados os Censos: municipal de 1907 - localizados na Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos -, do estado de São Paulo (1886 e 1934) e do Brasil (1920 e 1940).

O Censo de 1886 possui informações relativas à nacionalidade dos indivíduos em cada município do estado de São Paulo sem desagregar por sexo, assim como a quantidade de casamentos de brasileiros com estrangeiras e de estrangeiros com brasileiras.

No Censo municipal de 1907 foi possível notar as seguintes variáveis: nome, estado civil, ocupação, proprietários, sexo, cor, alfabetização e nacionalidade. Além desta informação, ainda temos a localidade de moradia dos indivíduos e isto permite visualizarmos como a população estava distribuída pelo município. Talvez a maior limitação deste Censo, assim como os de 1886 e 1934, seja o fato de não trazer maiores informações relativas à produção agrícola do município e quanto a produção industrial, para o período que representa. Por este Censo possuir a lista nominal de todos os moradores do município seria possível selecionarmos algumas famílias e, cruzando esses nomes com aqueles que possuímos na base de dados sobre as Habilitações de Casamentos, poderíamos notar os percursos das mesmas ao longo das diferentes gerações abrangidas pelo período (1890 a 1939). No entanto, não foi possível realizar esta tarefa nesta pesquisa.

⁸ Bassanezi, Maria Silvia B. (coord^a.) (2002), *Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950* (CD rom, seção de TEXTOS).

O Censo estadual de 1934 não nos traz nenhuma informação nominal sobre a população, assim como os Censos de 1920 e 1940. A informação mais relevante que este Censo nos traz, sobre o contingente populacional, é a que se refere à distribuição da população segundo a nacionalidade e domicílio (rural/urbano) por municípios do estado de São Paulo.

Os Censos nacionais de 1920 e o de 1940 trazem importantes informações quanto à distribuição da população por nacionalidade, segundo o sexo e os municípios. Porém, existem outras informações igualmente importantes para se poder avaliar a evolução da quantidade, do tamanho e do valor dos estabelecimentos rurais nas mãos tanto dos nacionais como dos estrangeiros. Com relação ao Censo de 1920, temos ainda a informação quanto aos estabelecimentos industriais, por estados da federação, nas mãos dos nacionais e estrangeiros, bem como o capital empregado, o número de operários e o valor da produção anual. Estes dados nos dão uma boa orientação quanto ao desenvolvimento tanto agrícola como industrial dos estados brasileiros. Já o Censo de 1940 nos permite avaliar como estava o desenvolvimento das atividades ligadas à agropecuária e em que proporção os estrangeiros estavam envolvidos neste tipo de atividade. Utilizamos ainda o Decreto de 1890 (decreto 181 de 24/01/1890), sobre casamento e o Código Civil de casamento de 1916, que traz algumas alterações sobre casamento.

Outro importante instrumento de pesquisa foram os almanaques do município (1894, 1905, 1915, 1916-17 e 1928), pois nesta documentação, não raro, foi possível identificar a diversificação das atividades produtivas ligadas a zona urbana (comércio e indústria), assim como a evolução dos estabelecimentos de ensino do município e a fundação de diversas associações de imigrantes. Alguns destes almanaques (de 1915 e 1916) ainda trazem uma estimativa da população municipal para o ano no qual foram publicados. Porém, essas estimativas da população não foram utilizadas por apresentarem muita discrepância numérica em relação aos Censos.

Fizemos ainda uma visita ao SEADE, em São Paulo, a fim de encontrar alguns dados sobre casamentos que, de alguma forma, pudessem ser relevantes à nossa pesquisa. Nesta instituição acabamos descobrindo, nos *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* – que compreendiam o período de nossa pesquisa –, vários dados sobre casamento em São Carlos. Porém, quase que a maioria destes dados não nos foi útil, uma vez que notamos muitas lacunas de informações nas variáveis durante o período.

Os anos para os quais encontramos informações para o município de São Carlos são: 1893, 1898, 1900, 1902 a 1919, 1927, 1929. As lacunas de informações começam com a inexistência do local de moradia (rural/urbano), cor e alfabetização dos nubentes em todos os Anuários consultados.

As informações sobre a idade dos nubentes foram encontradas nos seguintes anos: 1893, 1898, 1900, 1902 a 1910. Porém, estas informações, além de estarem separadas por faixa etária, ainda estão separadas segundo o sexo dos nubentes.

Com relação ao estado civil dos nubentes, temos, nos anos de 1898, 1900 e 1902 a 1906, informações separadas segundo o sexo. Já de 1907 a 1919, 1927, 1929, temos também o cruzamentos desta variável segundo o sexo dos nubentes.

A variável profissão aparece apenas para o homem e nos seguintes anos: 1898, 1900 e 1902 a 1910.

As informações relativas à naturalidade dos nubentes aparecem nos anos de 1898, 1900 e 1902 a 1906. Porém, também separadas segundo o sexo dos nubentes. Para a nacionalidade dos nubentes, encontramos informações para todos os anos consultados, mas as informações diferem segundo os anos. Em 1893, a nacionalidade dos nubentes aparece separada entre brasileiros e estrangeiros segundo cada sexo. Já para os anos de 1898, 1900, 1902 a 1906, a nacionalidade dos nubentes aparece separada segundo a etnia e sexo. Para os anos de 1907 a 1910 temos a melhor informação sobre nacionalidade do período, visto

que além de virem discriminadas segundo as diferentes etnias ainda temos o cruzamento desta variável segundo o sexo dos nubentes. Nos anos de 1911 a 1919, 1927 e 1929, as informações para esta variável voltam a ser descritas em dois grupos (nacionais e estrangeiros), sendo feito o cruzamento segundo o sexo dos nubentes.

Dada a heterogeneidade dos dados apresentados nesta parte, optamos por privilegiar nossa amostra de habilitações de casamento.

1.3 Qualidade dos dados

Durante todo o período abrangido pela pesquisa, houve variabilidade na qualidade dos dados contidos nas habilitações de casamento, segundo as décadas do período. Desta forma, julgamos que seja do interesse do leitor primeiro ter um contato geral com os dados, pois isso ajuda, de uma maneira geral, na compreensão do texto. Assim, a tabela 1 traz a distribuição da qualidade dos dados e o número de habilitações analisadas em cada uma das décadas do estudo.

De modo geral, nossa proposta foi trabalhar os dados do estudo segundo as décadas do período, visto que isto possibilitaria notarmos a evolução da endogamia ou homogamia⁹ no decorrer do tempo. Porém, em alguns casos tivemos que agrupar as décadas em virtude da quantidade de casos ser pequena, quando distribuídos segundo as décadas. Em termos percentuais, a década que ficou com o menor número de petições no período foi a de 1900 – 1909, com 18,0% do total geral.

Genericamente, quando falamos da qualidade dos dados de uma pesquisa histórica, tal como a que estamos apresentando, devemos ter em mente que a qualidade das

⁹ Os casamentos endogâmicos se referem a uniões de indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, seja este definido com base no parentesco, na residência, no território, na classe, na casta, na etnia, na língua, seja por qualquer outro critério. Os casamentos homogâmicos dizem respeito aqueles matrimônios ocorridos entre grupos semelhantes, que pode ser em relação ao grupo de idade ao casar, à residência, origem e classe social

informações fornecidas e anotadas dependem, e muito, da pessoa que preenche os documentos e da condição social das pessoas que estão se casando.

No geral, o que podemos perceber é que a qualidade dos dados é boa, uma vez que das 19 variáveis das quais dispomos em nosso banco de dados, apenas 4 delas possuem um percentual de dados válidos abaixo da casa dos 60%. Dentre aquelas que podemos classificar como muito boas, tanto para o noivo como para a noiva, estão as seguintes: meses de casamento, idade, naturalidade e nacionalidade, estado civil e alfabetização. Estas possuem uma porcentagem de casos com dados válidos acima de 90,0%.

Tabela 1

Número de habilitações e porcentagem de dados válidos de cada uma das variáveis segundo as décadas do período. São Carlos, 1890 a 1939.

	1890 - 1899	1900 - 1909	1910 - 1919	1920 - 1929	1930 - 1940	Total
Número de habilitações	574	505	549	628	570	2826
Idade do noivo	95,6 (549)	99,2 (501)	99,8 (548)	99,8 (627)	100,0 (570)	98,9%
Naturalidade do noivo	56,4 (324)	97,8 (494)	99,8 (548)	100,0 (628)	100,0 (570)	90,7%
Nacionalidade do noivo	56,4 (325)	97,8 (494)	99,8 (548)	99,8 (627)	100,0 (570)	90,9%
Nacionalidade dos pais do noivo	53,3 (306)	70,0 (354)	50,6 (278)	31,6 (199)	43,1 (246)	48,9%
Cor do noivo	59,5 (342)	64,7 (327)	49,9 (274)	28,0 (176)	75,4 (430)	54,8%
Estado civil do noivo	97,3 (559)	99,2 (501)	99,8 (548)	100,0 (628)	100,0 (570)	99,3%
Alfabetização do noivo	92,8 (533)	99,4 (502)	99,2 (545)	99,5 (625)	99,8 (569)	98,2%
Ocupação do noivo	3,6 (21)	71,6 (362)	98,3 (540)	99,3 (624)	99,8 (569)	74,9%
Local de moradia do noivo	0,2 (1)	24,5 (124)	37,5 (206)	95,0 (597)	93,6 (534)	51,7%
Idade da noiva	98,0 (563)	99,8 (504)	99,6 (547)	99,6 (626)	100,0 (570)	99,4%
Naturalidade da noiva	53,8 (309)	96,6 (488)	99,8 (548)	100,0 (628)	100,0 (570)	90,0%
Nacionalidade da noiva	54,0 (310)	96,6 (488)	99,8 (548)	100,0 (628)	100,0 (570)	90,0%
Nacionalidade dos pais da noiva	46,5 (267)	60,9 (308)	41,7 (229)	24,5 (628)	40,3 (230)	42,0%
Cor da noiva	50,8 (292)	58,8 (297)	40,0 (220)	20,3 (128)	73,8 (421)	48,1%
Estado civil da noiva	98,2 (564)	99,0 (500)	99,8 (548)	99,5 (625)	100,0 (570)	99,3%
Alfabetização da noiva	92,8 (533)	98,4 (497)	98,3 (540)	98,2 (617)	98,4 (561)	97,2%
Ocupação da noiva	0,9 (5)	39,6 (200)	94,1 (517)	99,0 (622)	99,6 (568)	67,7%
Local de moradia da noiva	0,3 (2)	22,1 (112)	35,1 (193)	97,9 (615)	98,7 (563)	52,7%
Meses de casamentos	98,9 (568)	99,0 (500)	99,6 (547)	100,0 (628)	99,4 (567)	99,4%

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Dentre aquelas variáveis com maior porcentagem de casos com dados válidos, podemos destacar ainda aquelas mais consistentes durante as décadas (para ambos os nubentes), ou seja, aquelas que a cada década sempre mantiveram porcentagens de casos

com dados válidos acima de 90,0%, a saber *meses de casamentos, idade, estado civil e alfabetização*. As variáveis *naturalidade* e *nacionalidade* (para ambos os nubentes) possuem porcentagens de casos com dados válidos razoavelmente boas na primeira década – não passando de 55,0% – para nas décadas seguintes assumirem porcentagens altas de casos com dados válidos.

Em uma posição intermediária está a variável *ocupação*, para ambos os nubentes. Estas possuem uma porcentagem de casos com dados válidos, para todo o período, superior a 65,0% e inferior a 75,0%. A década mais problemática, quanto à qualidade dos dados, para esta variável se localiza na primeira delas, quando o percentual de casos com dados válidos não passou de 3,6% para os noivos e 0,9% para as noivas. Já na segunda década a qualidade dos dados é boa para os noivos e razoavelmente boa para as noivas. A partir da década de 1910-1919, a quantidade de casos com dados válidos passa a ser constante e também muito boa para ambos os nubentes.

O restante das variáveis possui uma qualidade razoavelmente boa, para ambos os nubentes, visto que, no período, a porcentagem de casos com dados válidos esteve entre 42,0% e 55,0%. São elas: *filiação, cor* (tendo como década mais problemática para ambas a de 1920) e *local de moradia*.

A qualidade dos dados da variável *filiação* do noivo e da noiva aumenta da primeira para a segunda década, sofrendo fortes reduções na duas seguintes para ter forte alta na última década. A década mais problemática para esta variável é a de 1920-1929, quando notamos apenas 31,6% e 24,5% de casos com dados válidos para noivos e noivas, respectivamente. Porém, a qualidade dos dados para a *filiação* dos noivos é bem melhor do que aquele notado para a *filiação* das noivas, com quase 7,0% a favor dos noivos.

Com relação à variável *cor* dos nubentes, o comportamento foi, basicamente, o mesmo notado para a variável *filiação*, porém, a alta notada na variável *cor* da penúltima

para a última década foi extremamente significativa, superando até mesmo os percentuais notados para as duas primeiras décadas. No tocante a qualidade dos dados para a variável *cor*, notamos que a década mais problemática, assim como já fora notada para a *filiação* é a de 1920-1929, com 28,0% e 20,3% de casos com dados válidos para noivos e noivas, respectivamente.

A qualidade dos dados para a variável *cor* possui relação com a variação no número de estrangeiros europeus e seus descendentes da amostra ao longo das décadas do período. Em muitos casos em que a nacionalidade estava definida como sendo de algum país europeu ou quando os nubentes eram brasileiros filhos de europeus, era possível presumirmos a cor dos mesmos, coisa que não é possível fazermos quando a nacionalidade ou a filiação não está definida desta maneira – como brasileiro(a) filho de pais brasileiros, ou quando não se tem nenhuma informação quanto a nacionalidade dos nubentes ou dos pais dos nubentes, por exemplo.

No caso da variável *local de moradia*, seria importante que os nubentes fornecessem informações que nos possibilitassem identificar o domicílio rural/urbano. Nitidamente percebemos que, a partir da segunda década, a qualidade dos dados para esta variável vai melhorando substancialmente, porém, somente nas duas últimas a porcentagem de casos com dados válidos pode ser considerada muito boa, quando a quantidade de noivas que declarou seu local de moradia com detalhes acabou sendo maior do que a de noivos, embora devamos notar que, no geral, esse percentual seja de apenas um ponto a mais para as noivas.

Afora as lacunas referentes ao preenchimento de cada variável, ainda é importante ressaltar os problemas relativos ao significado que a porcentagem de casos com dados válidos de determinada variável pode estar encobrindo. A variável *cor* dos nubentes é um bom exemplo disso, visto que, a maioria dos nubentes que declararam ou tiveram sua cor

identificada, no período, ou eram estrangeiros ou descendentes de estrangeiros. Até a penúltima década do período (1920-1929), a maioria daqueles que declararam ou tiveram a cor identificada eram nubentes nascidos na Europa, especialmente Itália, Portugal e Espanha. A partir de 1920, a maioria daqueles que tiveram sua cor declarada ou identificada são os brasileiros descendentes de estrangeiros, compondo 40,9% e 45,8% para noivos e noivas, respectivamente. Portanto, em virtude do fato da pequena variação dessa categoria, não estaremos analisando a variável cor.

A variável *ocupação* da noiva é um outro exemplo do significado que a porcentagem de casos com dados válidos de determinada variável pode estar encobrindo, visto que, de uma maneira geral, a variável demonstra uma razoável porcentagem de casos com dados válidos. Porém, quando realizamos uma distribuição das categorias que assume esta variável, para conhecermos o comportamento referentes à *ocupação* da noiva, notamos que nada menos que 91,3% de todas as noivas aparecem classificadas na categoria serviço doméstico. A nosso ver, tanto para as mulheres do meio urbano como para aquelas do meio rural, essa categoria não se referia apenas aos cuidados com a higiene da casa, dos filhos e do marido. No meio rural, essa categoria acabava encobrindo vários casos em que as mulheres ajudavam a família na lavoura, especialmente as de imigrantes. Já no meio urbano, esta categoria colocava uma cortina sobre aqueles casos nos quais as mulheres trabalhavam como doceiras, lavadeiras ou costureiras.

Os próprios documentos contidos nas Habilitações de Casamento já nos dão fortes indícios da fraqueza que esta categoria possui, para o município de São Carlos, no tocante à análise referente à *ocupação* das mulheres, pois na folha em que é feita a descrição mais detalhada do homem e da mulher, o campo *ocupação* da mulher já vem preenchido com a discriminação “serviço doméstico”. Portanto, qualquer discussão referente à *ocupação* feminina acaba esbarrando em sérias dificuldades, pois ela pode não revelar a realidade em

que muitas mulheres se encontravam durante todo o período. Desta forma, optamos por excluir da análise a variável *ocupação* da noiva como um todo, apenas analisando aqueles casamentos nos quais as mulheres possuíam *ocupação* diferente da de serviço doméstico.

Capítulo III - Contextualização histórica

1. Influências do café: antecedentes históricos, contingentes demográficos e desenvolvimento urbano

Até a década de 1860, a Província do Rio de Janeiro foi a grande produtora de café do Brasil, tendo atingido até esta data o apogeu de sua produção. Portanto, podemos afirmar que o período áureo da produção cafeeira do Rio de Janeiro estava baseada no braço escravo. Monbeig (1998) notou que foi mais ou menos a partir de 1825 que o café penetrou no solo paulista e após 1850 passou a invadir o interior do estado de São Paulo.

Como a lei que proibia o tráfico ultramarino de escravos já havia sido promulgada em 1850, os cafeicultores do Rio de Janeiro viram os preços de escravos aumentarem ano a ano – visto que a disposição destes no mercado ia diminuindo paulatinamente¹⁰ –, o que conseqüentemente também aumentava os gastos com a produção do café.

É importante lembrarmos que a data de fundação de São Carlos foi em 1856, ou seja, 6 anos após a promulgação da lei de extinção do tráfico ultramarino. Esta lei fez com que os preços de escravos aumentassem em toda a região (Rio Claro, Araraquara e São Carlos¹¹). Em Araraquara, o preço médio do escravo, que em 1840 era de 349 mil réis salta para 833 mil réis em 1860. Já em Rio Claro, o preço médio do escravo salta de 509 mil réis, em 1840, para 1.821 mil réis em 1860¹² (Truzzi, 2000: 41). Esse aumento nos preços

¹⁰ Além de se alimentarem mal, a jornada de trabalho do escravo (com exceção de um dia da semana para descanso) se estendia de sol a sol, sendo que na colheita o trabalho continuava mesmo ao escurecer. Em virtude dessas condições precárias de vida, os escravos pouco se reproduziam.

¹¹ Estamos utilizando os municípios de Rio Claro e Araraquara porque são próximos de São Carlos.

¹² O preço médio do escravo em Rio Claro é maior devido ao fato de ter sido levado em consideração somente os homens de 15 – 29 anos. Os dados para Rio Claro Truzzi extraiu de Dean (Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 – 1920. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra (1977) e os dados para Araraquara foram extraídos de Corrêa (História social de Araraquara 1817 – a 1930. Dissertação de mestrado. USP, 1967).

de escravos reflete não somente o fim do tráfico, mas também *o fato da região estar se transformando em áreas de lavouras comerciais* (Truzzi, 2000:40).

Na década de 70 foi registrado o maior preço por negro nestas duas cidades, chegando um escravo a valer 2.044 e 989 mil réis em média nas cidades de Rio Claro e Araraquara respectivamente (Truzzi, 2000).

No entanto, os altos preços de escravos na região não parecem ter afetado o seu comércio, pois a quantidade de escravos em São Carlos, Araraquara e Rio Claro sofreu uma forte queda somente em 1886, certamente em virtude da promulgação da lei do sexagenário, tendo recuperado quase a mesma quantidade no ano seguinte.

Como os preços estavam cada vez mais elevados, os proprietários deveriam ter algum cuidado com os seus escravos, pois se tratava de um alto capital investido e mesmo tendo um poder sobre os seus escravos, quase que de vida e morte, os fazendeiros deveriam tratar seus escravos com algum cuidado. Do contrário, ou os escravos padeceriam e morreriam de moléstias muito comuns à época ou fugiriam. Portanto, se computarmos os gastos com alimentação, vestuário, remédios e capatazes para tomarem conta dos negros, logo notaremos que o investimento em escravos estava se tornando um negócio extremamente caro e de alto risco e que, portanto, necessitava passar por uma remodelação, de modo a garantir o aumento da produção e, conseqüentemente, os lucros dos fazendeiros.

Até a primeira metade do século XIX, a economia do município de São Carlos baseava-se na criação de bovinos e suínos (primeira atividade econômica da região), na produção de cereais para a própria subsistência e para o comércio com as cidades mais próximas e na cultura da cana-de-açúcar, para exportação pelo Porto de Santos¹³. Porém, após esse período, já se percebe a primeira plantação de café na fazenda do Pinhal. A partir

¹³ A partir de 1840, a cana-de-açúcar consolida-se como grande atividade econômica e como conseqüência vemos um reflexo direto no preço das terras e na grande procura por escravos. O preço das terras variava de

de 1870 a cultura do café ganha grande importância no território da Baixa Paulista e do município de São Carlos (Melo, 1975).

Como sabemos, o café foi o grande impulsionador dos processos tanto de industrialização como o de urbanização no estado de São Paulo, ou seja, foi a partir do predomínio deste tipo de atividade que o estado de São Paulo, especialmente, passou por grandes transformações. Tanto isso é verdade que, segundo Dean (1991), nos períodos em que o comércio do café não esteve bom – períodos de 1892 a 1895 e de 1902 a 1906 – a indústria local agonizou.

A produção brasileira, segundo Furtado, que era de 5,5 milhões de sacas em 1880-81 atingiu 16,3 milhões de sacas em 1901-02. A expansão da produção cafeeira pelo estado de São Paulo foi a responsável pela ocupação de boa parte do território paulista, pois à medida em que as terras mais antigas iam se tornando esgotadas para este tipo de cultura, as pessoas, cada vez mais, adentravam no sertão paulista, sempre a procura das melhores terras para o cultivo do café. Vejamos a evolução da produção do café no estado de São Paulo a partir da tabela abaixo.

Tabela 2

Produção de sacas de café no estado de São Paulo ao longo dos anos.	
Anos de produção	Produção em sacas
1836	147.034
1854	883.564
1870	1.043.112
1906	15.000.000

Fonte: dados extraídos do texto de Monbeig (1998: 24)

A tabela 2 nos aponta que até o ano de 1854 – ano que compreende mais ou menos o final da primeira metade do século XIX – a produção cafeeira cresceu de maneira bastante significativa, visto que de 1836 até 1854 a produção de sacas deste produto teve um crescimento de mais de 600,0%. Já para o período posterior a esse na tabela - 1870 a

acordo com a sua produtividade (Truzzi, 2000).

1906 – notamos que a produção de sacas cresceu mais de 1.400%¹⁴. Portanto, a força impulsionadora que este produto terá em outros ramos da atividade produtiva deverá ser na mesma proporção, ou seja, quase todo comércio que surgiu neste período é consequência direta ou indireta da economia cafeeira.

O município de São Carlos, a esta época, já era um dos importantes pólos produtores de café do interior do estado, sendo que para o ano de 1892 a produção atingiu cerca de 11.584.588 quilos do produto. Já em 1913 a produção deste produto cresceu cerca de 66,0%, chegando a casa dos 17.556.569 quilos¹⁵.

Mesmo com algumas crises enfrentadas pelo produto já no final da última década do século XIX a produção estava longe de dar sinais de redução ou estagnação. A partir da crise de 1893, os preços do café no mercado internacional começaram a cair¹⁶. A saca do café caiu de 4,09 libras, preço de 1893, para 1,48 libras em 1899 (Furtado, 2000). Isto provocou enormes prejuízos para os fazendeiros do setor, uma vez que não se conseguia mais vender toda a produção.

Desta forma, a primeira grande defesa do produto, feita pelo Estado, foi em 1906, com a assinatura do “Convênio de Taubaté”. Na sua essência, este convênio apontava para: intervenção do governo no mercado, comprando os excedentes; o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; esse empréstimo seria coberto com a criação de um imposto, cobrado em ouro sobre a saca de café exportada; os governos dos estados deveriam desencorajar novas plantações do produto, a fim de que o problema fosse solucionado o mais breve possível. De uma maneira geral, podemos dizer que foi

¹⁴ No ano de 1905 o número de cafeeiros no município de São Carlos era de 25.049.200. Esta quantidade de cafeeiros em São Carlos é praticamente a mesma até 1922. porém, sua produção teve forte queda entre os anos de 1918-1920 e depois de 1922 (Melo, 1975:96).

¹⁵ Almanques de São Carlos: 1894 e 1915.

¹⁶ Em 1897, já não é mais possível segurar os preços do café através da depreciação do produto, como foi feito em 1893 (Furtado, 2000).

socializando as perdas, para falarmos na linguagem de Furtado, que o governo conseguiu proteger os cafeicultores dos prejuízos anunciados com a crise do setor.

No entanto, Martins (1990) não acredita que isso seja completamente verdadeiro, uma vez que o presidente da república na época¹⁷, pelo menos no início da crise, não parecia estar totalmente voltado aos interesses dos cafeicultores, visto que discordava destes sobre a política do café, mantendo um relacionamento favorável com os industriais¹⁸. Martins ainda acredita, e a nosso ver com algum mérito, que a política adotada pelo governo de financiar a colheita do café não foi somente para proteger os cafeicultores, pois praticamente todo o comércio se movimentava pelo dinheiro gerado pelo café, visto que sem dinheiro os fazendeiros deixariam de pagar os colonos (e os trabalhadores rurais, em geral), que por sua vez deixariam de pagar os comerciantes, que por sua vez, deixariam de pagar os atacadistas e importadores; em suma, todo o setor comercial ficaria estagnado (Martins, 1978:100). Portanto, esse dinheiro liberado pelo governo para financiar a crise do café acabou, de alguma forma, indo parar no setor comercial e industrial do país e isso possibilitou a manutenção da vida econômica do país.

Vale ainda destacar que essa política de “valorização” do café, por diversos motivos, não foi colocada em prática pelo governo federal. Foram os estados cafeicultores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), liderados por São Paulo, que a puseram em prática, devido à descentralização republicana, que lhes concedera poder constitucional exclusivo de criar impostos às exportações (Faoro, 2000).

Por fim, não é demais notarmos, que o último artigo do Convênio de Taubaté nunca foi, de fato, colocado em prática pelos estados produtores do café, haja visto que em São Paulo entre 1927-1928 a produção de café foi recorde, nada menos que 17.982.000

¹⁷ Washington Luís.

¹⁸ Foi somente após a Revolução de 1930, quando o presidente foi sucedido por uma junta e, em seguida, por Getúlio Vargas, que foram tomadas medidas para resolver o problema do café. Antes disso, muitos foram os casos de fazendeiros que, sem ter como enfrentar a crise, transferiram suas propriedades para credores

sacas do produto. Portanto, a política de “valorização” do café foi extremamente atrativa para os produtores de café, uma vez que seus lucros sempre estiveram garantidos.

O contingente demográfico do estado de São Paulo também cresceu bastante no período citado mais acima, pois se em 1836 a população paulista não passava de 284.012 habitantes; em 1890 já era de 1.384.753 habitantes, chegando a quase dobrar em 1900, totalizando 2.282.279 habitantes (Monbeig, 1998). Certamente cifras apresentadas para a população do solo paulista ao longo do século XIX guardam estreita relação com a produção cafeeira paulista, que como vimos deu vários saltos de produção ao longo deste mesmo século.

Outro aspecto que nos chama a atenção é a quantidade de novos municípios que surgiram no estado de São Paulo a partir da década de 1850. Como já salientamos anteriormente, o café passou a invadir o interior de São Paulo após este ano. Esta interiorização do café acabou fazendo com que a quantidade de municípios chegasse a 50 já no ano de 1854 e saltasse para 89 no ano de 1872. Em 1890, o número de municípios do estado já chegava a 135, passando para 203 em 1920, a 259 em 1934 e a 270 no ano de 1940¹⁹.

No município de São Carlos, o contingente demográfico para o ano de 1886 era de 16.104 indivíduos, e esta população representava 1,33% da população paulista. Se comparado com a cifra apresentada para o ano de 1872, que era de 5.329 habitantes, nota-se que a população teve um crescimento de 302,2% durante o período. Para que possamos ter uma idéia melhor da composição da população, em São Carlos, segundo a nacionalidade e o sexo em diferentes anos censitários, passaremos a apresentar, na tabela 3, os dados de sua população divididos pela nacionalidade e pelo sexo.

(bancos, comerciantes e, até, colonos (Martins, 1990).

¹⁹ Bassanezi, Maria Silvia B. (coord^a.) (2002), Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950 (CD rom). NEPO – UNICAMP.

Tabela 3

Distribuição da população segundo os anos, a nacionalidade e o sexo.
São Carlos, Censos municipal, estadual e nacional.

Nacionalidade	Sexo	Anos de Censos				
		1886	1907	1920	1934	1940
BRA	M	**	11.856	20.813	**	22.093
	F	**	11.538	20.081	**	22.081
	T	14.053	23.384	40.894	44.724	44.174
ITA	M	**	6.191	4.362	**	1.212
	F	**	5.125	3.873	**	1.255
	T	1.050	11.316	8.235	4.185	2.467
ESP	M	**	881	1.184	**	374
	F	**	781	957	**	372
	T	117	1.662	2.141	1.109	746
POR	M	**	997	1.182	**	341
	F	**	647	766	**	216
	T	464	1.644	1.948	950	557
ALE	M	**	110	118	**	57
	F	**	100	84	**	51
	T	371	210	202	119	108
SIR	M	*	*	129	**	*
	F	*	*	83	**	*
	T	*	*	212	150	*
JAP	M	*	*	44	**	96
	F	*	*	36	**	79
	T	*	*	80	71	175
Outras	M	**	226	236	**	193
	F	**	189	233	**	169
	T	49	415	469	308	362
Não declarada	M	0	0	21	**	8
	F	0	1	23	**	12
	T	0	1	44	4	20
Total de estrangeiros	M	**	8.405	7.255	**	2.273
	F	**	6.842	6.032	**	2.142
	T	2.051	15.247	13.287	6.892	4.415
Total geral (estr. + bras.)	M	8.858	20.261	28.089	**	24.374
	F	7.246	18.381	26.136	**	24.235
	T	16.104	38.632	54.225	51.620	48.609

Fonte: Censo de 1907 (FPMPS). Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950 (CD rom), coordenado por Maria Sílvia Beozzo Bassanezi (NEPO-Unicamp).

Notas: (*) este símbolo indica que nestes anos esta nacionalidade não foi citada; ** nestes anos o sexo dos indivíduos não foi citado.

Do total da população de 1886 havia, quanto a nacionalidade, 14.053 brasileiros e 2.051 estrangeiros, assim distribuídos: 1.050 italianos, 464 portugueses, 371 alemães, 117 espanhóis, 25 austríacos, 12 africanos, 4 franceses, 2 ingleses e 2 indivíduos pertencentes a outras nacionalidades. Com relação ao sexo, embora não tenha sido possível desagregar em homem e mulher, por nacionalidade específica, já é possível notar que havia uma

discrepância numérica, pois havia 8.858 homens para 7.246 mulheres, o que daria uma razão de sexo de 122 homens para cada 100 mulheres.

Outra característica importante da população são-carlense em 1886 é com relação a cor e estado civil. Havia 7.248 indivíduos de cor branca, 3.993 de cor preta, 2.906 caboclos e 1.957 pardos. Como até 1886 a imigração em massa mal havia começado, é óbvio que a porcentagem de negros na população era bem maior que a de estrangeiros, cerca de 36,94% (soma de pretos mais pardos) e 12,74%, respectivamente. Isso porque apesar de muitos imigrantes terem vindo para trabalhar nas lavouras paulistas e, conseqüentemente, nas de São Carlos antes da abolição, as grandes levas de imigrantes só chegariam ao estado (e à cidade) na década de 1890. O número de solteiros era de 10.522 solteiros (incluindo crianças), 5.123 casados e 459 viúvos.

Em 1899, o Clube da Lavoura do município de São Carlos realizou um levantamento a respeito da situação agrícola do município. De acordo com este levantamento, o município de São Carlos contava com uma população rural de 15.688 trabalhadores, sendo que 13.418 eram imigrantes. Dentre os principais grupos de trabalhadores imigrantes no município, os italianos compunham a imensa maioria (10.396), vindo em seguida os espanhóis (1.356) e os portugueses (886)²⁰. A quantidade de brasileiros foi de 2.270 indivíduos, sendo 1.242 negros e 1.028 brancos.

Com relação ao Censo de 1907, notamos que a população do município de São Carlos teve um crescimento de aproximadamente 240,0%. Como é possível notar pelos dados apresentados na tabela 3, este crescimento fora fortemente impulsionado pelo ingresso de imigrantes no município, sendo que o percentual de todos os imigrantes somados corresponde a aproximadamente 39,4% da população em 1907. Esta porcentagem de estrangeiros representa a maior entre todos os Censos da tabela 3, e isto pode ser

²⁰ O restante dos imigrantes presentes neste município, em 1899, se divide entre: austríacos (447), alemães (211), polacos (119) e franceses (3) (Melo, 1975:111).

explicado pelo grande contingente de imigrantes que se dirigiram ao estado de São Paulo na década de 1890²¹.

Deste total de imigrantes em São Carlos, no Censo de 1907, a grande maioria era composta por italianos (11.316), seguidos pelos espanhóis (1.662) e pelos portugueses (1.644). A maior parte dos italianos fixou-se no meio rural (9.750), assim como também o fizeram os espanhóis (1.492), os portugueses e o restante dos estrangeiros; aliás para os dois primeiros Censos citados na tabela 3 a maioria da população, tanto de brasileiros como de estrangeiros, vivia no meio rural. Em relação ao Censo de 1886, notamos que a quantidade de alemães que se dirigiram para São Carlos sofreu uma boa redução, sendo que esta mesma tendência será notada para esta nacionalidade nos Censos seguintes. Vale destacarmos aqui que dos 38.642 indivíduos residentes no município de São Carlos em 1907, cerca de 73% (28.044) moravam no meio rural.

Tal como podemos notar na tabela 3, a partir de 1907, o grupo de italianos que se dirigiu para o município de São Carlos sofreu seguidas reduções numéricas. Na verdade, já a partir de 1900 o Brasil deixa de ser o destino preferencial dos italianos na América²², sobretudo a partir de 1902, quando o governo italiano, por meio do decreto Prinetti, proibiu a imigração subsidiada para o Brasil, tendo como forte motivo os maus tratos sofridos pelos seus cidadãos. No município de São Carlos, o efeito do decreto Prinetti pode ser sentido já no ano seguinte, em 1903, quando a quantidade de italianos que se dirigiram para São Carlos caiu para menos de 1/5 dos que haviam chegado em 1902 (cerca de 1.381 italianos)²³.

²¹ No Censo de 1920 notamos que a população do município voltou a crescer e os imigrantes faziam parte de 24,5% do total da população. Em 1934 a população de estrangeiros no município passou a corresponder a 13,3%, voltando a cair em 1940, quando correspondia a 9,1% do total.

²² Em 1900 os EUA emergem como maior pólo receptor de italianos da América. Na época da Primeira Guerra Mundial, os EUA tinham absorvido aproximadamente 70,0% de todos os imigrantes que se dirigiram aos três principais países de destino na América (Argentina, Brasil e EUA) (Klein, 1989:96).

²³ Dados de Truzzi, 2000:58.

Esta medida do governo italiano, segundo Alvim (1986), favoreceu a vinda de imigrantes espontâneos para o Brasil, porém, estes não eram constituídos por agricultores nem por famílias, como os subsidiados, mas sim por artesãos e operários em sua maioria solteiros que, fixando-se nas cidades, contribuíram para a industrialização.

Num sentido contrário ao notado para os italianos, notamos que, no Censo de 1920, os imigrantes espanhóis, portugueses e de outras nacionalidades, aumentaram seu contingente. No Censo de 1920 notamos ainda o aparecimento de dois novos grupos de imigrantes, a saber, sírios e os japoneses. Provavelmente a imigração japonesa é a novidade após o Censo de 1907, visto que sírios podiam estar agregados na categoria “outras”.

De uma maneira geral, os dados censitários de 1920, 1934 e 1940 nos evidenciam que a população são-carlense sofreu uma redução de 1920 para 1934 (redução de aproximadamente 5,0%) e uma redução mais considerável de 1934 para 1940 (redução de cerca de 6,0%). A nosso ver, esse ocorrido possui estreita relação com a decadência da cultura cafeeira que acabou expulsando grande parte da população do campo ou para o centro urbano do município – para servirem como mão-de-obra nas fábricas, visto que a cidade se encontrava em progressiva industrialização²⁴ – ou para outras regiões no interior do estado de São Paulo.

No Censo de 1934 é possível notarmos um espetacular aumento na porcentagem de moradores (nacionais e estrangeiros) do meio urbano do município de São Carlos. Ao compararmos o Censo de 1907 com o de 1934 notamos que, no geral, em 27 anos a população urbana saltou de 10.598, em 1907, para cerca de 20.791 habitantes em 1934, ou

²⁴ Citado por Truzzi (2000: 105 a 106): Enéas Camargo (1940), O êxodo rural da população em São Carlos. *Correio de São Carlos*. São Carlos, 8 dez. de 1940. A esta época, cita ainda Camargo, “*ao passo que as fazendas reduziam a metade seu pessoal, os bairros urbanos e suburbanos de São Carlos se superlotavam, apresentando atualmente grande densidade, havendo casas de dois cômodos, em que moram oito ou dez pessoas, na maior promiscuidade e muitas vezes, na maior miséria. E há sempre falta de casas para alugar, enquanto que nas fazendas abundam os prédios vazios*”...

seja, se em 1907 a população urbana representava 27,0% do total, em 1934 passou a representar pouco mais de 40,0% do total da população do município.

Essa tendência de crescimento da população do meio urbano continua e no Censo de 1940 já é possível notarmos que a população urbana superou a rural, pois em um contingente populacional de 48.609 habitantes cerca de 25.746 moram no meio urbano e 22.863 no meio rural²⁵, ou seja, a população urbana em 1940 passa a representar 53,0% da população total do município.

Nas cidades do interior do estado de São Paulo, o capital advindo do café favoreceu o florescimento de numerosas fábricas e indústrias, especialmente a partir da crise de 1929. Na verdade, tal como aponta Cano (1983), toda a indústria do estado de São Paulo deu um salto quantitativo entre os anos de 1907 e 1919 e qualitativo entre 1919 e 1929, uma vez que diversificou consideravelmente sua produção e introduziu, embora de maneira bem inicial, alguns setores industriais de bens de produção capazes de atender demandas de escala nacional.

O município de São Carlos, assim como alguns outros do interior paulista, também parece ter acompanhado essa tendência de incipiente desenvolvimento. Tendo surgido em 1856 como pousada de viajantes vindos de Rio Claro em direção a Araraquara, já em 1860 foi elevada à categoria de Freguesia, em 1865 à Vila e em 1880 à cidade, quando foi instalada a comarca judicial, reivindicada por fazendeiros da região. De 1856, data de sua fundação, até o ano de 1884, data de inauguração da linha de ferro²⁶, a cidade passa de uma simples pousada de viajantes, a um pólo desenvolvido de produção cafeeira no cenário regional²⁷.

²⁵ Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950 (CD rom) e FPMPS – Censo de 1907.

²⁶ Já em 1883, São Carlos consegue aprovação para tráfego provisório da estrada de ferro (Neves, 1997).

²⁷ Sabemos que em grande medida, a expansão dos cafezais pelo estado de São Paulo, dependeu dos “braços imigrantes” que chegaram em grandes levadas no estado na década de 1890. Porém, discutiremos a inserção da mão-de-obra imigrante um pouco mais adiante.

A estrada de ferro foi, de fato, um importante fator de desenvolvimento do interior paulista – especialmente para os municípios por ela servidos –, pois uma grande produção não poderia ser escoada no lombo de animais, pois além de não ser totalmente seguro fazer o transporte desta maneira, o tempo gasto seria muito grande. Já em 1870, havia uma ferrovia no estado, que saía de Santos, passava em São Paulo e terminava em Jundiá (Monbeig, 1998:26). Além do transporte do principal produto de exportação do Brasil (o café), ela também tornava a distância entre as localidades por onde passava mais curta e as viagens mais seguras e confortáveis, se comparadas àquelas feitas no dorso de animais.

Muitos fazendeiros, além da dedicação aos negócios de suas fazendas, ainda se detinham em outras atividades, tais como: comércio, bancos, ferrovias, indústria, comércio imobiliário e, a principal delas, a de acionistas de empresas (Martins, 1990). Tudo porém, de acordo com Cano (1990), estava na órbita no café. Em São Carlos, no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, já era possível notar a existência de dois bancos, várias casas de comercialização do café e equipamentos de consumo coletivo urbano em pleno funcionamento²⁸. Portanto, ao que nos parece, o investimento feito pelo fazendeiro na produção, no transporte e na comercialização do café, foi o único exemplo de atividade que podemos assim chamar de industrial.

O desenvolvimento das atividades industriais de São Carlos teve como principal agente os imigrantes – seja como donos do próprio negócio ou como operários de fábricas – que, interessados em se estabelecer com algum ofício, acabaram atraídos para a cidade pelo florescimento de um mercado urbano mais desenvolvido (Truzzi, 2000:119). Vale destacar ainda que, a maioria das atividades desenvolvidas pelos imigrantes, pelo menos na primeira década do século XX, exigia o investimento de um capital inicial menor do que

²⁸ Em 1890 foi fundada em São Carlos a primeira casa bancária, que tinha como proprietário o Conde do Pinhal. Já em 1891 foram fundados mais dois bancos neste município, a saber, o Banco de São Carlos e o Banco União de São Carlos (Devescovi, 1987:52 e 53).

aquelas atividades nas quais os fazendeiros investiam.

No município de São Carlos, os imigrantes, apesar de terem se destacado nas mais diversas profissões, se orientaram nitidamente para a sub-indústria de artigos para o consumo popular – embora bastante rudimentar, tipicamente uma indústria de fundo de quintal – e para aquela fornecedora de produtos utilizados nas propriedades agrícolas – serrarias, atividades de fundição e de forjaria, produção de: pregos, arames, peneiras, grades, telas, rastelos, etc. (Truzzi, 2000).

Na época instalaram-se em São Carlos a Cia Paulista de Estrada de Ferro – empregando operários(as) e ferroviários –, a Cia Paulista de Eletricidade (1901), as indústrias de beneficiamento de café; o pequeno comércio, tais como bares, hotéis e restaurantes; as pequenas e médias fábricas de tecidos – que num primeiro momento fabricavam em larga escala sacarias para o ensacamento do café nas fazendas –, alfaiatarias, fábricas de móveis, de macarrão, de charuto, de sabão, açougues, casas de vidros, oficinas de relojoeiros, padarias, etc. O setor da construção civil também empregava um considerável número de trabalhadores especializados, tais como pedreiros, eletricitas, ferreiros, pintores e encanadores. Uma grande quantidade das atividades que exigiam um pequeno investimento inicial foi desenvolvida por imigrantes, porém, ainda é possível notar que alguns imigrantes, ainda nas duas primeiras décadas do século XX, também eram proprietários de estabelecimentos de alguma projeção no município, como por exemplo, a indústria que fabricava sabão no município (do italiano Cerri); Casa Zambrano (grande loja de comércio de secos e molhados que também fabricava móveis numa oficina anexa a seus armazéns); Facchina e Giometti (fabricantes de colas e adubos, arames, rastelos, gelo, sorvetes e peneiras)²⁹.

²⁹ Almanaque de São Carlos de 1915.

De uma maneira geral, as primeiras fábricas instaladas em São Carlos, preferiram colocar seus galpões industriais em lugares próximos à estação ferroviária (Truzzi, 2000), uma vez que isso facilitava o embarque e desembarque de mercadorias.

Após a crise de 1929, no seio da incerteza que rodeava a produção cafeeira, as fábricas e indústrias vão ganhando cada vez mais importância. Essa nova maneira de investimento de capital nos sugere também um novo padrão de acumulação. Em São Carlos, a atividade industrial se converterá em principal pólo econômico do município a partir de 1940; porém, esse arranque já é notado entre 1935 e 1945 (Devescovi, 1987). Até porque, como já salientamos, foi exatamente nesta época que começa a ocorrer no município um forte êxodo rural e, portanto, uma boa quantidade de mão-de-obra acabou sendo aproveitada nas fábricas.

No entanto, investir em ramos industriais/comerciais não foi a única novidade em São Carlos para se esquivar da decadência do café. Já em 1917, por exemplo, o fazendeiro de café Alfredo Ellis tentou produzir arroz, neste município, por meio de irrigação (técnica nova na região), porém, esta tentativa acabou frustrada. A partir da década de 1920, outras culturas passaram a ser desenvolvidas no município (por pequenos proprietários), tais como o cultivo de tomate, banana, abacaxi e laranja. O algodão também foi cultivado no município, porém, em 1940 sua produção começou a dar sinais de decadência no meio rural. A atividade pecuária – iniciada em 1930 – foi a que, de fato, substituiu a cafeicultura no município, passando a ter, em 1940, grande importância na vida econômica do município³⁰ (Truzzi, 2000 e Devescovi, 1983).

O fracionamento das grandes propriedades rurais de São Carlos passou a ocorrer, mais ou menos, a partir do ano de 1905, quando o número de propriedades no município

³⁰ Em 1939 foi fundada em São Carlos a Cooperativa são-carlense de Leite e Laticínios, integrando já na data de sua fundação nada menos que 58 pecuaristas do município (Devescovi, 1983: 75).

passou de 267 em 1901, para 313 em 1905 e para 481 em 1934³¹. A explicação para este fracionamento das propriedades agrícolas de São Carlos se deve, basicamente, ao envelhecimento do cafezal, esgotamento do solo, baixa produtividade e as crises do café no período. Isso tudo fez com que grandes cafeicultores do município, tal como a família Botelho, vendessem suas terras para abrirem outras propriedades em terras novas, mais a oeste.

Enfim, foram inúmeras as influências que a cafeicultura legou, de um modo ou de outro, ao desenvolvimento do interior do estado de São Paulo ao longo de toda a primeira metade do século XX, seja norteando o investimento em outras atividades produtivas na incipiente zona urbana – favorecendo o surgimento e fortalecimento do comércio e da indústria –, seja investindo em outras culturas na zona rural – como foi o caso do algodão e da pecuária.

Os imigrantes acabaram tendo importante papel em toda essa transformação ocorrida no estado de São Paulo, sobretudo na década de 1890, quando levas e mais levas de imigrantes passaram a dar entrada na hospedaria dos imigrantes em São Paulo. No ano de 1887, cerca de 60 a 70 mil imigrantes já se encontravam empregados em estabelecimentos agrícolas de São Paulo, e este número já superava significativamente a estimativa, feita para o período, de trabalhadores escravos, que chegava a 50 mil (Hall, 1989).

No item seguinte, pretende-se tratar da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, bem como a participação dos imigrantes no desenvolvimento de São Paulo e sua ascensão social e, a partir de todo este processo, como se procederam as escolhas matrimoniais.

³¹ Bassanezi, Maria Silvia Beozzo (2002), *Estrangeiros no estado ...*

1.2 Implantação do trabalho livre: inserção, ascensão social dos imigrantes e escolhas matrimoniais

Até o presente momento, discutimos pouco acerca do papel que os imigrantes acabaram desempenhando em todo este mosaico de transformações ocorrido em São Carlos e no estado de São Paulo. Como já foi possível notar na tabela 3 deste texto, os imigrantes compreenderam uma boa quantidade dos moradores do município de São Carlos.

A expansão do café no estado de São Paulo foi favorecida por diversos motivos, dentre os quais destacamos: 1) o emprego da mão-de-obra livre, auxiliado por uma política de atração de braços da Europa Meridional, num primeiro momento; 2) o desenvolvimento de uma rede ferroviária, a partir da construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí em 1867. Como, no item anterior, já mencionamos o papel da ferrovia no desenvolvimento do estado de São Paulo, exploraremos agora a transição do trabalho escravo para o livre. Em comparação ao apogeu do café no Vale do Paraíba, a expansão do café pelo oeste paulista se deu, sobretudo, pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Esta atitude dos cafeicultores do oeste paulista nada tinha de humana, tal como nos lembra Dean, pois se tratava puramente de interesses econômicos, uma vez que a falta de braços se configurava como uma séria barreira à expansão das plantações pelo oeste desse estado.

Como sabemos, a mão-de-obra escrava de São Paulo estava, quase que na sua totalidade, empregada nas lavouras de café do estado. No entanto, a expansão de cafeeiros pelo interior do estado não seria possível com o número limitado de escravos que se encontravam à disposição dos fazendeiros e, sendo assim, seria preciso pensar em alguma forma de atrair mão-de-obra em número suficiente para que a expansão dos cafeeiros fosse garantida.

Alguns fazendeiros paulistas, notando que o trabalho escravo já não era tão seguro como antes, já haviam tentado algum tipo de experiência com mão-de-obra européia nas décadas de 1840 e 1850. Em 1845 houve uma experiência com o trabalho livre, quando se deu a decisão de Nicolau Vergueiro de importar trabalhadores europeus livres – na maioria alemães e suíços – para trabalharem através de um contrato de parceria³². O imigrante era obrigado a permanecer na fazenda trabalhando até reembolsar os custos da viagem, do transporte e outras despesas. Além disso, tinha que se submeter a certos regulamentos da fazenda que acabavam implicando na renúncia a certos direitos civis. Não podiam, por exemplo, se ausentar ou receber convidados sem a prévia autorização do dono da fazenda.

Porém, tamanha foi a reação dos imigrantes à exploração imposta e à espoliação sofrida que este tipo de experiência não foi levada adiante e o trabalho nas lavouras continuou sendo realizado pelos escravos.

Muitas outras iniciativas de empregar mão-de-obra imigrante nas fazendas de café foram seguidas posteriormente pelo interior do estado de São Paulo. No município de Rio Claro e no de Araraquara este tipo de empreendimento já estava ocorrendo desde 1860 e 1865, respectivamente. Em São Carlos, a primeira experiência com o trabalho imigrante ocorreu por volta de 1876, quando o conde do Pinhal³³ financiou a vinda de cem famílias de alemães para sua fazenda, que se instalaram numa colônia próxima à estação Conde do Pinhal. Durante toda a década de 1880, chegaram no município de São Carlos cerca de 1.783 imigrantes (sendo que o maior contingente era composto por italianos), o que

³² De acordo com o contrato de parceria, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem ao porto de Santos, adiantava o custo do percurso de Santos à fazenda, assim como os mantimentos e instrumentos necessitados pelos imigrantes até que eles pudessem reembolsá-lo com os ganhos de suas primeiras colheitas. O fazendeiro designava aos trabalhadores o número de pés de café que eles poderiam cuidar, colher e beneficiar e atribuía-lhes um pedaço de terra para o cultivo de seus próprios gêneros alimentícios. Além disso, os imigrantes recebiam uma casa, aparentemente grátis ... Os trabalhadores ficavam obrigados a repor os gastos feitos pelos fazendeiros em seu favor com pelo menos metade de seus ganhos anuais com o café (Stolke & Hall, 1984:83).

³³ Antônio Carlos de Arruda Botelho.

conferia ao município, em relação ao estado de São Paulo, o 3º e/ou 4º lugar – dependendo do ano – no tocante ao recebimento de imigrantes nesta década (Truzzi, 2000:58).

Se por um lado, as primeiras experiências da vinda de imigrantes para as lavouras de café, não deram muito certo, por outro, era nítido que à medida que o tempo ia passando, a presença de mais trabalhadores nas fazendas era algo que estava se tornando extremamente urgente, pois a um só tempo, a imigração poderia pôr fim a duas preocupações do fazendeiro, a saber as freqüentes fugas dos seus escravos e a expansão do seu cafezal.

No entanto, era preciso fazer alterações no contrato de trabalho dos imigrantes, pois isso garantiria um maior empenho no trabalho, visto que a produção dos cafeeiros dependia da qualidade do cultivo. Aos poucos então foi sendo introduzido o colonato³⁴, sistema com o qual os fazendeiros esperavam minimizar os problemas com os trabalhadores livres. As multas por abandono de fazenda antes da quitação da dívida, previstas em contratos anteriores, agora, cada vez mais, eram estipuladas pela não execução da carpinagem (Stolke & Hall, 1984: 100). Porém, este sistema não foi capaz de acabar com os conflitos no campo, pois a rigidez com que o fazendeiro controlava a saída e entrada de seus colonos – e também de outras pessoas que não trabalhavam na propriedade –, acabou provocando vários conflitos entre esses dois atores, revelando um descontentamento muito grande por parte dos colonos, seja com relação ao pagamento de salários³⁵, seja em relação ao tratamento recebido dos patrões (fazendeiros).

Procurando buscar soluções aos conflitos entre fazendeiros e colonos, foram

³⁴ Um sistema misto de remuneração por tarefas e por peça ... Neste sistema a carpa do café era paga segundo uma taxa fixa anual por milhar de cafeeiros cuidados e a colheita por alqueire de café colhido. Pagando-se um preço estipulado e separado pela carpa ... o que garantiria aos trabalhadores uma renda estável e independente do café produzido, podia-se esperar que eles não descuidassem dos cafezais fora da época da colheita ... Em conseqüência, se elimina inteiramente a única desvantagem inerente ao pagamento por peça, isto é, a má qualidade do serviço (Stolke & Hall, 1984:100 – 101).

³⁵ Em algumas ocasiões os fazendeiros adiavam o final do ano agrícola (quando se fazia o acerto de contas com o colono). Isso era feito para que o colono não se mudasse para outra fazenda ao final de cada ano, pois para conseguir emprego em outra fazenda o trabalhador deveria chegar antes da primeira carpa (Stolke &

criadas, respectivamente, em 1906 e 1911, a *Agência Oficial da Colonização e Trabalho* e o *Patronato Agrícola*³⁶, com o intuito de institucionalizar os serviços de proteção aos imigrantes, forçando os fazendeiros a respeitarem os contratos com os colonos. Portanto, a partir da segunda década do século XX, as queixas dos colonos diminuíram e as relações de trabalho tornaram-se menos conflituosas (Petrone, 1987).

A grande quantidade de imigrantes vindos para o estado de São Paulo teve reflexos diretos na expansão da produção cafeeira local. Hall (1989) notou que, de 1888 a 1902, o número de cafeeiros no estado de São Paulo saltou de 221 milhões para 685 milhões. No município de São Carlos, a produção saltou de 66.667 arrobas em 1886 para 15.000.000 de arrobas em 1905 (Truzzi, 2000). Neste período, o número de imigrantes que, no Censo de 1886 (vide tabela 3) era de 2.051 indivíduos saltou para 15.247 indivíduos no Censo de 1907, ou seja, o espetacular crescimento da produção de café foi seguido de um substancial aumento de imigrantes no município de São Carlos. Aliás, no ano de 1894, São Carlos foi o município do interior paulista que mais recebeu imigrantes em todo o estado de São Paulo.

As estatísticas sobre trabalhador rural, para o município de São Carlos, nos apontam que, em 1898 (uma década após se ter abolido a escravidão), os trabalhadores imigrantes correspondiam a mais de 85% da força de trabalho rural do município (Truzzi, 2000). Destes imigrantes, os italianos predominavam com um contingente numérico de cerca 10.396 indivíduos.

A entrada dos imigrantes na sociedade brasileira, além de atender a formação de uma reserva de mão-de-obra, ainda tinha uma outra característica, a saber, a de manter um contingente socialmente ideal: branco, europeu, católico romano (Pereira, 1987). A

Hall, 1984).

³⁶ Como se sabe, este órgão do governo estadual foi criado para defender os interesses dos fazendeiros de café, porém houve uma certa preocupação com a garantia de melhores condições de trabalho para o imigrante ante à freqüente mobilidade da mão-de-obra para outras regiões do estado de São Paulo.

intenção era o *embranquecimento* do Brasil, que tinha sua população formada amplamente por negros e pardos. Dessa maneira, a constituição de uma nova ordem sócio-racial, que controlava a entrada e a vida dos estrangeiros no país foi se dando aos poucos, e, mesmo sem perceber, os imigrantes ajudaram a montá-la.

Devido ao seu grande contingente numérico e ao tempo de permanência, o grupo italiano foi um dos construtores privilegiados dessa nova ordem ou dessa nova sociedade em áreas do interior paulista³⁷. De acordo com os dados apontados por Melo (1975), já em 1899 a população rural de imigrantes italianos no município de São Carlos superava, e muito, o número do restante dos estrangeiros. O grupo italiano atingia a cifra de 10.396 habitantes. Os grupos mais próximos dos italianos eram os espanhóis e os portugueses, que contavam com 1.356 e 1.242 habitantes, respectivamente.

Em sua grande maioria, os imigrantes estrangeiros instalaram-se em São Carlos como colonos nas fazendas de café. Neste município, a estatística sobre mão-de-obra rural permite concluir que a atividade econômica e social dos imigrantes, em particular dos italianos, teve uma influência decisiva na vida sócio-econômica e, posteriormente, na vida política do município (Melo, 1975).

A ascensão social dos imigrantes não se deu de uma forma padronizada e igual, visto que entre os próprios imigrantes existiam diferenças, não somente quanto à região da qual eram provenientes em seu país de origem, mas também com relação à maneira como aqui chegaram (a maioria veio como subsidiado). Sabemos que alguns imigrantes, especialmente os italianos, vieram para o estado de São Paulo com alguma economia e isso, logo de início, lhes possibilitou trabalhar em seu próprio negócio. A nosso ver, esse fator possibilitou a esses imigrantes uma rápida ascensão social, visto que poucos anos após terem chegado no estado de São Paulo, muitos desses já eram proprietários de

³⁷ Vários são os fatores que concorreram para isso (tanto do país de origem como da terra hospedeira). Para maiores detalhes ver: ALVIM, Zuleika. Brava Gente: Os italianos em São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

prósperos negócios. Outros ainda possuíam alguma ocupação, desenvolvida anteriormente no seu país de origem³⁸.

Neste ponto, é importante salientarmos que existiam duas vias de ascensão social ao imigrante – uma no meio urbano e outra no meio rural. No meio rural, outros fatores contribuíram para que aqueles que não possuíam um capital inicial para adquirir um lote de terra, conseguissem alcançar a ascensão. São eles: 1) a produtividade, que deriva da intensidade do trabalho familiar, de sua organização e da saúde desfrutada pelos membros da família; 2) as possibilidades de comercialização da produção e; 3) o espírito de poupança. A produtividade dependia, além do forte ritmo e organização do trabalho, do tamanho do núcleo familiar e da capacitação ao trabalho de cada um de seus membros. Ou seja, as famílias, além de serem grandes, deveriam ter seus membros capacitados para o trabalho na lavoura; isto sim aumentava a probabilidade de maior produção. Longe de ser algo fácil de se conseguir, o pecúlio só era conseguido por algumas famílias que conseguiam conjugar, a um só tempo, capacitação para o trabalho e grande número de membros. Todo o sistema fora montado para manter o trabalhador imigrante no mero nível da subsistência.

A constante mudança de um local de trabalho para outro poderia estar relacionada a um projeto mais abrangente de ascensão social. De alguma forma, este projeto engloba dois aspectos: a passagem da condição de assalariado de uma fazenda para outra (mobilidade geográfica); e a passagem da condição de assalariado para a de pequeno proprietário rural. Como sabemos, alguns fazendeiros de café (além de maus tratos aos colonos imigrantes, das fraudes na medição do café colhido e dos baixos salários pagos),

³⁸ Em relação ao capital trazido pelos imigrantes para o Brasil a historiografia nos aponta que são encontradas inúmeras dificuldades, devido a ausência de fontes documentais. Já no tocante ao ofício que os imigrantes exerciam em seu país de origem, há maior facilidade de localização, pois existem algumas fontes que podem nos ajudar a descobrir o tipo de ocupação exercida no país de origem tais como, processos criminais, proclamas de casamentos, etc.

atrasavam o pagamento das colheitas, e isso causava muita irritação entre os colonos³⁹, pois normalmente encontrar emprego em outra fazenda só era possível antes de se começar a primeira capinagem. Segundo Bassanezi⁴⁰, citada por Stolke & Hall (1984:113), os colonos permaneciam, em média, numa mesma fazenda cerca de quatro anos e meio entre os anos de 1895 e 1930 e algo entre 40% e 60% dos trabalhadores abandonavam as fazendas a cada ano.

As queixas dos imigrantes não se limitavam apenas aos maus tratos e a falta de pagamentos, pois, tal como nota Petrone (1987), ainda reclamavam do isolamento social, cultural e religioso. Porém, essas reclamações foram sendo aos poucos resolvidas, pelo menos no meio urbano, pela iniciativa dos próprios imigrantes que criaram inúmeras associações para cultivar a música, o teatro e a proliferação de jornais italianos no “país das fazendas”. As festas religiosas do mês de junho, como a comemoração de Santo Antônio, São João e São Pedro, eram um importante momento de integração dos imigrantes. A construção de estradas vicinais carroçáveis passou a facilitar o deslocamento dos moradores da zona rural para outras fazendas ou para os bairros e vilas.

Afora as dificuldades que já sinalizamos neste texto, quanto a formar um pecúlio, devemos notar que o imigrante, especialmente o italiano, aproveitou melhor a oportunidade de ascensão social. A formação deste pecúlio era possível tanto para as famílias rurais quanto para as urbanas, com a diferença de que na cidade era mais difícil que todos da família se empregassem numa mesma atividade, restando apenas o espírito de poupança coletiva. Como o sonho da maioria, ao se expatriar, era se tornar proprietário de um lote de terra, os italianos exerceram forte pressão para a criação de condições que

³⁹ Estas atitudes dos fazendeiros acabaram provocando muitas greves de colonos. Para maiores detalhes sobre as greves de colonos ver: M. Hall e V. Stolke (1979), *Greves de colonos na Primeira República*, CEDEC, II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais. São Paulo, mimeo.

⁴⁰ Bassanezi, Maria Sílvia Beozzo (1974), *Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, pg. 153.

favorecessem o desenvolvimento da pequena propriedade.

Segundo Stolke (1986:79), existe um forte debate entre pessimistas e otimistas⁴¹ quanto às reais oportunidades de melhoria na condição de vida dos colonos. É importante ser destacado que esta polêmica gira em torno das reais oportunidades oferecidas pelo sistema de *colonato*, visto que uns acham que ele oferecia boas oportunidades de ascensão social aos imigrantes, enquanto que outros são bastante céticos quanto a essa posição.

Os otimistas afirmam que as condições de trabalho dos colonos não eram tão ruins, uma vez que elas permitiam que uma significativa proporção deles (colonos) economizasse o suficiente para a compra da própria terra.

Já os pessimistas afirmam que os colonos queriam abandonar as fazendas devido às condições miseráveis de vida. Hall (1989) considera o discurso dos otimistas com muitas ressalvas. No seu entendimento, o interesse dos fazendeiros era um só: trazer o máximo de imigrantes possível para o estado de São Paulo para servirem como mão-de-obra barata nas lavouras de café – *no ano de 1896, Campos Salles, então presidente (governador) de São Paulo, afirmou que “fazer os estrangeiros proprietários do solo paulista não convém”*(1989:7). Os dados levantados por Hall apontam ainda que o discurso dos agentes da imigração – de que havia séria falta de mão-de-obra para a agricultura em São Paulo e que, portanto, seria necessário um vasto programa de imigração – era um mito, pois, o que faltava não eram braços para a lavoura, mas antes, faltavam trabalhadores dispostos a ganhar os baixos salários oferecidos pelos fazendeiros. Segundo os cálculos apresentados pelo autor, seriam necessários 300.000 trabalhadores para produção e colheita do café que entrou no mercado entre 1910 a 1914, porém, depois de 1884, chegaram ao Brasil 750.000 imigrantes, sendo que a grande maioria foi destinada aos cafezais.

Holloway (1984) concorda com a visão dos pessimistas no tocante à grande

⁴¹ Segundo Stolke (1986), os principais participantes dessa polêmica são: Waren Dean e Michael M. Hall, do lado dos pessimistas, e Thomas Holloway (1984) e, mais recentemente, Maurício Font, do lado dos otimistas.

vontade dos colonos de abandonar as fazendas para trabalharem em terras próprias (que era seu maior sonho). Porém, este autor se afasta da visão dos pessimistas no que tange às oportunidades que o colonato oferecia aos trabalhadores para a realização do seu sonho. Holloway afirma que em 1905, cerca de 9,2% das propriedades fundiárias pertenciam a italianos (Holloway, 1984: 222). Esses dados são bastante próximos àqueles apontados por Hall, os quais indicam que neste mesmo ano 9% dos proprietários de terras eram italianos. Porém, suas propriedades correspondiam a menos de 4% da terra – “... *isso numa época em que formavam um terço ou mais da população do estado de São Paulo, o que significava um pouco mais de 5.000 proprietários italianos em uma população italiana de talvez 800.000*” (Hall, 1989: 7).

Quando trabalhamos com as estatísticas feitas sobre o período que engloba nosso trabalho, notamos que, em geral, os imigrantes, de origem italiana, eram os que mais propriedades detinham entre os imigrantes (seguidos pelos portugueses e pelos espanhóis), especialmente a partir da primeira década do século XX. Em São Carlos, das 313 propriedades rurais arroladas no município pela Estatística Agrícola e Zootécnica de 1904, 40 delas (13%) pertenciam a italianos. Mesmo sendo os italianos, em termos absolutos, o grupo que mais acedeu à propriedade rural, detendo 64% das propriedades pertencentes a estrangeiros no município nessa época, essas mesmas propriedades significavam apenas 2% da área total das propriedades existentes.

Já para o ano de 1914, das 312 propriedades rurais existentes no município de São Carlos, nada menos que 75 eram de propriedade de italianos, ou seja, os italianos detinham 24,0% de todas as propriedades do município – os outros estrangeiros não aparecem como proprietários rurais neste ano. O tamanho das propriedades dos italianos variava entre pequena e média (Melo, 1975:136).

No Censo de 1920, das 315 propriedades existentes em São Carlos – que representavam cerca de 0,39% dos estabelecimentos recenseados no estado – 141 pertenciam a pessoas nascidas no Brasil, 58 a diversos proprietários e pessoas indeterminadas⁴², 1 ao governo e, por fim, 115 a imigrantes. No entanto, o aumento no número de imigrantes como proprietários rurais não significava um domínio de grandes extensões de terra. Em São Carlos, no recenseamento de 1920, o tamanho das propriedades estava assim distribuído: as 141 propriedades pertencentes aos nacionais representavam 81.230 hectares (54,31%), as 115 propriedades pertencentes a estrangeiros significavam 12.627 hectares (8,44%), as 58 propriedades pertencentes a diversos proprietários e pessoas indeterminadas representavam 55.670 hectares (37,22%). Se atentarmos que para este ano o número de estrangeiros no município de São Carlos era de 13.287 indivíduos (24,5%), concluiremos que havia uma quantidade relativamente boa de imigrantes como proprietários rurais, embora deva ser notado que a maior parte das propriedades dos estrangeiros era de tamanho médio ou pequeno.

Essa mesma tendência parece ter sido seguida em todo o estado de São Paulo, visto que os dados do Censo de 1920 sobre proprietários rurais apontam que os italianos eram os primeiros, seguidos pelos portugueses e pelos espanhóis. O Censo aponta que, de um total de 80.921 estabelecimentos rurais recenseados em todo o estado de São Paulo, 22.065 pertenciam a estrangeiros (27,27%), sendo que os italianos detinham cerca de 56,0% das propriedades pertencentes a estrangeiros, seguidos pelos portugueses e pelos espanhóis. Em relação ao tamanho das propriedades de nacionais e de estrangeiros novamente verificamos uma discrepância, pois enquanto as propriedades dos nacionais possuem um tamanho de 9.824.482 hectares (70,80%) – média de 181 hectares por proprietário – a dos

⁴² A definição da categoria “diversos proprietários e pessoas indeterminadas” não está definida no CD rom que utilizamos. Provavelmente, a categoria “diversos proprietários” se refere ao agrupamento daquelas nacionalidades que possuíam pouca quantidade; já a categoria “pessoas indeterminadas” se refere àqueles casos em que não foi possível identificar a nacionalidade.

estrangeiros não passa de 1.914.458 hectares (13,80%) – média de 87 hectares⁴³. Comparando-se o município de São Carlos ao estado de São Paulo notamos que o percentual de estrangeiros proprietários rurais em São Carlos (36,51%) é maior do que aquele observado para o estado de São Paulo (27,27%). No entanto, fazendo o mesmo tipo de comparação utilizando os percentuais relativos ao tamanho das propriedades verificaremos que, de uma maneira geral, o tamanho das propriedades dos estrangeiros no estado tende a ser maior do que em São Carlos.

Holloway (1984) afirma ainda que, em 1920, o percentual de proprietários italianos subira para 15,5% no estado de São Paulo. Em relação às propriedades dos brasileiros, que não apresentaram melhora de preço entre os anos de 1905 e 1920, o valor médio das propriedades pertencentes a imigrantes aumentou muito, demonstrando que houve uma boa melhora na posição dos principais grupos imigrantes durante este período⁴⁴.

Segundo Stolke (1986) uma importante contribuição para este debate (sobre a mobilidade social dos imigrantes) vem de Font, cuja tese central é a de que: *“no final dos anos 20, o controle dos fazendeiros de café de São Paulo sobre o setor de exportação estava sendo ameaçado por um grupo emergente de pequenos proprietários imigrantes, que inicialmente plantavam culturas alimentares mas que, por fim, se voltaram para o cultivo de café em pequena escala”*(Stolke, 1986:81). Utilizando-se do trabalho de Holloway (1974), Font aponta que em 1934 cerca de 48% das propriedades no estado de São Paulo pertenciam a estrangeiros. Porém, contrariamente à Holloway, Font data as origens das pequenas propriedades de ex-colonos a partir dos anos 10 e 20, quando os colonos puderam se aproveitar da expansão do café, passando a cultivar gêneros

⁴³ O tamanho médio das propriedades, no estado de São Paulo, pertencentes aos italianos é de 78 hectares, aos portugueses é de 113 hectares e aos espanhóis é de 59 hectares (Dados censitários de 1920; CD rom).

⁴⁴ O grupo que mais aumentou o percentual de propriedades foi o Espanhol (642%), seguido dos portugueses (139%) e dos italianos (126%). Apesar do crescimento percentual de proprietários italianos ter sido o menor entre estes três grupos no período, os italianos detinham 916.487 hectares, enquanto que os outros dois grupos juntos somavam 645.726 hectares. Estes três grupos adicionados quase dobraram sua quota de

alimentícios. Esses gêneros, vendidos em um mercado em expansão, a preços ascendentes, constituíam a principal fonte de acumulação dos colonos (Stolke, 1986). A contradição que Stolke aponta na interpretação de Font é que: não foi apenas no período em que os preços do café estavam bons que os proprietários permitiram que os colonos cultivassem gêneros alimentícios, mas antes, no momento em que os preços estavam ruins, como na virada do século na antiga região produtora de café, quando os proprietários permitiram aos colonos condições mais favoráveis de plantio de alimentos.

Se no meio rural é a posse da propriedade e o seu tamanho que determinam a ascensão social, no meio urbano o ideal de ascensão é definido como posse e ampliação de estabelecimento comercial ou industrial, isto é, do trabalho por conta própria. Porém, devemos salientar que, tanto no meio rural como no meio urbano, aqueles indivíduos que não possuíam dinheiro suficiente para trabalharem em seu próprio negócio, logo na chegada, serviram como mão-de-obra contratada.

Mesmo no meio urbano, os italianos pioneiros não tinham por regra a educação como um canal importante de ascensão social. Porém, à medida que o tempo foi passando, as novas gerações passam a dar maior importância à educação escolar. Castaldi, citado por Fausto (1991), mostrou que a escola italiana de São Paulo favoreceu fortemente a constituição de uma identidade ítalo-brasileira por meio do ensino da língua italiana⁴⁵, pouco utilizada pelos diferentes grupos regionais italianos, que no cotidiano falavam o dialeto. Na maior parte das escolas nas quais os imigrantes de maior poder aquisitivo matriculavam seus filhos, não se verificava a discriminação em relação à etnia. Os pais conciliavam o estudo dos filhos com o trabalho em seus estabelecimentos comerciais ou nas de amigos (Destro, 1995).

No município de São Carlos, a preocupação com o aprendizado e com a união dos

propriedades rurais, passando de 12,8% em 1905 para 25,2% em 1920 (Holloway, 1984: 229 e 230).

⁴⁵ A língua italiana era falada na Toscana.

imigrantes é perfeitamente notada quando, já a partir de 1897, associações de imigrantes são fundadas pela cidade. Em 1897 é fundada na cidade a Associação Literária e Beneficente dos espanhóis, que tinha como principal objetivo desenvolver não só os laços de união entre os espanhóis como também a instrução dos descendentes destes.

A notícia que se tem a respeito da fundação de alguma associação de italianos na cidade é dada em 1900 e 1902, com a fundação da “Meridionalli Uniti Vittorio Emmanuelle III” e a “Associação Dante Alighieri”, respectivamente, que tinha o mesmo propósito que a associação dos espanhóis.

A “Meridionalli Uniti Vittorio Emmanuelle III”, incorporava preferencialmente os menos favorecidos, em geral provenientes do sul (daí o nome *Meridionali*), e tinha por objetivo unir as classes operárias, promover-lhes o sentimento do dever e do desenvolvimento das virtudes cívicas, instruir, educar e socorrer os associados. Já a “Dante Alighieri”, agrupava os negociantes italianos bem sucedidos no comércio ou na indústria e procurava a união, instrução, educação moral e beneficência dos italianos que a compõem (Truzzi, 2000:74). Esta associação mantinha ainda duas escolas para ambos os sexos, sendo que o ensino era ministrado por professores italianos.

Em 1905 o município de São Carlos contava com 15 escolas, sendo que 2 funcionavam em período noturno, em São Carlos, 2 em período diurno em Ibaté, duas em Santa Eudóxia (sendo uma para cada sexo). O estado subsidiava 9 escolas no município, sendo 3 para o sexo masculino e 6 para o sexo feminino⁴⁶.

Num estudo realizado na cidade de Descalvado, Durham (1960) identifica que, entre imigrantes, a carreira de profissional liberal só ganha visibilidade a partir da 3.^a geração. A mobilidade, tanto na zona urbana quanto na zona rural, irá depender do sucesso em constituir um pecúlio para se estabelecer por conta própria. Na cidade, os componentes

⁴⁶ Almanaque de São Carlos do Pinhal, 1905.

da família, geralmente, não possuem o mesmo emprego, porém, muitos conseguem manter vivo o espírito de poupança coletiva. Sem a possibilidade de poupança coletiva, as melhores oportunidades, para aqueles que se aventuram nas cidades, localizam-se na possibilidade de passar da condição de empregado a sócio, o que muitas vezes é facilitado pelo casamento na família do patrão.

Em seu estudo sobre o município de São Carlos, Devescovi (1987) percebe que as atividades produtivas eram majoritariamente exercidas por estrangeiros. Na primeira década do século XX existiam no município 32 estabelecimentos comerciais distribuídos da seguinte maneira: 15 tinham como proprietários estrangeiros, 11 pertenciam a fazendeiros e 6 a indivíduos nacionais ou não identificados. Na década seguinte, essa diferença intensifica-se ainda mais, pois no total de 84 estabelecimentos comerciais, apenas 4 pertencem a fazendeiros, sendo 63 de propriedade de estrangeiros e 12 de nacionais ou não identificados.

Em vista do panorama apresentado, e tendo em conta que as escolhas matrimoniais são fortemente influenciadas pela identidade étnica, pela mobilidade diferencial entre os imigrantes, pela situação de domicílio e pela desproporção entre os sexos, nossa intenção nessa pesquisa foi notar como os grupos das mais diferentes nacionalidades se comportaram, de 1890 a 1939, no momento em que seus membros contraíam matrimônio.

Capítulo IV - A questão dos casamentos: pluralidade étnica e integração

1. Os casamentos em São Carlos (1890 a 1939)

Longe de ocorrer de maneira totalmente aleatória, o casamento é um fenômeno que comporta interesses distintos entre os contraentes. Mais que isso, comporta interesses familiares, sejam eles por motivos de herança, de origem, de amizade (que inclui relações sociais e de compadrio), de religião, enfim, o casamento sempre está, de uma forma ou de outra, sofrendo as mais diversas influências do meio onde ela ocorre.

Bassanezi (1990) notou, por exemplo, que o compadrio entre os italianos, pelo menos no período por ela estudado, não representa um mecanismo de ascensão social em potencial, visto que este sistema era utilizado mais para fortalecer os laços de parentesco, vizinhança e de solidariedade entre uma gente que enfrentava a dureza e as desventuras de uma vida de trabalho árduo em uma terra estranha. Diferentemente do compadrio estabelecido entre trabalhadores rurais brasileiros e os fazendeiros, na qual, segundo Franco (1970), forjava-se uma relação de igualdade em sua aparência, mas que na essência encobria a dominação do segundo sobre o primeiro, entre italianos a relação era menos assimétrica.

Apesar da existência de todos os motivos que influenciam os casamentos, citados mais acima, estaremos desenvolvendo nossa análise por meio de quatro deles, a saber: a identidade étnica, a ascensão diferencial dos indivíduos (alcançada pelo tipo de ocupação desenvolvida ao longo do tempo), a desproporção entre os sexos e, por fim, a situação domiciliar⁴⁷.

A partir de agora, estaremos explicando como se deram as escolhas matrimoniais do período coberto por nossa pesquisa. Todos os resultados que passaremos a apresentar se

⁴⁷ Por imposição do tipo de fonte com a qual estamos trabalhando no mestrado não estaremos analisando outros motivos que interferem nos casamentos, tais como padrões de herança, religião, compadrio, etc.

baseiam nas análises de 2.826 casamentos. Vale lembrar que, em relação a tabela 1, os totais dos cruzamentos das variáveis para noivos e noivas podem não ser os mesmos, pois para quase todas as variáveis existe a perda de alguns dados, perdas essas devidas ao fato de existir uma variação na quantidade de informações válidas para noivos e noivas. Como exemplo, podemos citar o caso do cruzamento da variável *idade* dos nubentes com o *local de moradia*. A variável *idade*, como sabemos, possui alta quantidade de casos válidos, porém o mesmo não ocorre com o *local de moradia*⁴⁸. Portanto, teremos uma perda considerável de casos válidos neste cruzamento.

Se na tabela 1 fizemos uma descrição geral das variáveis segundo as décadas do período, ainda nos resta saber quais as categorias que são mais representativas em cada uma dessas variáveis. No caso da variável *idade*, notaremos qual a faixa etária que mais agrega os nubentes. Começaremos, então, com a apresentação dos dados para a variável *idade* do noivo e da noiva.

No geral, se a menor presença de mulheres estrangeiras em idade de casar aumentava as oportunidades destas conseguirem se casar dentro de seu grupo étnico, as mulheres nascidas em São Carlos e aquelas brasileiras que para lá se dirigiram também viam aumentar o leque de escolhas de seus parceiros, uma vez que, sendo São Carlos um município de atração de imigrantes, a presença de homens era superior ao de mulheres. Sabemos que, de uma maneira geral, o excesso de homens no mercado de casamento pressiona a idade das mulheres para baixo, ou seja, para se casarem em idades mais jovens. Para os homens, o casamento poderia se dar com mulheres nascidas na localidade em que moravam ou com mulheres de outros municípios, visto que não parecia haver uma tendência de que o homem esgotasse todas as possibilidades de se casar na localidade em

⁴⁸ Afora as perdas de um cruzamento entre variáveis deste tipo, que estarão norteadas por aquela que possui menor quantidade de casos com dados válidos, ainda podemos ter outras perdas referentes aos casos em que existe informação válida para apenas um dos nubentes.

que vivia antes de procurar uma parceira em outra localidade. Portanto, as escolhas matrimoniais dos homens tendiam a ser mais exogâmicas do que a das mulheres.

1.1 Idade dos nubentes ao casar

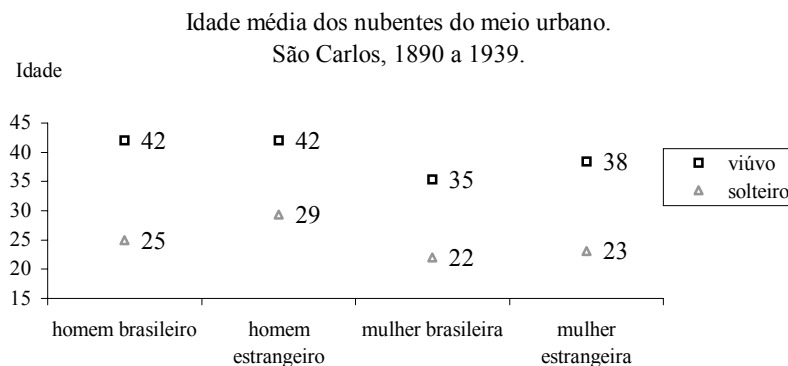
Estudar padrões de nupcialidade segundo um período como o que selecionamos em nosso trabalho (1890 a 1939), certamente tem como importância conhecermos a possível variação que pode haver na idade média ao casar, tanto ao longo do tempo como segundo as diferentes nacionalidades dos indivíduos. Porém, outra importância deve ser creditada à esta variável no estudo dos padrões de nupcialidade de uma sociedade, importância esta que, aliada à duração média e à intensidade (quantidade de casamentos ao longo do tempo) com que ocorrem as uniões, influenciam os índices de natalidade.

No município de São Carlos, assim como em muitas sociedades, o homem seguia a tendência de se casar com mulheres mais jovens, ou seja, de casamentos para baixo. Porém, antes de entrarmos na discussão acerca da idade média dos nubentes ao casar, faremos uma incursão acerca da faixa etária preferencial de casamento entre os nubentes que se casaram neste município.

Entre os homens solteiros, a faixa etária que mais agrupava casos era a que ia dos 20 aos 24 anos, tanto no meio rural como no meio urbano, com uma porcentagem de 57,4% dos solteiros (rural e urbano). Destes, o meio rural era o que agrupava a maioria dos homens solteiros, com uma porcentagem de 63,7%. Para as mulheres, temos alguma variação na faixa etária mais representativa segundo o local de moradia, visto que a que vai dos 15 aos 19 anos e a que vai dos 20 aos 24 anos possuem 43,1% e 43,8% respectivamente, sendo que a primeira faixa concentra mais mulheres do meio rural (54,4%) ao passo que a segunda faixa concentra mais mulheres do meio urbano (48,8%).

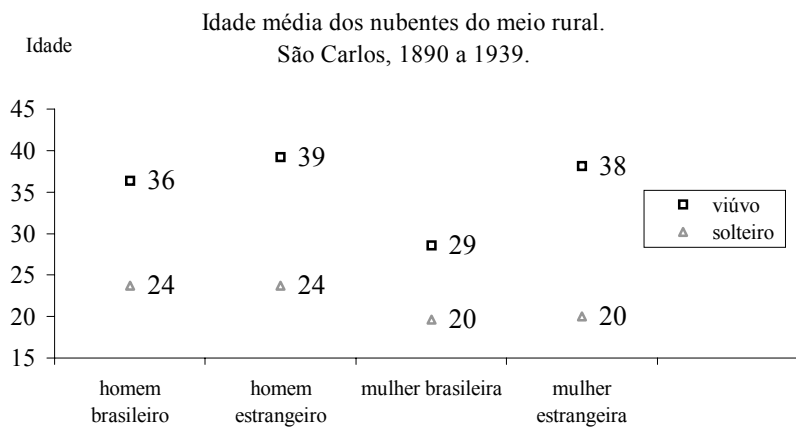
Conhecida a faixa de idade mais representativa dos nubentes, passaremos agora a verificar a idade média dos nubentes brasileiros e estrangeiros ao longo do período de 1890 a 1939.

Gráfico 1



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Gráfico 2



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

De modo geral, estes dois gráficos nos evidenciam que a idade média à primeira união variava quanto ao local de moradia e quanto a ser brasileiro ou estrangeiro. No meio urbano, a idade média para os brasileiros solteiros ficou em 25 anos para homens e 22 anos para mulheres, o que resulta numa diferença média de 3 anos entre homens e mulheres para o período. Já para os estrangeiros solteiros desse meio, a idade média ficou em 29 anos para homens e 23 anos para mulheres, com uma diferença entre as idades, de 6 anos.

Portanto, podemos afirmar que, de maneira geral, os estrangeiros solteiros do meio urbano se casam mais tardiamente que os brasileiros.

Já no meio rural o comportamento da idade média dos nubentes brasileiros solteiros ficou em 24 anos para homens e 20 anos para mulheres, com uma diferença de 4 anos. Com relação aos estrangeiros solteiros desse meio notamos que a idade média ao casar é exatamente a mesma notada para os brasileiros solteiros. Disso tudo, concluímos: 1) que entre os nubentes brasileiros e estrangeiros do meio rural não existe diferença de idade média ao contrair casamento no período; 2) que estes nubentes se casam mais jovens do que os solteiros do meio urbano; 3) que entre os solteiros estrangeiros do meio urbano a diferença entre as idades de homens e mulheres é maior do que a observada para todos os outros solteiros, tanto do meio urbano como do meio rural.

Entre os nubentes brasileiros viúvos do meio urbano o re-casamento ocorria numa idade média, para homens e mulheres, de 42 anos e 35 anos, respectivamente, com uma diferença média de 7 anos. Entre os estrangeiros, a idade média de re-casamento para homens é exatamente a mesma notada para os brasileiros. As mulheres estrangeiras se recasam mais tardiamente que as brasileiras, numa idade média de 38 anos.

Já os viúvos brasileiros do meio rural se recasavam com uma idade média, para homens e mulheres, de 36 anos e 29 anos, respectivamente, com uma diferença média de 7 anos. Os viúvos estrangeiros se recasavam com uma idade média, para homens e mulheres, de 39 anos e 38 anos, respectivamente, com uma diferença de idade entre eles de apenas 1 ano. Concluí-se daí que as viúvas estrangeiras, em média, se recasavam com uma idade significativamente mais avançada que as brasileiras.

É interessante também notar que, tanto para os nubentes solteiros como para os viúvos, a idade média ao casar era maior no meio urbano do que no meio rural, sendo

ainda a diferença média, nas idades de homens e mulheres, maior no meio urbano do que no meio rural.

Vejamos agora como a idade média dos nubentes ao casar se comporta segundo as diferentes nacionalidades. A tabela 4 nos evidencia que, no período, apenas indivíduos de outras nacionalidades e os portugueses destoam, casando-se numa idade média mais avançada do que os brasileiros, italianos e espanhóis. Bassanezi (1990) também notou que entre os estrangeiros, os italianos e os espanhóis uniam-se em matrimônio mais cedo que os portugueses, alemães, austríacos e indivíduos de outras nacionalidades.

Tabela 4

Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade	média		diferença entre H e M	mediana		diferença entre H e M
	homem	mulher		homem	mulher	
Brasileira	24,6 (1563)	21,0 (1780)	3,6	23,0	19,0	4,0
Italiana	24,6 (517)	20,3 (399)	4,4	23,0	19,0	4,0
Portuguesa	25,4 (121)	21,2 (78)	4,2	24,0	20,0	4,0
Espanhola	24,2 (92)	20,3 (88)	3,9	23,0	19,0	4,0
Outras ⁴⁹	28,7 (56)	20,7 (42)	8,0	28,0	20,0	8,0

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

Ao longo do tempo, podemos afirmar que houve uma pequena variação de idade média entre os principais contingentes (brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis), tanto para homens como para mulheres. No caso de homens de outras nacionalidades, excluindo-se as principais, houve uma tendência a se casar com mais idade, aumentando a diferença entre as idades do homem e da mulher.

Rettaroli⁵⁰, citado por Bassanezi (1996: 277) notou que, na Itália, para o ano de 1881, a idade média ao casamento era de 28,1 anos para homens e 24,1 anos para mulheres e em 1901 era de 27,7 anos e 24,1 anos para homens e mulheres, respectivamente. Em

⁴⁹ Esta categoria, em todo o trabalho, faz referência às seguintes nacionalidades: alemã, austríaca, francesa, norte da Europa, dinamarquesa, turca, sírio/libanesa, outro árabe (do império turco), outros países do Oriente Médio e norte da África, polonesa, russa, outro leste europeu (Letônia, Lituânia, Estônia, etc), argentina, uruguaia, norte-americana ou canadense. Entre todas estas, as mais numerosas são: austríaca (10 homens e 11 mulheres), alemã (13 homens e 8 mulheres) e sírio/libanesa (12 homens e 11 mulheres).

relação a idade média ao casamento dos homens e mulheres na Itália, notamos que no município de São Carlos ela sofreu uma forte redução, visto que a média de idade (para solteiros e viúvos) não passou de 26,2 anos para homens e 22,6 anos para as mulheres na primeira década e de 23,9 anos para homens e 20,2 anos para mulheres na segunda década. Portanto, apesar de ser notada, historicamente, uma diminuição na idade média ao casar tanto na Itália como no município de São Carlos, notamos que em São Carlos a idade média ao casamento era bem menor do que a notada na Itália.

Resta lembrar ainda que a diferença média entre as idades daqueles que se casaram na Itália e os que se casaram em São Carlos ficou bastante próxima, demonstrando então que, mesmo residindo em um lugar bastante diferente do país de origem, os italianos mantinham uma diferença média de idade ao casar, entre homens e mulheres, bastante próxima da notada na Itália.

Vejamos agora a idade média dos brasileiros filhos de estrangeiros que se casaram no município de São Carlos.

Tabela 5

Idade média dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade dos pais, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade dos pais dos nubentes	Idade média		diferença entre Homem e Mulher
	homem	mulher	
bras. filhos de italianos	24,6 (189)	21,1 (219)	3,5
bras. filhos de portugueses	22,8 (28)	20,8 (32)	2,0
bras. filhos de espanhóis	22,8 (19)	20,3 (14)	2,5
bras. filhos de outros estrangeiros	26,3 (21)	23,6 (20)	2,7

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

No caso dos brasileiros filhos de italianos, a variação na idade média ao casar ocorreu somente entre as mulheres, visto que a idade média ao casamento para estas foi de 21,1 anos, contra 20,3 anos das italianas nascidas na Itália. Entre os brasileiros filhos de

⁵⁰ A obra citada por Bassanezi é: RETTAROLI, R. (1990), Age at Marriage em nineteenth century Italy. *Journal of Family History*. Vol. 15, n° 4, p. 409-425.

portugueses a idade média para a primeira união (homens e mulheres), acabou sendo menor do que a notada para os portugueses⁵¹ nascidos em Portugal. Já para os homens brasileiros filhos de espanhóis, a idade média ao primeiro casamento foi menor do que a notada para os espanhóis nascidos na Espanha, sendo que o mesmo não ocorreu para as mulheres, quando a média das idades foi praticamente a mesma. Para os brasileiros filhos de pais de outras nacionalidades, a idade média do homem solteiro foi menor do que a notada entre os nascidos em outros países, o mesmo não ocorrendo para as mulheres, quando a idade média das brasileiras filhas de estrangeiros foi maior do que a verificada para as mulheres nascidas em outros países.

A partir de agora estaremos analisando a variação na idade média dos nubentes solteiros segundo as décadas do período.

Tabela 6

Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e a década. São Carlos, 1890 a 1899.

Nacionalidade	média		diferença entre H e M	mediana		diferença entre H e M
	homem	mulher		homem	mulher	
Brasileira	26,2 (179)	19,1 (213)	7,1	24,0	18,0	6,0
Italiana	24,3 (67)	19,0 (36)	5,3	23,0	18,5	4,5
Portuguesa	25,0 (5)	21,0 (3)	4,0	27,0	19,0	8,0
Espanhola	- (1)	- (1)	-	-	-	-
Outras	28,0 (7)	20,4 (8)	7,6	27,0	20,0	7,0

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

Tabela 7

Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e a década. São Carlos, 1900 a 1909.

Nacionalidade	Média		diferença entre H e M	mediana		diferença entre H e M
	homem	Mulher		homem	mulher	
Brasileira	25,1 (152)	19,0 (190)	6,1	24,0	18,0	6,0
Italiana	23,4 (231)	19,4 (214)	4,0	23,0	19,0	4,0
Portuguesa	24,0 (41)	21,2 (23)	2,8	22,0	21,0	1,0
Espanhola	24,0 (22)	21,2 (22)	2,8	23,0	21,0	2,0
Outras	26,3 (9)	19,0 (9)	7,3	28,0	18,0	10,0

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

⁵¹ Na amostra, não temos homens brasileiros viúvos filhos de portugueses se recasando, ocorrendo o mesmo para homens e mulheres filhos de espanhóis e de outras nacionalidades.

Tabela 8

Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e a década. São Carlos, 1910 a 1919.

Nacionalidade	Média		diferença entre H e M	mediana		diferença entre H e M
	homem	Mulher		homem	mulher	
Brasileira	24,0 (272)	19,2 (328)	4,8	22,5	19,0	3,5
Italiana	24,5 (154)	20,4 (112)	4,1	23,0	19,0	4,0
Portuguesa	26,3 (46)	21,3 (37)	5,0	24,5	20,0	4,5
Espanhola	23,0 (24)	20,2 (36)	2,8	22,5	20,0	2,5
Outras	26,5 (16)	21,3 (6)	5,2	25,0	20,5	4,5

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

Tabela 9

Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e a década. São Carlos, 1920 a 1929.

Nacionalidade	Média		diferença entre H e M	mediana		diferença entre H e M
	homem	Mulher		homem	mulher	
Brasileira	24,0 (479)	20,6 (524)	3,4	23,0	20,0	3,0
Italiana	27,6 (44)	23,1 (26)	4,5	25,5	22,0	3,5
Portuguesa	25,0 (20)	20,7 (12)	4,3	23,0	19,5	3,5
Espanhola	24,1 (27)	19,2 (21)	4,9	23,0	19,0	4,0
Outras	33,5 (15)	21,7 (13)	11,8	34,0	21,0	13,0

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

Tabela 10

Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e a década. São Carlos, 1930 a 1939.

Nacionalidade	Média		diferença entre H e M	mediana		diferença entre H e M
	homem	Mulher		homem	mulher	
Brasileira	25,1 (481)	21,6 (525)	3,5	24,0	21,0	3,0
Italiana	32,5 (21)	33,3 (11)	- 0,8	26,0	23,0	3,0
Portuguesa	28,6 (9)	23,7 (3)	4,9	24,0	23,0	1,0
Espanhola	26,0 (18)	21,0 (8)	5,0	24,5	21,0	3,5
Outras	28,0 (9)	21,0 (6)	7,0	26,0	21,0	5,0

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

Essas tabelas nos evidenciam duas situações. A primeira é que a diferença de idade entre os nubentes (homens e mulheres) tende a diminuir, de modo geral. Já a segunda nos indica que, também de um modo geral, a idade média à primeira união entre os nubentes estrangeiros tende a aumentar, sendo o maior aumento notado para os nubentes de origem italiana. É importante ser notado que, estas idades, quando desagregadas segundo o local de moradia dos nubentes, apresentam alguma variação entre os diferentes meios (rural/urbano). De uma maneira geral, as idades médias notadas para todos os homens e mulheres (solteiros e viúvos) de diferentes nacionalidades são maiores no meio urbano.

Contudo, as variações na idade média da primeira união (para qualquer etnia) não são grandes, ao menos nas três primeiras décadas. Isso se deve ao fato de nas duas últimas décadas, especialmente, os imigrantes de modo geral já se encontrarem distantes da época em que migraram, sobretudo no caso dos italianos.

A variação na idade média dos nubentes italianos foi pequena até 1919 – ficando em torno de 24 e 25 anos para os homens e de 19 e 20 anos para as mulheres. Já na década de 1920-1929 a média de idade salta para quase 28 anos para homens e para pouco mais de 23 anos para as mulheres. portanto, essa elevação na idade média dos nubentes italianos ao casar se deve ao fato de que nesta época já não havia mais tantos jovens italianos no município de São Carlos, visto que a imigração há tempos havia se reduzido.

Sabemos que uma parcela importante da imigração italiana para o Brasil foi feita em unidades familiares e isto certamente contribuiu para diminuir o desequilíbrio entre os sexos, o que favoreceu que os homens se casassem com mulheres do seu grupo com maior facilidade e em idades mais precoces (especialmente aqueles do meio rural, onde o casamento pode estar sendo realizado para unir força de trabalho, não havendo motivos para adiá-lo (Bassanezi, 1994)). O Censo municipal de 1907 nos informa que neste ano havia 11.316 italianos morando no município de São Carlos e destes, cerca de 86,2% moravam no meio rural.

1.2 Considerações acerca da origem dos nubentes

Neste item do trabalho, analisamos os casamentos ocorridos no município de São Carlos segundo as diferentes nacionalidades e ao longo das décadas do período.

Sendo assim, julgamos que seja necessário fazer uma apresentação do contingente

migratório que se fixou em São Paulo e também no município de São Carlos: porcentagem de homens e mulheres. De acordo com os Censos de 1920 e 1940, para o estado de São Paulo, nota-se que o número de homens imigrantes era superior ao de mulheres imigrantes. Isto certamente dificultava o matrimônio entre indivíduos de um mesmo grupo étnico pela carência de mulheres. Em muitos casos, os imigrantes economizavam dinheiro e buscavam ou mandavam buscar uma noiva do seu país de origem, porém nem todos conseguiam tal feito e, para não permanecerem no estado de celibato - ficar solteiro não era prática comum - optavam por contrair matrimônio com mulheres brasileiras ou de outras etnias.

No município de São Carlos, essa discrepância numérica também pode ser notada, principalmente, pelos Censos de 1907 e 1920 – tal como aponta a tabela 3 –, nos quais a qualidade dos dados quanto à divisão por sexo é boa⁵². Para conhecermos a real desproporção entre os sexos segundo as diferentes etnias, optamos por calcular os índices de masculinidade para cada um dos principais grupos do nosso estudo (brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis)⁵³.

Quadro 1
Índices de masculinidade no município de São Carlos
nos Censos de 1907 e 1920.

	Censo de 1907	Censo de 1920
Brasileiros	1,03	1,04
Italianos	1,21	1,13
Espanhóis	1,13	1,24
Portugueses	1,54	1,54

Fonte: Censo Municipal de São Carlos de 1907 e Censo nacional de 1920

⁵² A nossa afirmação neste sentido deve-se ao fato de que algumas variáveis do Censo de 1907, que se encontram na base de dados de FPMPC, estão com muitos erros de digitação. A variável sexo possuía uma quantidade pequena de erros desta natureza, que pudemos corrigir levando em consideração o nome das pessoas.

⁵³ O cálculo desses índices de masculinidade foi feito a partir dos dados (para homens e mulheres) contidos na tabela 3, deste trabalho, referentes aos Censos de 1907 e 1920. Os índices de masculinidade foram calculados da seguinte forma: dividimos a quantidade de homens pela quantidade de mulheres (segundo cada uma das principais nacionalidades).

De modo geral, os dados apontados no quadro 1 evidenciam que os portugueses possuem os mais altos índices de masculinidade dentre as principais nacionalidades do estudo. Em tese, isso significa então que a pressão sofrida pelos portugueses, no momento de contrair matrimônio é maior, tendo uma maior probabilidade que os homens deste grupo se casem com moças ou brasileiras ou pertencentes a outros grupos étnicos. Este mesmo tipo de raciocínio pode ser feito para as outras etnias, porém, a medida que os índices de masculinidade diminuem, a pressão também faz o mesmo. Por exemplo, a probabilidade de um homem espanhol, em 1907, se casar dentro do seu grupo seria, a princípio, maior do que aquela notada para portugueses e italianos. Em contrapartida, em 1920, os índices apontam que a probabilidade de um homem italiano se casar com uma mulher italiana passa, a princípio, a ser maior do que a notada para os espanhóis e portugueses.

A quantidade de casamentos no período, em que houve informação válida para ambos os nubentes, atingiu um total de 2.478 casamentos. Houve uma perda de dados de 13,2% e 12,6% para noivos e noivas, respectivamente, conforme os dados apresentados na tabela 1. Antes porém, de começarmos a apresentação das tabelas com os resultados desses casamentos para o período e para as décadas, faremos uma explicação do uso do cálculo da razão entre o valor observado e o esperado⁵⁴.

O cálculo da razão entre o valor observado e o valor esperado indica a tendência (ou repulsa) dos nubentes de diferentes nacionalidades de se casarem. O valor esperado

⁵⁴ Para medirmos a endogamia em nosso estudo poderíamos estar utilizando o cálculo da porcentagem, uma vez que ela nos permite compreender e discriminar as condutas de cada nacionalidade e sexo. Porém, a principal desvantagem que temos quando trabalhamos com o cálculo da porcentagem é o fato de que ela não toma em conta as condições de oferta de indivíduos de cada nacionalidade, ou seja, a quantidade de potenciais contraentes de igual e de distinta nacionalidade que existe no meio social onde ocorre o casamento. Já o cálculo da razão nos permite verificar a endogamia dos diferentes grupos (seja pela nacionalidade, moradia ou estado civil) retirando a influência que o contingente demográfico poderia estar impondo à análise.

Cálculo do valor esperado: \sum do total da coluna x \sum do total da linha / total geral da tabela.

Cálculo da razão: $\frac{\text{Valor observado}}{\text{Valor esperado}}$

indica qual o número de casamentos que ocorreria caso estes fossem aleatórios, isto é, só dependessem do número disponível de nubentes de cada nacionalidade.

Sendo a razão maior que 1, temos uma clara indicação de que o valor observado é maior que o valor esperado e quando a razão for menor que 1, nitidamente nos indica que o valor observado é menor que o valor esperado. Pode-se observar que, em geral, as razões maiores que 1 situam-se justamente nas diagonais das tabelas. Isso evidencia a tendência endogâmica dos cônjuges, isto é, quanto maior a razão, maior a tendência dos nubentes daquela nacionalidade de se casarem entre si. Por outro lado, quanto mais próxima a zero for a razão, maiores são as restrições para o casamento entre respectivas nacionalidades.

Desdobramos os dados para brasileiros e para italianos, segundo a origem regional, no período, pois para estes dois grupos foi possível identificar a localidade de nascimento dos nubentes de distintas regiões. Vejamos então a Tabela 11.

Tabela 11

Ocorrência de casamentos entre nubentes de diferentes origens. São Carlos, 1890 a 1939⁵⁵.

Naturalidade do noivo	Naturalidade da noiva										Total
	São Carlos	paulista fora de São Carlos	outros estados BRA	BRA desconhecido	ITA desconhecido	No e Ce da ITA	Sul da ITA	POR	ESP	Outras	
São Carlos	425 (1,5)	202 (1,2)	17 (0,9)	8 (0,1)	5 (0,1)	18 (0,3)	6 (0,2)	12 (0,5)	18 (0,6)	4 (0,3)	715
paulista	289 (1,2)	253 (1,7)	19 (1,2)	6 (0,1)	4 (0,1)	12 (0,3)	5 (0,2)	9 (0,4)	8 (0,3)	3 (0,3)	608
outros estados	52 (1,0)	45 (1,7)	21 (5,8)	5 (0,5)	1 (0,1)	3 (0,3)	1 (0,3)	2 (0,7)	3 (0,6)	1 (0,5)	134
BRA desconhecido	11 (0,1)	4 (0,1)	1 (0,2)	167 (11,1)	2 (0,2)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (0,3)	1 (0,1)	0 (0,0)	188
ITA desconhecido	23 (0,3)	5 (0,1)	0 (0,0)	5 (0,3)	125 (10,6)	7 (0,5)	5 (0,7)	2 (0,3)	2 (0,3)	4 (1,4)	178
No e Ce da ITA	54 (0,6)	23 (0,4)	3 (0,5)	2 (0,1)	10 (0,6)	113 (6,4)	18 (2,0)	2 (0,3)	7 (0,8)	3 (0,8)	235
Sul da ITA	27 (0,5)	14 (0,4)	0 (0,0)	0 (0,0)	7 (0,8)	18 (1,8)	54 (11,0)	1 (0,2)	6 (1,2)	2 (0,9)	129
POR	37 (0,7)	22 (0,7)	3 (0,8)	3 (0,3)	2 (0,2)	7 (0,7)	3 (0,6)	47 (10,6)	10 (1,9)	0 (0,0)	134
ESP	28 (0,7)	18 (0,7)	0 (0,0)	2 (0,2)	4 (0,6)	0 (0,0)	2 (0,5)	5 (1,5)	41 (10,5)	0 (0,0)	100
outras	14 (0,6)	6 (0,4)	2 (1,3)	0 (0,0)	3 (0,8)	8 (1,8)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	24 (26,6)	57
Total	960	592	66	198	163	186	94	82	96	42	2478

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o número esperado em condições de aleatoriedade.

⁵⁵ As categorias BRA desconhecido e ITA desconhecido (tanto para noivos como para noivas), agregam todos aqueles indivíduos para os quais não foi possível identificar a cidade e/ou região de nascimento. As categorias que compõem esta tabela são excludentes, ou seja, se o indivíduo afirmou ter nascido em São Carlos não foi computado nem como paulista e nem como BRA desconhecido. A categoria paulista agrega todos aqueles indivíduos que nasceram em municípios do estado de São Paulo, exceto São Carlos; a categoria outros estados brasileiros agrega todos os indivíduos que nasceram em estados fora de São Paulo. Já o indivíduo que declarou ter nascido no Norte e Centro da Itália, não foi computado nem como italiano do sul e nem como ITA desconhecido; da mesma forma, quem declarou ter nascido no sul da Itália não foi computado nem como italiano do norte e centro e nem como ITA desconhecido.

De modo geral, podemos afirmar que entre os nubentes nascidos no município de São Carlos há alguma tendência de casamento endogâmico⁵⁶ (razão de 1,5). Entre os nubentes nascidos em outros estados do país há uma alta tendência de casamentos endogâmicos (razão de 5,8). Entre os nubentes são-carlenses, paulistas e de outros estados do país, havia um intercâmbio mais intenso de nubentes, embora deva ser notado que o maior intercâmbio ocorria entre nubentes nascidos no município de São Carlos e paulistas.

Entre os italianos de diferentes regiões da Itália parece haver uma separação mais nítida no momento do casamento, visto que para cada região temos uma alta tendência de casamentos endogâmicos. Os nubentes provenientes do sul da Itália, possuem uma tendência endogâmica maior do que a notada para os do norte/centro do país. A razão entre o número observado e o número esperado, notada para os italianos do sul, foi de 11,0, enquanto que a razão notada para os do norte/centro foi de 6,4. Quando os italianos do norte/centro não se casavam neste grupo a tendência era buscar o (a) parceiro (a) entre os italianos do sul. Com os italianos do sul ocorria exatamente o mesmo movimento. Vale destacar ainda que a maior parte dos italianos que declararam a região da qual eram *oriundi* se concentram entre os anos de 1900 a 1919.

A propensão de casamentos entre italianos do norte/centro com os italianos do sul é bastante interessante, visto que é sabido na literatura sobre imigração que os italianos do norte/centro pouco tinham em comum com os do sul do país, especialmente porque o sul historicamente sempre foi a parte menos desenvolvida e mais pobre da Itália, enquanto o norte sempre foi a parte mais desenvolvida do país. Dessa forma, o que as razões da Tabela 11 estão nos indicando é que, pelo menos no município de São Carlos, a segregação regional entre italianos, não parece ter sido tão forte no momento do casamento, visto que, não se casando com indivíduos de sua mesma região, italianos destes grupos (tanto homens

⁵⁶ Neste item do trabalho, a idéia de casamento endogâmico que trabalharemos se refere a casamentos que ocorriam dentro de um mesmo grupo étnico.

como mulheres) se casavam entre si, muito mais do que com indivíduos de outras nacionalidades.

Baseado em seu estudo sobre o município de Descalvado (próximo a São Carlos), Durham (1960) nos afirma que a segregação étnica nunca fora forte o suficiente para impedir a realização de casamentos mistos. Porém, segue a autora, uniões de mulheres estrangeiras com filhos de famílias tradicionais só se tornaram freqüentes depois de 1920, quando foram registrados diversos casamentos de moças italianas com filhos de famílias tradicionais. Estes casamentos foram viabilizados, sobretudo, pelo sucesso de alguns imigrantes, que através do comércio acabaram enriquecendo e se tornando grandes proprietários rurais ou donos de importantes estabelecimentos comerciais.

No município de São Carlos, notamos que os casamentos mistos, entre homens brasileiros e mulheres estrangeiras, sempre ocorreram em pequena quantidade durante todo o período. Tome-se o exemplo das mulheres italianas, que por serem em número inferior ao de homens italianos, eram muito disputadas pelos indivíduos italianos. Porém, nas décadas de 1920-1929 e 1930-1939, notamos um pequeno aumento na realização de uniões entre homens brasileiros com mulheres estrangeiras, mas em razões bem abaixo de 1, com 0,5 (1920-1929) e 0,6 (1930-1939)⁵⁷. Portanto, concluímos que, mesmo havendo um pequeno aumento na realização de casamentos entre homens brasileiros com mulheres estrangeiras, a atração étnica para ter tido importante papel nas escolhas matrimoniais dos estrangeiros. Vale destacar ainda, que obviamente os casamentos entre homens estrangeiros com mulheres brasileiras sempre tiveram uma propensão maior de ocorrer em todas as décadas do período, especialmente em virtude do desequilíbrio numérico entre homens e mulheres de nacionalidade estrangeira.

⁵⁷ Note-se que estas uniões podem embutir casamentos de homens brasileiros filhos de italianos com mulheres italianas, caso a ser analisado proximamente.

Quanto à filiação dos nubentes, ou seja, quanto à nacionalidade dos pais, os nubentes brasileiros filhos de estrangeiros que se casaram no município de São Carlos estavam assim distribuídos.

Tabela 12

Porcentagem de nubentes brasileiros filhos de estrangeiros, segundo o sexo e a nacionalidade dos pais. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade dos pais	Homem	Mulher
filho de italianos (*)	73,4 (188)	76,8 (222)
filho de portugueses (*)	10,9 (28)	11,4 (33)
filho de espanhóis (*)	7,4 (19)	4,8 (14)
filho de outros estr.	8,2 (21)	6,9 (20)
Total	100,0 (256)	100,0 (289)

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a quantidade de indivíduos.

(*) incluem também os casos em que um dos pais era desta nacionalidade e o outro brasileiro. Quando ambos os pais eram estrangeiros deu-se preferência para a nacionalidade do pai.

A Tabela 12 nos indica que, dos brasileiros filhos de estrangeiros que declararam a nacionalidade dos pais, a maioria era descendente de italianos (73,4%), seguidos de longe pelos portugueses (10,9%), pelos de outras nacionalidades (8,1%) e pelos espanhóis (7,4%). Obviamente que a porcentagem de brasileiros italianos, se comparada ao contingente de estrangeiros no município de São Carlos, não chega a impressionar, visto que até o Censo de 1940 os italianos dominam as estatísticas sobre estrangeiros no município. Porém, esta tabela é importante em nosso trabalho na medida em que nos permite visualizar, na amostra, a porcentagem de brasileiros filhos de estrangeiros segundo cada uma das nacionalidades, visto que nosso intuito nas próximas linhas será o de explorar como se deram as escolhas matrimoniais desses indivíduos.

Vejamos então, como se comportaram os casamentos entre nubentes das mais diferentes nacionalidades para todo o período em análise (1890 a 1939).

Tabela 13

Casamentos segundo a filiação e nacionalidade dos nubentes.
São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade do noivo	Nacionalidade da noiva										Total
	bras. filha de italianos (*)	bras. filha de portuguesas (*)	bras. filha de espanhóis (*)	bras. filha de outros estr. (*)	bras. filha de brasileira	bras. com pais indeterminados (#)	italianas	portuguesas	espanholas	outras	
bras. filho de italianos (*)	93 (5,5)	8 (3,2)	5 (4,5)	5 (3,3)	-	70 (0,7)	2 (0,1)	1 (0,2)	3 (0,4)	1 (0,3)	188
bras. filho de portuguesas (*)	7 (3,0)	2 (5,0)	2 (10,0)	1 (5,0)	-	14 (1,0)	-	1 (1,1)	1 (1,0)	-	28
bras. filho de espanhóis (*)	9 (5,3)	-	-	2 (10,0)	-	7 (0,7)	1 (0,3)	-	-	-	19
bras. filho de outros estr. (*)	7 (4,0)	2 (7,0)	1 (10,0)	1 (5,0)	1 (0,7)	9 (1,0)	-	-	-	-	21
bras. filho de brasileiros	-	-	-	-	152 (10,1)	48 (0,4)	3 (0,1)	3 (0,4)	2 (0,3)	-	208
bras. com pais indeterminados (#)	75 (1,0)	15 (1,0)	1 (0,1)	6 (1,0)	17 (0,2)	969 (1,5)	49 (0,2)	20 (0,5)	24 (0,5)	7 (0,4)	1183
Italianos	19 (0,4)	2 (0,3)	1 (0,3)	2 (0,5)	4 (0,1)	130 (0,4)	357 (4,0)	5 (0,3)	16 (1,0)	8 (1,0)	544
Portugueses	2 (0,2)	3 (2,0)	-	-	3 (0,3)	56 (1,0)	12 (0,5)	48 (11,0)	8 (2,0)	-	132
Espanhóis	8 (1,0)	1 (1,0)	3 (5,0)	1 (1,3)	-	35 (1,0)	5 (0,3)	5 (1,5)	41 (11,0)	-	99
Outros	2 (0,4)	-	1 (3,3)	2 (4,0)	2 (0,5)	18 (0,5)	11 (1,0)	-	-	24 (24,0)	60
Total	222	33	14	20	179	1356	440	83	95	40	2482

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos de 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o esperado em condições de aleatoriedade.

(*) incluem também os casos em que um dos pais é brasileiro e o outro desta nacionalidade.

(#) inclui todos os casos em que não foi possível identificar a nacionalidade de nenhum dos pais.

Esta tabela, apesar de conter muitas células em branco, foi de extrema importância para o trabalho, especialmente porque nela foi possível desagregar os dados referentes aos brasileiros, ou seja, ela nos permitiu verificar a maneira como os brasileiros filhos de estrangeiros se casaram no período.

De modo geral, podemos afirmar que a endogamia esteve presente em todo o período de estudo, visto que a razão entre o número observado e o esperado (para nubentes de uma mesma nacionalidade) sempre foi maior do que 1, embora deva ser notado que os nubentes brasileiros com pais indeterminados possuem a menor tendência a realizarem casamentos endogâmicos.

Em todo o período, o grupo de estrangeiros de outras nacionalidades é o que apresenta, de longe, maior tendência endogâmica, vindo em seguida os portugueses, os espanhóis e os brasileiros filhos de brasileiros. Os italianos, ainda que endogâmicos, apresentam a menor tendência entre todas os estrangeiros.

Outra questão interessante a ser notada é que tanto para homens como para mulheres de origem portuguesa ou espanhola, a tendência apresentada na tabela acima nos indica que, quando não se casavam no interior do próprio grupo de origem, esses nubentes tinham nítida preferência por homens e mulheres ibéricas (ou de origem portuguesa ou de origem espanhola). Afora a tendência endogâmica de casamentos intra e inter grupo para portugueses e espanhóis, a tendência indica que os nubentes italianos eram os próximos candidatos a contrair casamento com homens ou mulheres de origem portuguesa ou espanhola, visto que não encontramos nenhum caso de portugueses ou espanhóis, de ambos os sexos, casando-se com estrangeiros que não fossem, ou destes dois grupos, ou italianos.

A baixa propensão de italianas a se casarem com brasileiros pode refletir o maior controle (e receio) das famílias italianas em dispor suas filhas para se casarem

com brasileiros. De modo geral, as italianas pouco se casavam fora do grupo, sobretudo porque eram poucas e, por isso mesmo, muito disputadas pelos homens italianos. O mesmo pode ser dito para as mulheres de outras nacionalidades.

Levy e Scarano (1999), estudando os casamentos em São Paulo, notaram que a baixa porcentagem de matrimônios de mulheres italianas com homens brasileiros (7% no ano de 1917) certamente demonstra a resistência do grupo em aceitar que mulheres italianas contraíssem matrimônio fora do seu grupo étnico. Até 1923 a proporção de casamentos, em São Paulo, de italianos com brasileiras foi o dobro de italianos com italianas. Porém, devemos atentar para a possibilidade de que as brasileiras casadas com os italianos poderiam ser filhas de italianos, consideradas brasileiras (pelos Censos do período) porque nasceram no Brasil.

Em se tratando de brasileiros filhos de estrangeiros (homens e mulheres), notamos que entre estes a maior tendência de casamento dentro deste mesmo grupo se concentra entre os filhos de italianos (com razão de 5,5). É interessante ainda ser notado neste caso que, diferentemente do que se poderia supor ou esperar, a quantidade de casamentos de brasileiros filhos de italianos (homens e mulheres) com aqueles nascidos na Itália foi pequena. Porém, apesar da razão notada, tanto para homens como para mulheres, ter sido pequena, podemos afirmar que as mulheres brasileiras filhas de italianos se casaram muito mais com homens nascidos na Itália do que o contrário.

Em relação aos homens brasileiros filhos de estrangeiros, as mulheres brasileiras filhas de estrangeiros possuem uma tendência maior de se casar com homens nascidos no estrangeiro, sejam eles italianos, portugueses, espanhóis ou de outras nacionalidades. No caso das brasileiras filhas de portugueses, de espanhóis ou de outras nacionalidades, quando não se casavam com homens brasileiros filhos de pais estrangeiros, tinham uma nítida tendência em buscar casamento com homens cujas nacionalidades fossem iguais a

dos seus pais, o que demonstra que as mulheres deste grupo possuíam uma certa endogamia de etnia, visto que se casaram com homens pertencentes ao mesmo grupo étnico que seus pais. Portanto, podemos concluir que as brasileiras filhas de estrangeiros eram mais endogâmicas, em relação à etnia dos pais, do que os homens brasileiros filhos de estrangeiros.

Resta lembrar ainda que, na amostra não houve um só casamento de pessoas identificadas como filhas de estrangeiros com homens cujos pais eram brasileiros, ocorrendo quase que o mesmo movimento para os homens, exceto para os brasileiros filhos de outros estrangeiros. Porém, este dado deve ser olhado com extremo cuidado por dois motivos: 1) foram poucos os nubentes brasileiros que declararam a nacionalidade dos pais como brasileira, pois dos 1643 homens brasileiros e das 1814 mulheres brasileiras da amostra cerca de 12,5% dos homens e 10,0% das mulheres declararam a nacionalidade dos pais como sendo brasileira; 2) houve uma considerável quantidade de casamentos de nubentes brasileiros filhos de estrangeiros com nubentes brasileiros que não declararam a nacionalidade dos pais. Neste grupo de brasileiros que não declararam a nacionalidade dos pais é possível que tenha uma razoável quantidade de filhos de brasileiros, além, é claro, de ainda poder ter vários indivíduos cuja nacionalidade dos pais fosse estrangeira. Portanto, a prudência nos informa que generalização para este caso deve ser feita a luz de muitas ressalvas.

Vejamos agora como os casamentos, segundo a nacionalidade dos nubentes, se comportaram de acordo com cada uma das décadas do período.

Tabela 14

Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1890 a 1899. Município de São Carlos.

		Nacionalidade da noiva					
Nacionalidade do noivo	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	Total	
brasileira	185 (1,2)	3 (0,1)	2 (0,6)	1 (1,3)	0 (0,0)	191	
Italiana	3 (0,1)	40 (4,8)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (0,2)	45	
portuguesa	3 (0,7)	0 (0,0)	2 (20,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	5	
espanhola	1 (1,3)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	1	
Outras	1 (0,2)	2 (1,81)	0 (0,0)	0 (0,0)	3 (30,0)	6	
Total	193	45	4	1	5	248	

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o esperado em condições de aleatoriedade.

A década de 1890-1899 é a que marcou o auge da imigração italiana para o Brasil. Daí o fato de, afora os brasileiros, a maior parte dos casamentos ter sido entre nubentes de origem italiana e poucos casamentos de espanhóis e portugueses.

Tabela 15

Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1900 a 1909. Município de São Carlos.

		Nacionalidade da noiva					
Nacionalidade do noivo	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	Total	
Brasileira	152 (2,2)	7 (0,1)	5 (0,6)	1 (0,1)	1 (0,3)	166	
Italiana	25 (0,2)	207 (1,8)	2 (0,2)	6 (0,5)	3 (0,6)	243	
Portuguesa	19 (1,1)	4 (0,2)	16 (8,0)	4 (2,0)	0 (0,0)	43	
Espanhola	5 (0,5)	4 (0,4)	0 (0,0)	13 (11,8)	0 (0,0)	22	
Outras	1 (0,2)	4 (1,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	5 (25,0)	10	
	202	226	23	24	9	484	

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o esperado em condições de aleatoriedade.

Na década de 1900-1909, já notamos uma maior participação de outros estrangeiros, além dos italianos. O grupo com maior tendência endogâmica, tal como notamos na tabela para todo o período, continua a ser os estrangeiros de outras nacionalidades, sendo seguidos pelos espanhóis e pelos portugueses. A tendência de casamentos de homens portugueses com mulheres espanholas é maior do que a notada com mulheres de todos os outros grupos (exceto as portuguesas), sendo bastante significativa a tendência de uniões entre portugueses e brasileiras. Os italianos

continuam endogâmicos, porém, numa tendência menor do que a notada para todo o período, menor inclusive que entre os brasileiros.

Tabela 16

Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1910 a 1919. Município de São Carlos.

		Nacionalidade da noiva					
Nacionalidade do noivo	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	Total	
brasileira	239 (1,4)	28 (0,4)	9 (0,4)	10 (0,5)	0 (0,0)	286	
italiana	65 (0,6)	89 (2,4)	3 (0,3)	6 (0,5)	2 (1,0)	165	
portuguesa	18 (0,6)	4 (0,4)	25 (7,0)	4 (1,1)	0 (0,0)	51	
espanhola	7 (0,4)	1 (0,2)	2 (1,0)	19 (9,1)	0 (0,0)	29	
outras	10 (1,0)	2 (0,5)	0 (0,0)	0 (0,0)	5 (25,0)	17	
Total	339	124	39	39	7	548	

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o esperado em condições de aleatoriedade.

Na década de 1910-1919 notamos que os estrangeiros de outras nacionalidades (ainda que com poucos casos na década) continuam a manter uma alta tendência endogâmica. O mesmo ocorre com espanhóis e portugueses, ainda que com uma tendência declinante em relação à década anterior. Os italianos aumentaram a tendência ao casamento endogâmico nesta década em relação à anterior (1900-1909), o que pode indicar que na década anterior havia maior desproporção entre os sexos. De fato, se tomarmos por parâmetro o quadro 1 (que traz os índices de masculinidade dos Censos de 1907 e 1920), observamos que o índice de masculinidade na população italiana regrediu de 1,21 (em 1907) para 1,13 (em 1920).

Tabela 17

Cruzamento da nacionalidade do noivo e da noiva segundo a década de 1920 a 1929. Município de São Carlos.

		Nacionalidade da noiva					
Nacionalidade do noivo	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	Total	
brasileira	462 (1,1)	11 (0,4)	7 (0,7)	12 (0,6)	4 (0,3)	496	
italiana	41 (0,7)	17 (5,1)	0 (0,0)	2 (0,8)	2 (1,3)	62	
portuguesa	17 (0,8)	2 (1,6)	3 (6,0)	1 (1,3)	0 (0,0)	23	
Espanhola	18 (0,7)	1 (0,6)	3 (5,0)	8 (7,3)	0 (0,0)	30	
Outras	5 (0,4)	2 (2,5)	0 (0,0)	0 (0,0)	9 (22,5)	16	
Total	543	33	13	23	15	627	

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o observado em condições de aleatoriedade.

Para a década de 1920-1929 percebemos que a força da endogamia continua nos casamentos entre nubentes estrangeiros de outras nacionalidades. Para os portugueses e espanhóis, a tendência endogâmica permanece, embora com vigor declinante em relação à década de 1910-1919. O inverso ocorre entre os italianos, um grupo cada vez menor, como era de se esperar na medida em que nos distanciamos do período de auge da imigração, porém, crescentemente endogâmico desde a primeira década do século XX. Com a época de auge da imigração para o município de São Carlos já distante, é notável ainda a diminuição geral dos casamentos envolvendo estrangeiros.

Devido ao fato de haver uma quantidade pequena de casamentos envolvendo estrangeiros, na última década do período, optamos por retirá-la da análise.

Como vimos, a nacionalidade com menor tendência a casamentos mistos foi, tanto para homens como para mulheres, a que engloba estrangeiros de outras nacionalidades. De alguma maneira, essa tendência indica um grau de isolamento de indivíduos dessa nacionalidade bem maior do que o notado para indivíduos de nacionalidades numericamente mais expressivas.

Na comparação entre nubentes brasileiros e estrangeiros, verificamos que os estrangeiros são mais endogâmicos que os brasileiros e entre os estrangeiros, os italianos, por serem mais heterogêneos, são os menos endogâmicos.

Vale notar ainda que o aumento na tendência de casamentos entre estrangeiros e moças brasileiras e de brasileiros com moças estrangeiras, durante o período em análise, está relacionado ao fato de muitos daqueles (homens e mulheres) que declararam terem nascido no Brasil, serem filhos de estrangeiros, especialmente a partir de 1920 quando temos na amostra um aumento na quantidade de informações a respeito da nacionalidade dos pais dos nubentes.

A nosso ver, um outro fator pode ainda influenciar as escolhas matrimoniais em São Carlos. O isolamento geográfico das famílias que viviam no meio rural, aliado à proximidade que as colônias tinham umas das outras pode, a nosso ver, ter criado as condições necessárias à ocorrência de uma alta porcentagem de casamentos endogâmicos.

1.3 Local de moradia e seus determinantes nas escolhas matrimoniais

Se no item anterior buscamos explorar a maneira pela qual os casamentos ocorreram no município de São Carlos segundo as diferentes nacionalidades, agora julgamos que seja necessário desvendar como indivíduos de diferentes nacionalidades buscavam o matrimônio segundo o local de moradia (rural e urbano).

Sabemos que no meio urbano os contatos entre as pessoas de diferentes nacionalidades eram mais freqüentes do que entre aqueles que moravam no meio rural. No meio urbano, as pessoas, mesmo não sendo de uma mesma nacionalidade, estavam meio que obrigadas a ter um contato mais intenso, favorecidos pela própria dinâmica da vida na cidade.

Em seu estudo sobre a fazenda Santa Gertrudes, localizada próxima ao município de Rio Claro, Bassanezi (1990), notou que a forma como as famílias estavam organizadas, por meio do sistema de colonato, favorecia a cooperação, a solidariedade e a combinação dos esforços para o bem comum e ainda reforçava os vínculos entre os moradores de uma mesma colônia. Porém, este sistema favorecia o isolamento das famílias não só do mundo exterior aos limites da fazenda, como também entre as próprias colônias. O contato entre as colônias restringia-se à realização de festas e/ou cerimônias religiosas que se realizavam na sede da propriedade, nas fazendas vizinhas

ou nos arredores das capelas e igrejas das vilas e cidades da região. No caso da Fazenda Santa Gertrudes existia uma capela própria, que atraía igualmente todos os colonos.

Os casamentos ocorridos nesta fazenda eram na grande maioria entre cônjuges da própria fazenda, demonstrando, então, uma forte endogamia⁵⁸ entre os grupos estrangeiros moradores do meio rural, favorecida, em parte pelo isolamento geográfico. Os cônjuges buscados em outras fazendas provinham daquelas localizadas próximas à fazenda Santa Gertrudes. Outras vezes porém, a endogamia entre grupos de estrangeiros era favorecida por uma decisão do fazendeiro, que colocava para morarem na mesma colônia as pessoas de famílias aparentadas e/ou amigas, ou de um mesmo país. Portanto, tanto o isolamento geográfico, quanto o parentesco e/ou a relação de amizade, favoreceram, em grande parte, a ocorrência de casamentos entre cônjuges da mesma etnia nesta fazenda.

Vejamos agora como se deram os casamentos entre os nubentes segundo a localidade de moradia.

Tabela 18

Porcentagem de casamentos entre nubentes de diferentes Moradias. São Carlos, 1890 a 1939.

Moradia do noivo	Moradia da noiva		Total
	meio urbano	meio rural	
meio urbano	589	42	631
% na linha	93,3%	6,7%	100,0%
% na coluna	91,0%	5,5%	44,9%
meio rural	58	716	774
% na linha	7,5%	92,5%	100,0%
% na coluna	9,0%	94,5%	55,1%
Total	647	758	1405

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos de 1890 a 1939.

No município de São Carlos, de modo geral, os nubentes do meio rural possuem, assim como na fazenda Santa Gertrudes, uma forte endogamia de moradia, visto que a

⁵⁸ A idéia de casamento endogâmico que estaremos trabalhando neste item do trabalho se refere ao local de moradia (urbano/rural).

porcentagem de casamentos entre nubentes deste meio superou a casa dos 90,0%. Para os nubentes do meio urbano ocorre o mesmo fenômeno uma vez que a porcentagem de casamentos endogâmicos também superou a casa dos 90,0%.

As tabelas apresentadas neste item trazem os dados agrupados por nacionalidade para os casamentos ocorridos no meio urbano e outras para aqueles ocorridos no meio rural.

Tabela 19

Distribuição de casamentos entre os nubentes residentes no meio urbano segundo as diferentes nacionalidades. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade do noivo	Nacionalidade da noiva					Total
	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	
Brasileira	468 (1,0)	11 (0,5)	6 (0,8)	9 (0,8)	3 (0,3)	497
Italiana	32 (0,8)	8 (4,7)	0 (0,0)	1 (1,1)	0 (0,0)	41
Portuguesa	13 (0,7)	3 (3,7)	3 (10,0)	1 (2,5)	0 (0,0)	20
Espanhola	12 (0,9)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (6,6)	0 (0,0)	14
Outras	7 (0,4)	2 (2,8)	0 (0,0)	0 (0,0)	8 (26,6)	17
Total	532	24	9	13	11	589

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos de 1890 a 1939.

Obs: A razão entre o número observado e esperado está entre parênteses.

Temos 58 casos válidos excluídos devido ao fato de se referirem a nubentes com moradias diferentes (urbano/rural).

Tabela 20

Distribuição de casamentos entre os nubentes residentes no meio rural segundo as diferentes nacionalidades. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade do noivo	Nacionalidade da noiva					Total
	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	
Brasileira	440 (1,2)	18 (0,2)	3 (0,2)	14 (0,5)	4 (0,7)	479
Italiana	46 (0,4)	100 (3,7)	1 (0,2)	4 (0,5)	2 (1,2)	153
Portuguesa	13 (0,5)	2 (0,3)	13 (14,4)	4 (2,3)	0 (0,0)	32
Espanhola	20 (0,6)	3 (0,4)	3 (2,5)	16 (7,3)	0 (0,0)	42
Outras	3 (0,5)	3 (2,1)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (20,0)	8
Total	522	126	20	38	8	714

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos de 1890 a 1939.

Obs: A razão entre o número observado e esperado está entre parênteses.

Temos 42 casos válidos excluídos devido ao fato de se referirem a nubentes com moradias diferentes (rural/urbano).

Ao contrário do que se poderia pensar, houve pouca diferença entre as razões notadas para os casamentos no meio rural e no meio urbano. No entanto, as razões notadas para os nubentes do meio rural são, no geral, maiores do que as observadas para aqueles do meio urbano e isto indica uma maior propensão à miscigenação no meio

urbano, especialmente para os brasileiros, portugueses e espanhóis. A exceção neste caso são os nubentes de outras nacionalidades e os italianos, que no meio urbano possuem uma menor propensão à miscigenação. No caso dos italianos, deve ser notado que o número de casos com dados válidos no meio rural foi bem maior do que no meio urbano e isto pode ter influenciado o cálculo da razão.

Em ambas estas tabelas, os nubentes pertencentes à categoria outras nacionalidade são aqueles que apresentam, de longe, maior tendência endogâmica entre todas as outras nacionalidades, sendo seguidos pelos portugueses e pelos espanhóis. Entre os estrangeiros, os italianos, ainda que endogâmicos, são os que apresentam a menor tendência endogâmica, embora deva ser notado que no meio urbano eles possuem uma tendência maior do que aquela notada para o meio rural. A menor tendência endogâmica notada para os nubentes italianos denota a heterogeneidade e a pouca identidade, desses indivíduos, em relação aos outros estrangeiros.

Não separamos os dados por décadas devido ao fato de haver poucos casos com dados válidos nestes tipos de tabelas. Quando agrupamos a segunda com a terceira década (1900-1919) e a quarta com a quinta década (1920-1939), notamos que a maior quantidade de casamentos, tanto no meio rural como no meio urbano, foi entre brasileiros. Como nosso interesse neste estudo foi verificar os padrões de nupcialidade entre nubentes de diferentes nacionalidades, optamos então por excluir as tabelas que traziam os dados segundo as décadas do estudo.

1.4 Diferentes tipos de ocupações dos nubentes

Se habitar uma mesma localidade pode interferir nas escolhas matrimoniais do período, um outro fator também pode ser igualmente importante para se explicar as

variações no padrão endogâmico de casamento de um determinado grupo étnico, a saber a ocupação. É importante ter em mente que ocupação e local de moradia possuem relação entre si, pois em épocas mais distantes, como esta que estamos estudando, não era tão comum trabalhar na fazenda e morar na cidade.

Ao longo do tempo de permanência em São Paulo, muitos outros imigrantes acabaram conseguindo algum tipo de ascensão social, e esse fato fez com que a ocorrência de casamentos entre os próprios imigrantes passasse a ser norteado mais pela projeção econômica alcançada do que pelo pertencimento étnico.

Dentro do projeto de ascensão social do imigrante, Pereira (1987) notou a mudança no padrão endogâmico de casamento. Por percorrer um itinerário mais nítido de integração, a partir de um momento histórico o grupo estratifica-se e, com isso, perde sua eventual identidade étnica. Como sabemos, logo nos primeiros anos de sua chegada ao estado de São Paulo, a grande maioria dos imigrantes ainda não havia se diferenciado pela renda do seu trabalho – fruto do tipo de ocupação que desenvolviam –, e assim, os casamentos tinham uma tendência maior de ocorrer entre nubentes de uma mesma nacionalidade ou entre moradores de uma mesma localidade.

A tese de que os imigrantes buscaram sua ascensão social através do trabalho - muito mais do que pelo matrimônio - ficou bastante evidente na pesquisa de Bassanezi (1990), que constata a força da homogamia em todas as variáveis analisadas, sendo discrepante apenas na instrução. Nesta variável, a grande maioria dos noivos era alfabetizada (dois terços), enquanto que metade das noivas era analfabeta. É possível que isso tenha ocorrido em função das desigualdades de condições entre homens e mulheres.

Como já notamos na tabela 1 deste trabalho, a qualidade dos dados, referente à ocupação dos nubentes, foi, ao longo do tempo, melhorando, especialmente a partir da

década de 1910-1919. Em virtude da pequena variação de categorias para a ocupação das noivas, quase todas alocadas no serviço doméstico, não será possível observarmos, ao longo do tempo, como os casamentos se deram em cada categoria ocupacional. Porém, os dados que passaremos a apresentar a partir da tabela 21, para os homens, nos permitirão visualizar a maneira como as diferentes categorias ocupacionais estiveram preenchidas no período.

Devido ao fato de termos uma grande diversidade de ocupações com poucos casos para cada uma, optamos por agrupá-las segundo o meio a que estavam ligadas, pois isso facilitaria a análise dos dados referentes à ocupação dos noivos. Porém, algumas categorias, mesmo estando ligadas ao meio urbano, foram mantidas, especialmente por apresentarem certa variedade das ocupações notadas no meio urbano. São elas: operário/ ferroviário, artesão/ serviço especializado, comerciante/ mascate, industrial/ banqueiro, profissões escolarizadas.

Outras categorias foram mantidas, especialmente porque agrupavam ocupações entre as quais não era possível dizer a que tipo de meio estava mais ligada, a saber, a categoria jornaleiro/peão. Quando o indivíduo informa a ocupação como sendo uma destas duas (jornaleiro/peão) e não informa o seu local de moradia, fica difícil para classifica-lo como sendo do meio rural ou urbano. Na definição destas categorias notamos que peão é aquele indivíduo que trabalha no meio rural, podendo ter rendimentos diários ou mensais. Já a categoria jornaleiro engloba aquele indivíduo que realiza trabalhos diários, não estando definido o meio em que pode desenvolver sua atividade.

No meio rural, a variedade na categoria ocupação é relativamente pequena, sendo que as duas categorias mais numerosas são colono e lavrador. A categoria colono foi a mais numerosa nas duas primeiras décadas do período (de 1890 a 1909),

totalizando 162 ocorrências nestas décadas, das 320 notadas em todo o período. A década de 1910-1919 indica uma transição entre essas duas categorias, visto que ambas possuem um peso numérico bastante próximo uma da outra, sendo a quantidade de colonos igual a 133 e a de lavradores a 145. Já a categoria lavrador foi bem mais numerosa nas duas últimas décadas (1920 a 1939), totalizando 537 casos nestas décadas das 720 notadas em todo o período. Como não é possível termos essa quantidade de lavradores no município neste período, acreditamos que tenha ocorrido – a partir de 1910-1919 – uma alteração nominativa entre os responsáveis em escrever a ocupação dos noivos nos documentos para o casamento (colonos passaram a ser registrados como lavradores), embora possa existir no meio desse contingente de lavradores algumas pessoas que realmente fossem proprietários rurais.

De modo geral, os dados contidos na Tabela 21 nos informam que as ocupações mais representativas para os noivos são: trabalhador rural (53,3%), artesão/serviço especializado (11,9%) e operário/ferroviário (11,0%). Essas três categorias somadas representam cerca de 76,0% de todas as ocupações dos noivos para o período de 1890 a 1939.

Entre as diferentes nacionalidades, os brasileiros eram majoritariamente empregados em todas as categorias, até porque constituem o grupo mais numeroso da população são-carlense. Aliás, esta categoria é predominante para quase todos os homens da amostra, sendo a única exceção notada para os indivíduos de outras nacionalidades.

Os italianos, quando não se empregam como trabalhadores rurais (70,7%), se deslocam para as categorias artesão/serviço especializado (9,1%), trabalhador urbano (6,3%), comerciante/mascate (5,4%) e operário/ferroviário (4,3%). A maioria dos portugueses se empregou, além de trabalhador rural, nas categorias: operário/ferroviário

(22,3%), jornaleiro/peão (9,9%) e como trabalhador urbano (7,4%). Na ocupação jornaleiro/peão existe uma maior tendência de que esta ocupação seja preferida entre os solteiros. Assim como os italianos, cerca de 70,0% dos espanhóis se empregam como trabalhadores rurais e, afora esta ocupação, os homens desta etnia irão se ocupar como operário/ferroviário e como artesão/serviço especializado (com 8,3% para cada categoria) e como jornaleiro/peão (5,2%).

Tabela 21

Distribuição da ocupação dos noivos segundo as diferentes nacionalidades. São Carlos, 1890 a 1939.

Ocupação do noivo	Nacionalidade do noivo					Total
	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	Outras	
trabalhador rural ⁵⁹	672	312	61	67	12	1124
% na linha	59,8%	27,8%	5,4%	6,0%	1,1%	100,0%
% na coluna	48,0%	70,7%	50,4%	69,8%	24,0%	53,3%
trabalhador urbano ⁶⁰	120	28	9	2	4	163
% na linha	73,6%	17,1%	5,5%	1,3%	2,5%	100,0%
% na coluna	8,6%	6,3%	7,4%	2,1%	8,0%	7,7%
jornaleiro/peão	63	12	12	5		92
% na linha	68,5%	13,0%	13,0%	5,4%		100,0%
% na coluna	4,5%	2,7%	9,9%	5,2%		4,4%
operário/ferroviário	177	19	27	8	2	233
% na linha	76,0%	8,2%	11,6%	3,4%	,9%	100,0%
% na coluna	12,6%	4,3%	22,3%	8,3%	4,0%	11,0%
artesão/serv. Especializado ⁶¹	190	40	6	8	6	250
% na linha	76,0%	16,0%	2,4%	3,2%	2,4%	100,0%
% na coluna	13,6%	9,1%	5,0%	8,3%	12,0%	11,9%
comerciante/mascate	62	24	4	3	22	115
% na linha	53,9%	20,9%	3,5%	2,6%	19,1%	100,0%
% na coluna	4,4%	5,4%	3,3%	3,1%	44,0%	5,5%
industrial/banqueiro	15	2		2	1	20
% na linha	75,0%	10,0%		10,0%	5,0%	100,0%
% na coluna	1,1%	,5%		2,1%	2,0%	,9%
prof. escolarizadas ⁶²	102	4	2	1	3	112
% na linha	91,1%	3,6%	1,8%	,9%	2,7%	100,0%
% na coluna	7,3%	,9%	1,7%	1,0%	6,0%	5,3%
Total	1401	441	121	96	50	2109

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Entre os indivíduos de outras nacionalidades, que estão majoritariamente empregados na categoria comerciante/mascate (44,0%), é importante ser destacado que estão os sírio-libaneses e os turcos, que possuem forte tendência a serem mascates, daí a

⁵⁹ Esta categoria foi criada para comportar as seguintes ocupações: colono, lavrador, camarada, boiadeiro, pastor, aquele que cuida de animais, serrador, outro trabalho rural braçal, capanga, agregado, carroceiro (que disse trabalhar no meio rural). Além destas, esta categoria ainda serviu para aqueles casos em que a ocupação não estava totalmente definida, visto que a pessoa apenas disse ser trabalhador rural e/ou de roça. Esta definição serve também para as mulheres.

⁶⁰ Esta categoria comporta as seguintes ocupações: carroceiro (que disse trabalhar no meio urbano), outros transportes (chofer), ajudante de artesão ou de trabalhador especializado, policial/guarda/soldado/marchante, feitor, capataz de trabalho industrial ou ferroviária, serviço doméstico, outra ocupação braçal masculina. Para as mulheres fizemos o mesmo.

⁶¹ Nesta categoria estão agrupadas as seguintes ocupações: ajustador, alfaiate, artista/músico, barbeiro/cabeleireiro, caramalista, carpinteiro, chofer, confeitiro, contramestre de fábrica, eletricitista, empregado têxtil, encanador, ferreiro, fogueteiro, folheiro, fotógrafo, funileiro, lustrador, marceneiro, mecânico, modista, oleiro, ourives, padeiro, pedreiro, pintor, pirotécnico, relojoeiro, sapateiro, seleiro, serralheiro, tecelão, telegrafista, tintureiro, técnico de tecelagem, vidraceiro.

⁶² Esta categoria agrupa as seguintes ocupações: advogado, cirurgião dentista, contador, enfermeiro, engenheiro, escrivão, farmacêutico, funcionário bancário, funcionário público, guarda-livros, intérprete-japonês, jornalista, médico, professor, serventário da justiça, solicitador, tabelião, tipógrafo, técnico-químico.

predominância destes indivíduos na ocupação comerciante/mascate, especialmente a partir da segunda década do período. No trabalho de Truzzi (1993), sobre os sírio/libaneses em São Paulo, fica evidente que essa vocação ao comércio de bens de consumo popular foi a marca dos indivíduos dessa nacionalidade.

Uma outra característica bastante relevante que a Tabela 21 nos evidencia é que entre todos os estrangeiros, os indivíduos de outras nacionalidades são os que possuem a mais alta porcentagem (segundo as colunas) nas profissões escolarizadas. Porém, isso não indica que indivíduos deste grupo tivessem tanta preferência por estes tipos de profissões, mas antes, que justamente por constituírem um grupo numericamente pequeno, aqueles que possuíam profissões escolarizadas faziam com que a porcentagem do grupo, nesta categoria, fosse mais elevada do que a notada para os outros grupos de estrangeiros.

A Tabela 21 nos evidencia toda a diversificação de atividades produtivas que o município de São Carlos foi conhecendo ao longo de sua história. Esta diversificação pôde ser mais bem notada a partir de 1910, visto que foi verificado um grande aumento na quantidade de profissões ligadas ao meio urbano, tais como artesão/serviço especializado, profissões escolarizadas, operário/ferroviário, comerciante/negociante.

O aumento das profissões ligadas ao meio urbano possui estreita ligação com o próprio desenvolvimento que o município de São Carlos conheceu ao longo do tempo que nosso trabalho comporta. Truzzi e Devescovi já notaram que em São Carlos, a partir da instalação da ferrovia (atraída pelo volume de café negociado por esta região do estado de São Paulo) uma série de outros pontos comerciais também se instalaram neste município, a saber a própria Cia Paulista de Estrada de Ferro, o setor de pequeno comércio, tais como bares, hotéis e restaurantes, o setor de beneficiamento de café, as

pequenas e médias fábricas de tecidos e, por fim, o setor da construção civil, que empregava um considerável número de trabalhadores especializados, tais como pedreiros, eletricitas, ferreiros, pintores e encanadores⁶³. Afora a diversificação das atividades urbanas em São Carlos, cabe ressaltarmos que a maior parte da mão-de-obra continuava não só a residir, como também a ser empregada, no meio rural de São Carlos.

Mesmo já tendo sinalizado neste trabalho a dificuldade de se interpretar os dados referentes à ocupação das noivas, achamos que seria importante explorar aqueles casos em que a ocupação da noiva não estava definida como serviço doméstico, pois isto ajudaria a compreender as opções matrimoniais destas mulheres segundo a sua própria ocupação.

Segundo apuramos em nossa amostra, em geral, as mulheres se casam com homens que possuem a mesma ocupação que elas, e isso indica uma tendência homogâmica quanto a ocupação. A maior parte das mulheres que não estão na categoria serviço doméstico (categoria que não estaremos analisando), declararam suas ocupações como: trabalhadora rural (105) e ocupação escolarizada (49). Essas duas categorias representam uma porcentagem de 92,7 das mulheres que declararam uma ocupação diferente da “serviço doméstico”. Dentre estas duas categorias as mulheres que possuem maior tendência homogâmica são as de profissões escolarizadas, com uma razão entre o número observado e o número esperado de 3,2. Para as trabalhadoras rurais esta razão não passou de 1,5.

⁶³ É importante destacarmos que uma parte daquelas profissões classificadas como urbanas acabam sendo desenvolvidas no meio rural. São elas: jornaleiro, peão, carroceiro, vendedor ambulante/mascate/viajante.

1.5 Considerações acerca do estado civil e alfabetização dos nubentes

Em que medida os pais tentavam controlar os casamentos dos seus filhos, para terem genros e noras do mesmo grupo? Para aqueles imigrantes solteiros, que vieram sem os pais (geralmente homens), este controle era mais complicado, visto que, do país de origem, dificilmente os pais controlariam seus casamentos aqui no Brasil.

Apesar de já termos explorado, em alguma medida, os dados referentes ao estado civil dos nubentes na análise acerca da idade média dos nubentes ao casar e ocupação do noivo, faremos agora uma apresentação mais detalhada do estado conjugal dos nubentes em relação ao local de moradia.

No município de São Carlos, a grande maioria das uniões ocorria obviamente entre pessoas solteiras. Na tabela abaixo apresentamos a razão entre o número observado e o número esperado dos casamentos segundo o estado civil dos nubentes.

Tabela 22

Distribuição da razão entre o número observado e o número esperado de casamentos segundo o estado civil dos nubentes. São Carlos, 1890 a 1939.

Estado civil do noivo	Estado civil da noiva		Total
	solteira	viúva	
solteiro	2533 (1,0)	59 (0,4)	2592
viúvo	122 (0,6)	82 (7,9)	204
Total	2655	141	2796

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a razão está entre parênteses

Na diagonal da Tabela 22 estão os casamentos homogâmicos. Há que ser ressaltado porém, que a razão notada para os re-casamentos é bem maior do que a notada para os casamentos entre solteiros, o que demonstra uma maior propensão à homogamia entre os nubentes viúvos do município de São Carlos.

No entanto, um outro fato interessante de se analisar nos chama a atenção nesta tabela 28, a saber aquela relativa aos re-casamentos de homens viúvos com mulheres solteiras e vice-versa. De acordo com as razões apresentadas nesta tabela,

notamos uma maior propensão dos homens viúvos se re-casarem com mulheres solteiras do que o contrário.

Segundo o local de moradia podemos afirmar que a homogamia continua presente tanto entre os solteiros como entre os viúvos, porém, no meio urbano (em comparação com o meio rural) temos uma propensão maior de homens viúvos e mulheres viúvas se casarem com mulheres e homens solteiros. Portanto, o meio urbano, pela intensidade e diversidade de relações que possibilita entre os diferentes indivíduos, parece favorecer a ocorrência de casamentos entre indivíduos de estado civil diferentes.

Ao longo das décadas notamos que a razão para os homens viúvos que se re-casaram com mulheres solteiras variou entre 0,6 e 0,7, sendo que a maior razão foi notada na segunda e terceira décadas, com 0,7 em cada uma. Já para as mulheres viúvas que se re-casaram com homens solteiros a razão variou entre 0,4 e 0,6, notando que a variação ocorreu na segunda e terceira décadas do período, em 0,6 e 0,5, respectivamente. Portanto, os viúvos possuem maior oportunidade de se re-casarem com mulheres solteiras do que mulheres viúvas se re-casarem com homens solteiros.

Bassanezi (1988) também notou esta mesma tendência em seu estudo sobre os casamentos na fazenda Santa Gertrudes (hoje um município próximo a Rio Claro – SP). Aliás esta é uma tendência, segundo Segalen (citado por Bassanezi), tanto no Brasil como em outros países do mundo.

Para finalizarmos este item, faremos uma exposição do conjunto de dados referentes à instrução dos nubentes. Porém, antes de iniciarmos a exploração dos casos com dados válidos para esta variável é bom salientarmos que a maioria das assinaturas de ambos os nubentes não é firme e nítida e isso, em certa medida, pode indicar que muitas daquelas pessoas que foram classificadas como alfabetizadas poderiam apenas saber desenhar o próprio nome e nada mais. Por isso, toda vez que falarmos em

indivíduos alfabetizados estaremos nos referindo àquele conjunto de pessoas que pelo menos souberam assinar o nome e não necessariamente aquelas que, efetivamente, soubessem ler e escrever fluentemente na língua portuguesa. A tabela 23 nos indica a porcentagem de nubentes alfabetizados em toda a amostra segundo as diferentes nacionalidades.

Tabela 23
Porcentagem de nubentes alfabetizados segundo a nacionalidade. São Carlos, 1890 a 1939.

Instrução	Nacionalidade do noivo					Total
	brasileira	italiana	portuguesa	espanhola	outras	
noivo alfabetizado	73,7% (1659)	58,7% (571)	57,5% (134)	62,2% (98)	81,4% (59)	69,1% (2521)
noiva alfabetizada	49,3% (1830)	24,4% (438)	19,5% (77)	16,0% (94)	52,2% (46)	42,8% (2485)

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o denominador está entre parênteses.

Esta tabela nos indica que entre os noivos estrangeiros, aqueles de outras nacionalidades são os mais alfabetizados, sendo este grupo seguido pelos espanhóis, italianos e portugueses. É interessante notarmos aqui a alta porcentagem de noivos espanhóis alfabetizados, visto que a historiografia sobre imigração sempre nos apontou que, entre os estrangeiros, os espanhóis eram os que possuíam as menores porcentagens de alfabetizados (Klein, 1989). Já entre as noivas estrangeiras, aquelas de outras nacionalidades são as mais alfabetizadas, vindo em seguida as italianas, portuguesas e as espanholas. A maior diferença de alfabetizados pertencentes a uma mesma nacionalidade é observada para os nubentes espanhóis.

Vejamos agora como nubentes alfabetizados e analfabetos se comportam nas escolhas matrimoniais do período na tabela 24.

Tabela 24

Número de casamentos segundo a alfabetização dos nubentes e as décadas do período. São Carlos, 1890 a 1939.

Décadas do período	Alfabetização do noivo	Alfabetização da noiva		Total
		não	sim	
1890 – 1899	não	210 (1,2)	29 (0,4)	239
	sim	155 (0,7)	132 (1,5)	287
	Total	365	161	526
1900 – 1909	não	218 (1,3)	18 (0,3)	236
	sim	139 (0,7)	122 (1,6)	261
	Total	357	140	497
1910 - 1919	não	198 (1,3)	15 (0,2)	213
	sim	183 (0,8)	144 (1,5)	327
	Total	381	159	540
1920 – 1929	não	125 (1,6)	18 (0,3)	143
	sim	209 (0,8)	265 (1,2)	474
	Total	334	283	617
1930 - 1939	não	32 (2,4)	15 (0,4)	47
	sim	129 (0,8)	385 (1,0)	514
	Total	161	400	561

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: a razão entre o número observado e o número esperado está entre parênteses.

As razões apresentadas na tabela 24 nos indicam que os casamentos de indivíduos analfabetos tendem a ser, ao longo das décadas, crescentemente endogâmicos, especialmente nas duas últimas. Já os nubentes alfabetizados também possuem uma tendência endogâmica, porém declinante nas duas últimas décadas, em relação as três primeiras.

Mesmo com as razões para casamentos entre alfabetizados e analfabetos (homem e mulher) estarem indicando certa repulsa, gostaríamos de chamar a atenção para um fato. De modo geral, notamos que, em relação à mulher alfabetizada, o homem alfabetizado se casa mais com mulher analfabeta ao longo de todas as décadas do que o contrário, ou seja, mulher alfabetizada se casar com homem analfabeto. Portanto, a mulher alfabetizada, parece ser mais restritiva que o homem alfabetizado no momento de se casar.

1.6 Meses de casamentos

Neste último item do nosso trabalho, buscaremos explorar o ritmo sazonal que os casamentos assumiram segundo local de moradia. Porém, é importante atentarmos para o fato de que morar em diferentes localidades (meio urbano ou rural) não era, por si só, suficiente para determinar o ritmo sazonal dos casamentos, uma vez que este ritmo pode estar sendo influenciado pelos costumes, pela religião, pelas tradições, pela economia, enfim, pelos mais diversos motivos. Vale destacar ainda que muitos trabalhadores rurais podiam residir no meio urbano.

Tabela 25

Porcentagem de casamentos entre nubentes segundo os meses e o local de moradia. São Carlos, 1890 a 1939.

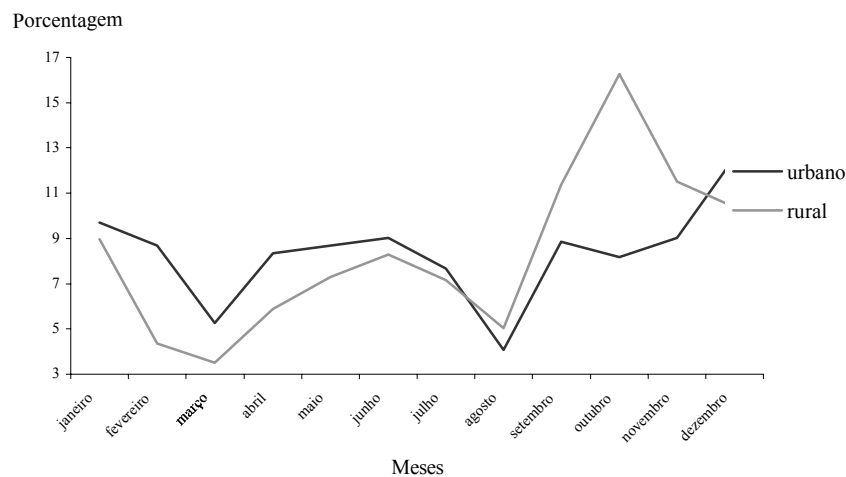
Meses	Meio urbano	Meio rural
janeiro	9,7% (57)	9,0% (64)
fevereiro	8,7% (51)	4,3% (31)
março	5,3% (31)	3,5% (25)
abril	8,3% (49)	5,9% (42)
maio	8,7% (51)	7,3% (52)
junho	9,0% (53)	8,3% (59)
julho	7,7% (45)	7,2% (51)
agosto	4,1% (24)	5,0% (36)
setembro	8,8% (52)	11,4% (81)
outubro	8,2% (48)	16,3% (116)
novembro	9,0% (53)	11,5% (82)
dezembro	12,6% (74)	10,4% (74)
Total	588	713

Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos.
Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Obs: o número entre parênteses indica a quantidade de casos na célula.

Gráfico 3

Meses de casamentos segundo o local de moradia. São Carlos, 1890 a 1939



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Na tabela 25 acima notamos que os casamentos no meio urbano e no meio rural possuem características similares até meados de setembro. A partir daí o que se nota é uma estabilidade dos casamentos no meio urbano até meados de novembro e uma grande alta nos casamentos do meio rural. A alta notada no meio rural é reflexo do próprio calendário agrícola – observado na grande lavoura de exportação –, ou seja, quando o trabalho estava mais intenso (período da colheita) os casamentos estavam em baixa e vice-versa.

No município de São Carlos, os casamentos ocorriam em maior volume, no meio rural, entre os meses de setembro a novembro. Estes meses juntos correspondiam a 39,2% dos casamentos ocorridos entre 1890 a 1939. A distribuição do maior volume de casamentos entre estes meses está ligada ao fim da colheita do café – que pode sofrer atraso ou antecipação – e ao pagamento aos trabalhadores. Outubro era o mês em que a nupcialidade estava mais forte, concentrando cerca de 16,0% dos casamentos.

Bassanezi (1988) notou que setembro, outubro e novembro era o período de final da colheita, marcando determinado recesso no trabalho e, portanto, tempo de

acerto de contas com o fazendeiro. Quando sobrava algum dinheiro deste acerto com o fazendeiro, os moradores do meio rural aproveitavam para realizar os casamentos.

A diminuição dos casamentos notada a partir do mês de dezembro, no meio rural, continua até o mês de março, quando começa a subir lentamente até metade do mês de junho. É possível que esta recuperação dos casamentos, nos meses de maio e junho, esteja relacionada ao fato destes meses estarem marcando o final da colheita da agricultura de subsistência e início de um período de maior intensidade nos trabalhos que representava a colheita do café. Os casamentos ocorridos em maio e metade de junho podem ainda estar compensando o período da quaresma, visto que pairava no imaginário das pessoas que aqueles que se casavam na quaresma gerariam filhos “lobisomens”⁶⁴.

A diminuição dos casamentos notada no mês de junho e julho, acentua-se no mês de agosto. Este fenômeno estava diretamente ligado ao calendário agrícola, visto que estes eram os meses nos quais o trabalho exigia maior tempo de dedicação das famílias. É provável que vários moradores do meio urbano também trabalhassem na colheita.

Cardoso e Nadalin (1982), citados por Bassanezi (1988), também notaram que nas sociedades agrárias européias havia poucos casamentos entre junho e agosto, sobretudo porque para sociedades deste tipo estes eram meses de intenso trabalho no campo. Portanto, de alguma forma, os casamentos ocorridos no meio rural são-carlense poderiam estar sendo norteados pelo costume trazido da terra de origem pelos trabalhadores rurais oriundos da Europa.

Uma última observação quanto à tabela 25 se refere ao fato de que, embora com picos de nupcialidade um pouco menos acentuado do que o notado para o meio

⁶⁴ No folclore popular o lobisomem é um homem que se transforma temporariamente em lobo durante a quaresma.

rural, as quedas mais bruscas no meio urbano também são notadas nos meses de março e agosto. Os casamentos tinham uma nítida tendência de ocorrer ou antes ou depois da quaresma. Isto denota que os preconceitos e superstições, que agiam no meio rural, possuíam quase que a mesma força no meio urbano.

Considerações finais

Desde o princípio deste trabalho buscamos reconstruir como se deram as escolhas matrimoniais no passado do município de São Carlos. Como sabemos, o casamento é um dos fenômenos mais indicativos, em sociologia, das barreiras existentes entre um grupo social qualquer em relação a um outro. Ela pode ainda nos ajudar a compreender de que maneira as afinidades étnicas, a desproporção entre os sexos, a ascensão social dos estrangeiros e a situação domiciliar podem influenciar as escolhas matrimoniais dos cônjuges em uma sociedade multi-étnica.

A compreensão dos padrões de nupcialidade no município de São Carlos não foi, e nem poderia deixar de ser pautado pelo crescente desenvolvimento urbano e industrial que o município conheceu desde o seu surgimento até a década de 1940, uma vez que este processo está intimamente ligado à maneira como as pessoas fazem as escolhas de seus parceiros.

Vimos que em praticamente todas as variáveis a endogamia ou a homogamia estiveram presentes.

Sobre a idade média dos nubentes solteiros, notamos que, ao longo das décadas, os estrangeiros passaram a se casar mais tardiamente. Em São Carlos, no tocante às idades ao casar, podemos afirmar que os homens tendiam a se casar mais entre 20 e 24 anos, com mulheres mais jovens, sobretudo no meio rural (p. 55). No meio urbano, a diferença de idades entre os nubentes estrangeiros era significativamente maior que entre brasileiros, o mesmo não ocorrendo no meio rural, onde as diferenças de idades se equivaliam entre casamentos de brasileiros e de estrangeiros. Observamos ainda que, entre viúvos, no meio urbano e mais ainda no rural, as mulheres estrangeiras se casam mais tardiamente que as brasileiras (gráfico 1 e 2).

Quanto à nacionalidade, os homens de outras nacionalidades e os portugueses tendem a se casar em idade um pouco mais avançada que brasileiros, italianos e espanhóis (tabela 4). De modo geral, podemos ainda afirmar que há uma certa continuidade, de uma geração para outra, quando analisamos a idade média dos nubentes brasileiros filhos de estrangeiros (tabela 5). Cronologicamente, isto é, ao longo das décadas, a diferença de idade entre os nubentes tende, de modo geral, a diminuir, ao mesmo tempo em que a idade média da primeira união entre os estrangeiros tende a aumentar, sobretudo à medida em que nos afastamos do auge da imigração (tabelas 6 a 10).

Em relação à origem dos cônjuges, observamos, de modo geral, comportamentos endogâmicos em todos os grupos (tabela 11). Entre os estrangeiros as razões mais elevadas encontram-se entre os de outras nacionalidades, seguidos por portugueses e espanhóis⁶⁵. Os italianos, provavelmente por constituírem o contingente maior, apresentam, no geral, razões bem menores (tabela 13). Note-se ainda que os italianos do sul são mais endogâmicos que os de outras regiões da Itália (tabela 11), enquanto portugueses e espanhóis, quando não logravam se casar no próprio grupo, preferiam parceiros ibéricos (tabela 12). Nossos dados ainda confirmam que, em uma sociedade em que os homens predominavam numericamente entre os estrangeiros, as mulheres estrangeiras tinham pouca disponibilidade de se casar com homens fora de seu grupo étnico, o mesmo acontecendo para brasileiras filhas de estrangeiros. A idéia de que quanto maior a desproporção entre os sexos, no interior de cada grupo étnico, menor a taxa de endogamia (hipótese c), não parece se verificar de modo tão direto, visto que não há relação observável entre índices de masculinidade nos grupos e razão endogâmica. De fato, os portugueses apresentam os maiores índices de masculinidade

⁶⁵ Como já notamos no quadro 1 deste texto, os portugueses possuem os maiores índices de masculinidade. Em tese, isto pode indicar menor tendência ao casamento endogâmico. No entanto, é

(quadro 1), ao mesmo tempo em que são bastante endogâmicos (tabela 13). No entanto, é preciso salientar que a tabela de razão endogâmica engloba todo o período da pesquisa e o quadro que traz os índices de masculinidade apresenta pontos fixos no tempo, trazendo os índices para os anos de 1907 e 1920.

De modo geral, ao longo das décadas, observamos que os estrangeiros são mais endogâmicos que os brasileiros, o que confirma a tese de que as resistências ao casamento misto (entre estrangeiros e brasileiros) eram maiores por parte dos estrangeiros que por parte dos brasileiros. E, nesse caso, há uma resistência um pouco maior em brasileiros se casarem com estrangeiras que brasileiras com estrangeiros (tabelas 14 a 17).

Em relação ao local de moradia, a endogamia é forte tanto no meio rural, que abrigava a maior parte da população do município em todo o período da pesquisa, quanto no meio urbano (tabela 18). Analisados separadamente, por nacionalidade, o meio urbano oferecia maiores oportunidades de miscigenação para brasileiros, portugueses e espanhóis, o mesmo não ocorrendo entretanto para italianos, bastante concentrados no meio rural.

A análise da variável ocupação fica prejudicada pelo maciço enquadramento das noivas na categoria serviço doméstico. Entre os estrangeiros, italianos e espanhóis se destacam com contingentes ao redor de 70% de trabalhadores rurais. Há ainda percentuais significativos de portugueses na categoria operário/ferroviário e de outras nacionalidades na categoria comerciante/mascate, provavelmente refletindo a presença de imigrantes de origem sírio-libanesa (tabela 21). Podemos afirmar ainda que existe endogamia entre cônjuges na categoria das ocupações escolarizadas.

No que diz respeito ao estado civil, nossos dados apontam forte endogamia entre viúvos (tabela 22), e que esta é maior no meio rural que no meio urbano. Conforme esperado, havia ainda maior chance de re-casamento de viúvos com solteiras do que viúvas com solteiros.

No tocante à instrução, os percentuais de alfabetização entre os nubentes são mais elevados entre os brasileiros, seguidos dos estrangeiros de outras nacionalidades, dos italianos e portugueses. Os espanhóis constituem uma caso à parte, pois os homens são mais alfabetizados que italianos e portugueses, enquanto as mulheres são as menos alfabetizadas entre todos os grupos. Daí a maior diferença entre noivos e noivas nesse quesito, no conjunto das nacionalidades. Acrescentamos ainda que para todo o período existiu comportamento endogâmico em relação a essa variável, e que tal tendência se acentuou ao longo das décadas, muito embora fosse mais comum o homem alfabetizado se casar com mulher analfabeta que o contrário.

Por fim, notamos que o calendário agrícola norteava a realização dos casamentos do meio rural, ou seja, quando o trabalho estava mais intenso a quantidade de casamentos sofria drástica redução. De modo geral, os casamentos no meio urbano era parecida à notada no meio rural, com exceção do período compreendido entre meados de setembro e meados de novembro, quando, em virtude do final da colheita, os casamentos no meio rural excediam em muito os do meio urbano.

Bibliografia

- ALMANACH de São Carlos do Pinhal – 1894. Editora e Empreza d’O Popular.
- ALMANACH ALBUM de São Carlos – 1905. São Carlos do Pinhal, Editor: Joaquim Augusto.
- ALMANACH de São Carlos – 1915. São Carlos do Pinhal, Editor: Sebastião de Camargo. Tipografia de Joaquim Augusto.
- ALMANACH de São Carlos – 1915 a 1916. São Carlos.
- ANDREWS, George Reid (1998), *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Trad. de Magda Lopes. Bauru-SP: EDUSC.
- BARBETTA, Pedro Alberto (1998), *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 2ª edição. Florianópolis: UFSC.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (1990), *Nascimento, vida e morte na fazenda. Alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e seus descendentes*, in *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org), vol. II. Porto Alegre: Est – Fondazione Giovanni Agnelli.
- _____ (1990), *A nupcialidade no período do café: o caso de Rio Claro*. In *NEPO*. Unicamp-Campinas, junho, Relatório de pesquisa, CNPq.
- _____ (1988), *O casamento na colônia de café*. In *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Vol. 1. Olinda - PE.
- _____ (1996), *Sposarsi nel Brasile: Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas*. In *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org.), vol. III. Porto Alegre: Est – Fondazione Giovanni Agnelli.
- _____ *As escolhas matrimoniais no tempo do café*. In *NEPO*. Unicamp-Campinas.

- _____ (1994), Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. In *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Vol. 1, páginas: 381-395.
- _____ (2002), Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950 (CD rom).
- CANO, Wilson (1990), Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Hucitec.
- DEAN, Warren (1991) A Industrialização de São Paulo (1890 – 1945). Tradução de Octávio Mendes Cajado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S.A.
- Decreto do Governo Provisório de República dos Estado Unidos do Brasil – 1º fascículo (de 1º a 31 de janeiro de 1890). Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1891.
- DESTRO, Martha Rosa Pisani e Júnior, Joaquim Brasil Fontes (Profº orientador) (1995), Memória, cultura e educação: o imigrante italiano em São Paulo, in *Trajetos 2*, Revista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp.
- DEVESCOVI, Regina C. Balieiro (1987), Urbanização e Acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar.
- DURHAM, Eunice R. (1960), Assimilação e mobilidade: história do imigrante italiano em um município paulista. São Paulo: IEB/USP.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jonh L. (2000), Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FAORO, Raymundo (2000), Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Vol 2/10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha (Grandes nomes do

pensamento brasileiro).

FAUSTO, Boris (1991), *Historiografia da Imigração para São Paulo*. Série Imigração. São Paulo: Sumaré: Fapesp.

FURTADO, Celso (2000), *Formação Econômica do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: CIA Editora Nacional; Publifolha (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

HALL, Michael M. (1989), Imigrantes. In *Trabalhadores*, n.º 3. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas.

HUTCHINSON, Bertram (1959), Mobilidade de estrutura e de intercâmbio na assimilação de imigrantes no Brasil, in *Revista Educação e Ciências Sociais*, ano IV, vol. 5, n.º 11 – agosto – Rio de Janeiro, Brasil.

HOLLOWAY, Thomas (1984), *Imigrantes para o Café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HUTTER, Lucy Mattei (1990), Entrada e saída de imigrantes italianos em São Paulo em princípios do século XX: análise de dados estatísticos, in *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org.), vol. II. Porto Alegre: Est. – Fondazione Giovanni Agnelli.

IANNI, Otávio (1976), *O campo e a cidade*. Caderno CEBRAP, n.º 24. Ed. Brasiliense.

KUZNESOF, Elizabeth Anne (1989), A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700 – 1980). In *Família e Grupo de Convívio*. Organizadora Eni de Mesquita Samara. Revista Brasileira de História (ANPUH). Ed. Marco Zero, volume 9, n.º 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

LAZO, Aída Cecília G. Verdugo (1996), Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica, in *NEPO n.º 32, maio de 1996*. Unicamp-Campinas.

- LEVY, Maria Stella Ferreira & SCARANO, Julita. (1999), O Imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. In *População e Família 2*, Centro de Estudos de Demografia América Latina - CEDHAL, Editora Humanitas Publicações FFLH/USP.
- MACHADO, Cacilda da Silva. (1997), A Família e o Impacto da Imigração (Curitiba,1854-1991). In *Revista brasileira de História, Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 17, n.º 34.
- MARTINS, José de Souza (1990), O cativo da terra. São Paulo: Hucitec.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1975), O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). Tese de doutorado. Trabalho mimeografado. Unicamp-Campinas.
- MELO, Vilmo Guimarães (1975), *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos*. Tese de Doutorado. Trabalho Mimeografado. Unesp-Marília.
- MÍGUEZ, Eduardo José & et ali (1991), Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los imigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural. In *Hispanic American Historical Review (HAHR)* volume 71, number 4.
- MONBEIG, Pierre (1998), Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. 2ª edição. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec & Polis.
- NEVES, Ary Pinto das (1997), São Carlos do Pinhal no Século XIX. Vol. L. Iguape: Gráfica Soset.

- _____ (1984), São Carlos: Na esteira do tempo (Álbum comemorativo do centenário da ferrovia: 1894 a 1984). São Carlos, s/ ed.
- NOGUEIRA, Oracy (1998), Preconceito e marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP.
- PASTORE, José (1979), *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. Biblioteca Básica de Ciências Sociais, São Paulo: Ed. EDUSP.
- PEREIRA, João Baptista Borges (1987), O imigrante italiano no mundo rural paulista. In *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (organizadora). Porto Alegre: Est. – Fondazione Giovanni Agnelli.
- PETRONE, Maria Theresa Schorer (1987), O imigrante italiano na fazenda de café, em São Paulo. In *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org.). Porto Alegre: Est. – Fondazione Giovanni Agnelli.
- POUTGNAT, Phillippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (1998), Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo. Fundação Editora da Unesp.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo (1989), *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras.
- SAMARA, Eni de Mesquita (1989), A história da família no Brasil. In *Família e Grupo de Convívio*. Organizadora Eni de Mesquita Samara. Revista Brasileira de História (ANPUH). Volume 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989. Ed. Marco Zero.
- SANCHEZ, Benito Cachinero (1982) *La evolución de la nupcialidad en España (1887 – 1975)*. In Centre d'Estudis Demogràfics, tema 6 Nupcialitat i cohabitació. Universidad Autònoma de Barcelona.

- Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.
Estatística Agrícola e Zootécnica de São Carlos do Pinhal no anno agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil, 1907.
- SEYFERTH, Giralda (1988), Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. número 25.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), (2000), Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos Culturais. Traduções Tomaz Tadeu de Silva. Petrópolis: Vozes.
- SLENES, Robert W. (1997), Senhores e Subalternos no Oeste Paulista, in *História da Vida Privada no Brasil 2*, organizado por Luiz Felipe Alencastro. São Paulo: Cia das Letras.
- STOLKE, Verena e HALL, Michael M. (1984), A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In *À Lucta Trabalhadores! Revista Brasileira de História, n.º VI*. Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. Editora Marco Zero.
- STOLKE, Verena (1986), *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)*. Tradução: Denise Bottmann e João R. Martins Filho. Ed. Brasiliense.
- STRAUSS, Anselm L. (1999), Espelhos e Máscaras: a busca da identidade. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP.
- TRUZZI, Oswaldo (2000), Café e Indústria: São Carlos 1850-1950. 2ª edição. São Carlos: UFSCar.
- WONNACOTT, Thomas e WONNACOTT, Ronald (1980), *Introdução à Estatística*, tradução de Alfredo Alves de Faria. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos.

Anexos

Anexo 1

Manual de codificação

O nosso manual de codificação foi, de fato, um importante instrumento de trabalho, uma vez que, por meio dele, fizemos todo o planilhamento do nosso banco de dados. As categorias presentes neste manual de codificação foram desenvolvidas da seguinte forma. Durante a graduação tivemos a oportunidade de participar de uma equipe de pesquisa – financiada pela Fapesp e pelo CNPq – que tinha como fonte primária de análise os processos criminais ocorridos na comarca de São Carlos, para o período de 1882 a 1914. Basicamente, o desenvolvimento do manual de codificação, que ora utilizamos em nossa pesquisa, se deu levando em consideração as categorias que apareciam nestes processos criminais.

No entanto, do original elaborado pelo professor Karl Monsma, fizemos algumas alterações no que diz respeito às variáveis naturalidade/nacionalidade e ocupação, pois a leitura das Habilitações passou a evidenciar uma extraordinária diversificação das atividades produtivas dos nubentes, ligadas especialmente à zona urbana, que estavam contempladas no manual original.

Quando tratamos da naturalidade dos nubentes optamos por localizar a cidade da qual fossem provenientes e não somente se eram paulistas ou proveniente de outros estados do Brasil. Portanto, este foi o principal motivo de colocarmos várias outras categorias para a naturalidade que fosse brasileira.

O maior detalhe possível sobre a naturalidade dos nubentes estrangeiros também nos interessava muito. No entanto, apenas alguns grupos de estrangeiros traziam uma descrição mais detalhada do local de nascimento dos nubentes, portugueses, espanhóis e, em especial, os italianos. Juntando esta questão com a do contingente numérico dos diferentes grupos que se dirigiram para o município de São

Carlos (os italianos, portugueses e espanhóis), achamos que seria boa idéia tentarmos captar com maior detalhe a naturalidade destes nubentes.

A cor dos nubentes sempre foi motivo de discussões calorosas em numerosos trabalhos que abordaram a questão da cor dos indivíduos. Porém, nossa idéia era captar a cor dos nubentes exatamente da maneira como eles haviam declarado nos documentos de petição de casamento. A idéia que tivemos sobre esta categoria foi tentar re-agrupar as categorias de cor morena, mulata e parda numa mesma categoria (visto que existem ambigüidades em relação a definição exata de cada uma dessas três categorias), deixando a categoria de cor negra sozinha para podermos verificar de que maneira os indivíduos dessas categorias se casaram ao longo do período. Já o indivíduo de cor branca apresentava uma menor ambigüidade com relação a sua cor e, por isso, constituem uma categoria mais bem definida.

Com relação ao estado civil e grau de instrução dos nubentes, obviamente seguimos as categorias dos Censos da época.

Para a categoria ocupação, notamos que alguns problemas seriam encontrados ao longo do estudo, tanto para homens quanto para mulheres, uma vez que a categoria *lavrador(a)*, encontrada em boa quantidade, não sinaliza que todos eram proprietários de um lote de terra, mas antes que na verdade eram pessoas que trabalhavam na lavoura, tal como trabalhador rural. Restava ainda a dificuldade com relação à ocupação das mulheres, pois quase que a totalidade dos documentos que informavam sua ocupação às ligavam na categoria “serviços domésticos”. Sabemos que muitas mulheres exerciam outro tipo de trabalho além das obrigações domésticas, principalmente para as mulheres que moravam na zona rural, que ajudavam sua família no trato com a lavoura.

Resta dizer que cada uma destas categorias levou em consideração, basicamente, as características das mais diversas ocupações existentes no período. Por isso, procuramos agrupar numa mesma categoria todas aquelas profissões que, de alguma forma, fossem próximas.

MANUAL DE CODIFICAÇÃO

Data da petição: escreve todas as datas no formato dd/mm/yyyy. Por exemplo, o dia 2 de outubro de 1999 deve ser digitado 02/10/1999.

Idade: idade quando da petição; sem informação=199

Naturalidade (texto): Escreva, com o máximo de detalhe possível.

Naturalidade codificada:

10-paulista (sem mais especificação)

11-São Carlos

12-outro oeste de São Paulo

13-Vale do Paraíba (paulista): (Bananal, Taubaté, Bragança Paulista, Paraibuna, Guaratinguetá, cachoeira Paulista, São José dos Campos, Bananal)

14-litoral de São Paulo

15-São Paulo, capital

16-sul do estado de São Paulo

17-região central do estado, fora a capital (Mogi das Cruzes, Cotia, Sorocaba, Osasco, Jundiaí, Porto Feliz, Itu, Ibiúna, Suzano, Guarulhos).

18-norte do estado de São Paulo

20-brasileira (sem mais especificação)

21-Rio de Janeiro

22-Minas Gerais

23-Espírito Santo

24-Paraná

25-outro estado do Sul do Brasil

26-Nordeste do Brasil

27-Norte do Brasil

28-Centro-oeste do Brasil

29-Sem informação, mas se supõe que é brasileira

30-africana (sem mais especificação)

31-angolana

32-guiné e oeste africano

33-moçambicana

34-argelina

35-outra região da África (menos o norte)

40-italiana (sem mais especificação)

41-norte da Itália

42-centro da Itália

43-sul e ilhas da Itália

44-sobrenome italiano, sem mais informações

45-lugar na Itália mencionado, mas não encontrado no mapa ou na lista de municípios

50-outro sul-europeu

51-portuguesa (continental)

52-ilhas portuguesas (São Miguel, Açores e Madeira)

53-espanhola (sem mais especificação)

54-sobrenome espanhol (sem mais especificações)

55-sobrenome português (sem mais especificações)

- 56-ilhas espanholas (Canárias)
- 57-outras regiões da Espanha
- 58-outro país do sul da Europa (incluindo a Grécia)
- 59- europeu em geral
- 60-sobrenome alemão (sem mais informação; se nacionalidade é brasileira, deve usar 20)
 - 61-austríaca
 - 62-alemã
 - 63-suíça
 - 64-francesa
 - 65-inglesa/escocesa/irlandesa
 - 66-holandesa
 - 67-norte da Europa
 - 68-dinamarquesa
 - 69-outro país da Europa ocidental
- 70-Oriente Médio e leste europeu
 - 71-turco (sem especificação)
 - 72-sírio/libanês
 - 73-outro árabe (do império turco)
 - 74-outros países do Oriente Médio e norte da África
 - 75-polonesa
 - 76-russa
 - 77-húngara
 - 78-boêmia/tcheca
 - 79-outro leste europeu (Letônia, Lituânia, Estônia, Romênia, etc.)
- 80-outros países da América
 - 81-argentina
 - 82-uruguai
 - 83-outro país da América Latina (de fala espanhola)
 - 84-norte-americana ou canadense
 - 85-países do Caribe (menos aqueles onde se fala espanhol)
- 90-resto do mundo
 - 91-japonesa
 - 92-chinesa
 - 93-outros países do leste asiático
 - 94-outros países asiáticos
 - 95-australiana/neozelandesa
 - 96-outros países
 - 97-sem informação, parece que não é brasileira (quando o sobrenome possui um formato diferente dos sobrenomes brasileiros ou quando é parecido com um sobrenome estrangeiro. Por exemplo, Marlini que é parecido com Marini (italiano), etc.)
 - 99-sem informação, sem indícios se é brasileira ou não

Nacionalidade: Use as categorias de naturalidade, sem as categorias que referem a regiões dentro de países. Assim, se deve usar o código 20 para todos os brasileiros (inclusive os nascidos no exterior), 40 para todos os italianos, 51 para todos os portugueses, 53 para todos os espanhóis, etc. A nacionalidade dos escravos e negros deve ser considerada brasileira, mesmo se nasceram na África. A única exceção seria um negro que migrou de outro país da América.

Pais imigrantes: Se a pessoa é filho de imigrante, use as categorias de nacionalidade para codificar a nacionalidade dos pais. Se somente um dos pais é imigrante, use essa nacionalidade imigrante e anote isso nas observações. Se os pais são imigrantes de países diferentes, use a nacionalidade do pai e anote a nacionalidade da mãe nas observações. Se a pessoa não é filho de imigrante, esta variável deve ter o valor 99.

Sobrenome estrangeiro (sem outras informações): Somente para os casos em que a pessoa é brasileira e não há informações indicando que é filho ou filha de imigrantes. Use as mesmas categorias de nacionalidade. Em outros casos, digite o valor 99.

Cor:

10-sem informações claras, mas se supõe que é branca (por exemplo: quando o sobrenome é europeu)

11-branca (incluindo europeus, “turcos” e árabes ou quando o/a nubente for filho/a de europeus, turcos e árabes)

12-morena

13-parda

14-mulata

15-negra (incluindo escravos, libertos, e “crioulos”, quando não há outra informação sobre cor)

16-sem menção de cor, mas existem indícios que é negra (por exemplo, quando não há menção de sobrenome em nenhuma parte do processo).

19-outra mistura de branca e negra

20-índio

21-caboclo

22-caipira

23-mestiço

24-japones/chinês/outra “amarelo”

29-outras categorias

99-sem informação

Estado civil: 1= solteiro; 2 = casado; 3 = viúvo; 4 = separado/divorciado; 9= sem informação.

Alfabetizado?: 0=não; 1=sim; 2=alfabetizado em outra língua, não em português; 3=só parcialmente; 9 = sem informação

Ocupação (texto): Escreva o que a pessoa diz.

Ocupação codificada: Aqui se deve privilegiar o que a pessoa diz, a não ser que seja óbvio que a ocupação principal ou o emprego atual é outro. Assim um pedreiro sendo processado por um furto deve ser classificado como pedreiro, não como ladrão, mas uma prostituta que diz que é costureira deve ser classificada como prostituta porque provavelmente ganha mais dinheiro da prostituição. Uma pessoa que tinha outro ofício na Europa mas atualmente é colono deve ser codificada como colono

0–Não tem ocupação (principalmente crianças)

10-camarada/trabalhador rural/de roça (sem mais informação)

11-colono (incluindo mulheres e filhos)

12-sitiantes/agricultor (incluindo mulheres e filhos)

- 13-fazendeiro (incluindo mulheres e filhos)
- 14-empregado/feitor/diretor de colônia
- 15- “lavrador” (incluindo mulheres e filhos)
- 16-boiadeiro/pastor/outro que cuida de animais
- 17-serrador/outro trabalho braçal rural
- 18-administrador/capataz de fazenda
- 19-agregado/capanga/outra ocupação rural (Se a ocupação existe nas categorias abaixo, deve usar essas categorias. Por exemplo, carroceiros que trabalham na zona rural devem ser classificados com 23)
- 20-trabalhador urbano e trabalhador (sem mais especificação)
 - 21-jornaleiro/peão
 - 22-operário/ferroviário
 - 23-carroceiro(carreiro)/outros transportes (chofer)
 - 24-artesão ou serviço especializado (incluindo caramelista, rebarbador, telefonista, fotógrafo, folheiro, lustrador, vidraceiro, encanador, serralheiro, tintureiro, ourives, ajustador, funileiro, eletricitista, sapateiro, ferreiro, oleiro, mecânico, pintor, fogueteiro, barbeiro/cabeleireiro, alfaiate, padeiro, cozinheiro para restaurante/ artista /músico)
 - 25-ajudante de artesão ou de trabalhador especializado
 - 26-policia/guarda/soldado (veja 48 para delegados) marchante
 - 27-feitor/capataz de trabalho industrial ou ferrovia
 - 29-outra ocupação urbana braçal tipicamente masculina
- 30-comerciante/negociante (sem mais informação)/representante de casa comercial
 - 31-dono de bar/botequim/venda
 - 32-dono de outra loja ou pequeno negócio (incluindo restaurantes e hotéis e proprietários)
 - 33-vendedor ambulante/mascate/feirante/viajante/solicitador
 - 34- balconista/empregado de loja, do comércio, venda, hotel, do comércio, etc. (a não ser que tem ocupação específica)
 - 35-dono de jornal/gráfica/editora
 - 36-capitalista/banqueiro/dono de indústria ou negócio de atacado (incluindo comissários de café)
 - 39-outro negócio (menos os ilegais, veja 60 a 69)
- 40-profissões escolarizadas
 - 41-profissões liberais (incluindo engenheiro, advogados, médicos e cirurgia dentista)
 - 42-funcionário público (inclua escrivães)/político/juiz
 - 43-professor/tutor
 - 44-padre/pastor/freira/outra ocupação religiosa
 - 45-jornalista/escritor
 - 46-guarda-livros/trabalho de escritório/contador/secretários/bancários/outro trabalho de escritório/tabelião
 - 47-enfermeiro/boticário/outra ocupação da saúde (menos médicos)
 - 48-oficial militar/delegado
 - 49-outra ocupação escolarizada
- 50-profissões tipicamente femininas
 - 51-serviço doméstico (incluindo cozinheira para particulares)
 - 52-lavadeira
 - 53-costureira
 - 54-outra ocupação tipicamente feminina (veja 62 para a prostituição)

- 59-dona de casa (sem indícios de outro trabalho; mulheres de colonos, sitiantes, etc. devem ser classificados com a ocupação dos maridos)
- 60- negócios de sexo/profissões proibidas
- 61-ladrão
 - 62-prostituta/cáften
 - 63-curandeiro/bruxo/mágico
 - 69-outra ocupação proibida
- 98-outra ocupação
- 99-sem informação

local de moradia codificada: 1 = zona urbana; 2 = zona rural; 9 = sem informação

Anexo 2Formulário padrão: Ficha de coleta de dados

Número do processo: _____

Descrição

Data da petição do casamento: _____

Nome do noivo: _____

Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Cor: _____

Estado civil: _____

Sabe ler e escrever?: _____

Local de moradia: _____

Ocupação: _____

Tempo de residência em São Carlos: _____

Nome do pai: _____

Nome da mãe: _____

Observações:

Data do casamento: _____

Nome da noiva: _____

Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Cor: _____

Estado civil: _____

Sabe ler e escrever?: _____

Local de moradia: _____

Ocupação: _____

Tempo de residência em São Carlos: _____

Nome do pai: _____

Nome da mãe: _____

Observações:

